95 ANOS
ESTADO DE MINAS
uai
www.em.com.br INÊS249
BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2023
● MG: R$ 2,50 ● NÚMERO 29.357 ● FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 0H

LIBERTADORES PÕE GALO E FURACÃO FRENTE A FRENTE

O Atlético estreia na fase de grupos da Libertadores enfrentando o Libertad, do Paraguai, em casa. Os adversários no principal torneio do continente foram conhecidos ontem, na sede da Conmebol, em sorteio que, se não jogou o Galo diante dos adversários considerados mais fortes, também não reservou facilidade ao Alvinegro, que enfrenta no Brasil o Athletico Paranaense e encara ainda o Alianza Lima, do Peru. A primeira partida do Grupo G ocorrerá entre as finais do Campeonato Mineiro.

Grupo G

Atlético
Libertad (Paraguai)

Athletico Paranaense

Alianza Lima (Peru)

COELHO SEM VIDA FÁCIL

O América terá pela frente adversários de tradição no futebol continental no grupo F da Copa Sul-Americana. Sorteio de ontem no Paraguai colocou diante do Coelho, estreante na competição, Peñarol (Uruguai), Defensa y Justicia (Argentina) e Millonarios (Colômbia), em partidas entre abril e junho.

Grupo F

América

Peñarol (Uruguai)

Defensa y Justicia (Argentina)

Millonarios (Colômbia)

PÁGINA 20

PREVENÇÃO VULNERÁVEL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BH

70% das 323 unidades sob gestão da capital não concluíram processo de obtenção do Auto de Vistoria dos Bombeiros

O incêndio que obrigou a retirada às pressas de alunos do Instituto de Educação, escola estadual de 125 anos no Centro de BH, na última semana, chama a atenção para uma realidade preocupante: segundo a prefeitura da capital, só três em cada 10 escolas municipais, aproximadamente, contam com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Das 323 unidades, 223 não concluíram o processo e não estão regularizadas, como também era o caso do complexo que pegou fogo.

100

instituições apenas estão regulares do ponto de vista da legislação anti-incêndio

A prefeitura da capital informa que cada unidade é responsável pelas intervenções internas, embora haja orientação da administração central. Com mudanças na legislação referente ao Corpo Bombeiros, os projetos estão sendo adequados e atualizados conforme instruções técnicas da corporação, segundo o município. Treinamentos para alunos e professores – que tampouco existiam no caso do Instituto de Educação – da mesma forma são atribuição individual das escolas. PÁGINA 14

REPRODUÇÃO

SP: ALUNO ASSASSINA PROFESSORA EM SALA

ESTUDANTE DE 13 ANOS ATACOU ELISABETH TENREIRO (FOTO), DE 71, A FACADAS. QUATRO FICARAM FERIDOS

PÁGINA 17

MARCHA EM BRASÍLIA

Prefeitos de Minas cobram R$ 900 milhões

Centenas de representantes de prefeituras mineiras desembarcaram ontem em Brasília para a 24ª Marcha dos Prefeitos, apresentando uma conta de R$ 900 milhões ao governo federal. Eles reivindicam aumento nos repasses feitos pela União às cidades do estado, valor que, segundo a Associação Mineira de Municípios, representa 1% da arrecadação anual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Outra reivindicação diz respeito à mudança no critério para a distribuição da verba, hoje calculada com base na população, que vem diminuindo em muitos casos. PÁGINA 4

NOS POSTOS

PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS REGISTRAM QUEDA EM BH

Pesquisa mostra valor da gasolina com recuo de 4,74% ou R$ 0,26, em média, na capital. Etanol teve redução de 3,55% ou R$ 0,14 e o diesel, de 1,67% ou R$ 0,10.

PÁGINA 8

MATEUS PARREIRAS/EM/D.A PRESS

BR-040: PEDÁGIOS E ARMADILHAS

Totalmente concedida à iniciativa privada, portanto com cobrança de pedágio, a BR-040 ***(foto)*** foi a 2ª que mais matou em Minas no ano passado e ocupa a mesma posição quando se consideram os pontos mais letais das estradas federais que cortam o estado. É o que mostra levantamento do **EM** com base em dados da Polícia Rodoviária Federal, na última reportagem da série "Armadilhas rodoviárias". Pistas simples, curvas, trevos e mistura de tráfego rodoviário e urbano ajudam a explicar o quadro. PÁGINA 13

PLANO DIRETOR

Secretário diz que mudança será positiva

O secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira, afirma que mudanças propostas pela Prefeitura de BH no Plano Diretor aumentarão a arrecadação, permitindo a construção de moradias populares. Em entrevista ao **EM**, ele defende a polêmica redução da cobrança para edificações maiores no Centro. PÁGINA 2

ISSN 1809-9874
9 771809 987038

DIÁRIOS ASSOCIADOS

POLÍTICA

O secretário de saúde, Fábio Baccheretti, destacou o aumento nos casos de chikungunya e alertou para a possibilidade de sub-notificação da doença"

BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

>>baptistaalmeida.mg@diariosassociados.com.br

Surto de dengue. Zika e mais... e Romeu Zema tenta consertar

Minas Gerais vive, de novo, um surto de casos de dengue, zika e chikungunya, de acordo com o que o governador Romeu Zema (Novo) afirmou na manhã de ontem. O chefe do Executivo mineiro, diante da situação considerada preocupante, elencou uma série de ações que estão sendo implantadas pela Secretaria de Estado de Saúde (SES–MG) para minimizar os efeitos da doença transmitida pelo mosquito Aedes Aegypti.

"Nós estamos acompanhando de perto toda essa questão da dengue, zika e chikungunya, que tem nos preocupado muito nesse final de verão de 2023. Estamos com um surto que é preocupante e que vai demandar uma série de medidas e ações que já estamos com elas em andamento", acrescentou o governador.

Calma que tem mais do Romeu Zema. "Tivemos, infelizmente, um atraso na aquisição de inseticidas, que é sempre feito pelo governo federal, que deveria ter chegado bem antes e até agora não chegou. O mundo está vivendo as consequências da pandemia, com falta de algumas matérias-primas. E tudo isso deve ter contribuído para que houvesse essa falta".

Antes, no entanto, vale quem entende detalhar: o secretário de saúde, Fábio Baccheretti, destacou o aumento nos casos de chikungunya e alertou para a possibilidade de sub-notificação da doença que, hoje, já representa 21% das arboviroses confirmadas em Minas. Entendeu? Nem eu. Mas vamos lá.

"Nosso receio mesmo é com a dengue, que geralmente é o que chamamos de morte evitável. Isso ocorre porque o paciente morre por, geralmente, iniciar a hidratação muito tardiamente. Ela causa um processo inflamatório que faz com que a pressão da pessoa caia e, se você chegar muito tarde no hospital, pode morrer", alertou Baccheretti.

"Então, o papel do Estado hoje é principalmente explicar e treinar a população para buscar esse atendimento rápido. E orientar os profissionais de saúde a fazerem o manejo ideal da dengue, para que a gente consiga ver os sinais de alarme dos pacientes para que eles sejam atendidos rapidamente, para, obviamente, evitar a morte", completou Fábio Baccheretti.

"O risco sempre ocorre quando há epidemia de dengue e a chikungunya também contribui para o aumento do movimento", avalia quem entende: José Geraldo Leite Ribeiro, epidemiologista e professor emérito da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

Rádios comunitárias

A pauta da reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) de amanhã, às 11h, tem só três itens. São os projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de três novas rádios comunitárias. Como tudo tem de passar por Minas Gerais, mesmo para uma pauta que não terá nenhuma dificuldade, é o presidente da CCT, o senador Carlos Viana (Podemos-MG). Se forem aprovadas, as autorizações valerão por uma década, sem direito à exclusividade. Os três projetos são relatados pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT). A reunião será na sala Alexandre Costa.

DIVULGAÇÃO

Entrevista de Bolsonaro

O ex-presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro **(foto)** é conhecido por vestir camisas de clubes brasileiros em várias ocasiões. O presidente já foi visto com praticamente todas as camisas de grandes clubes do país. E ele incluiu os também mineiros América e Cruzeiro. Feito este registro, vamos ao que interessa. Bolsonaro participou do programa Pânico, da Jovem Pan, com o Manto da Massa 2023. A entrevista para a atração televisiva foi, ontem, por vídeo-chamada, direto da Flórida, nos Estados Unidos da América (EUA), onde o político ainda se encontra.

Polêmica no Copom

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB–MS), criticou o tom do último comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) e diz que a ata é um documento político. Destacou que "as palavras têm poder e nós temos que tomar muito cuidado com elas". O embate sobre a taxa de juros é o ponto de atrito entre o governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o Banco Central, comandado pelo bolsonarista Roberto Campos Neto. A cúpula petista considera o patamar atual incompatível com a necessidade urgente de crescimento do país.

Reajuste de salários

O governador Romeu Zema (Novo) defendeu o Projeto de Lei que indica o reajuste de cerca de 300% dos salários dele, de seu vice, Mateus Simões, e seus secretários. "Para Minas continuar avançando, é preciso atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos. São mais de 15 anos de congelamento dos salários dos secretários estaduais, situação incompatível com o cargo", disse por meio das redes sociais. O reajuste seria uma "recomposição das perdas decorrentes da inflação". O PL apresentado à Assembleia prevê que o salário de Zema passe de R$ 10,5 mil para R$ 37,5 mil a partir de 1º de abril, R$ 39,7 mil em fevereiro do ano que vem e, por fim, R$ 41,8 mil em fevereiro de 2025. Já Mateus Simões, que atualmente ganha R$ 11,5 mil mensais, receberia R$ 37,6 mil em 2025.

Para terminar

Na sessão não deliberativa do Senado Federal de ontem, os senadores fizeram um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de um ataque a faca em uma escola pública de São Paulo (SP). A homenagem foi sugerida pelo senador astronauta Marcos Pontes (PL-SP). Ele lamentou a tragédia e exaltou a importância da educação. Para Marcos Pontes, é preciso "um olhar mais cuidadoso com as escolas". O senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), que presidia a sessão, lamentou a morte da professora Elizabeth Tenreiro e pediu a pronta recuperação dos feridos.

PINGAFOGO

- Em tempo, sobre a nota sobre a ata do Copom, que tratou como política: de acordo com a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB- MS), o comunicado do Copom saiu no "tom errado e não precisava ter esticado a corda" com o governo como ocorreu.
- Em pronunciamento, ontem, o senador Jorge Kajuru (PSB- GO) demonstrou preocupação com o aumento dos casos de violência nas escolas. O parlamentar lamentou o episódio da professora que morreu, na manhã de ontem.

REPRODUÇÃO

- Ao falar do caso do aluno que esfaqueou uma professora na zona oeste de São Paulo, Kajuru **(foto)** fez o seu comercial: destacou o projeto de sua autoria que define medidas para prevenir a violência contra profissionais da educação.
- No Dia Mundial do Teatro, artistas denunciam uma grave situação para a comunidade teatral do Rio de Janeiro: a Martins Pena, escola de teatro mais antiga da América Latina, localizada em um casarão no Centro da cidade, sofre com o abandono.
- Já que é assim, o jeito é abandonar as notícias ruins por hoje. FIM!

ENTREVISTA/**JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA**

Secretário Municipal de Políticas Urbanas

Secretário defende projeto de lei que reduz a cobrança de outorga onerosa em BH

"Objetivo é construir moradias"

BERNARDO ESTILLAC E ÍGOR PASSARINI

*Na última sexta-feira, a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) aprovou em primeiro turno o Projeto de Lei (PL) 508/2023, que prevê uma redução na cobrança da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), mecanismo previsto no Plano Diretor da capital. A proposta foi encaminhada pela prefeitura, que defende a ideia de que a medida busca atender a uma demanda do mercado e aumentará a arrecadação para a construção de moradias populares. Em entrevista ao **Estado de Minas**, o secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira, explicou os motivos para a elaboração do PL e os objetivos do Executivo Municipal.*

A outorga onerosa é um instrumento que pode ser utilizado pelas construtoras para construir acima do limite determinado pelo Plano Diretor. Segundo a prefeitura, o valor cobrado neste mecanismo o tornava inviável, fazendo com que as empresas optassem por outras estratégias, como a Transferência do Direito de Construir (TDC), que não gera recursos aos cofres públicos.

O PL é motivo de discussão entre pesquisadores, a PBH, movimentos sociais e as construtoras. Opositores do projeto dizem que a proposta compromete a descentralização da cidade e diminuirá a arrecadação via outorga onerosa, que deve ser destinada, em parte para políticas habitacionais.

A PBH defende que, se aprovado, o PL permitirá uma arrecadação anual de R$ 53 milhões porque torna a outorga onerosa um mecanismo viável do ponto de vista mercadológico. Teixeira segue essa linha argumentativa e destaca o planejamento da prefeitura para transformar as obras na cidade em investimento social.

Qual a origem do projeto de lei e por que a prefeitura encaminhou essa proposta à Câmara?

Vamos tentar ser bastante práticos. Existe um título que se chama TDC (Transferência do Direito de Construir). Esse título é emitido aqui pela secretaria e é originário de imóveis tombados em BH. Com o Plano Diretor, dentro da Avenida do Contorno, o potencial de construção reduziu de 2.7 para 1,0. Durante esse período de transição uma das grandes preocupações nossas foi que a outorga onerosa não estava sendo usada e basicamente estava sendo usada só a TDC. Quando foi aprovado o plano diretor, foi criado um fundo com duas rubricas. Uma delas destina os recursos que foram arrecadados através da outorga onerosa especificamente para unidades habitacionais, para populações de baixa renda, em que arrecadamos apenas R$ 1,8 milhão nos últimos três anos. Segundo levantamento do mercado, nós temos hoje entre 50 e 70 mil pessoas sem habitação em Belo Horizonte. Então, encaminhamos um projeto de lei cujo único objetivo é adequar o preço da outorga onerosa para que ela possa competir com a TDC e arrecadar recursos para o fundo de habitação. A gente vai poder passar para a Urbel, que vai poder ou comprar apartamentos prontos, ou financiar construção de imóveis ou trocar imóveis por terrenos.

Essa distorção entre o valor da TDC e da outorga onerosa acontece em toda a cidade, certo? Não seria necessário então abaixar o valor cobrado na OODC além dos limites da Avenida do Contorno?

Não, porque nas outras regiões os terrenos já são mais baratos e esse é um fator no cálculo da outorga onerosa. Vou te dar os dados. Quando eu cheguei aqui na secretaria, verifiquei que tinha muitos projetos grandes parados na prefeitura. Parados que eu digo é que estavam na Secretaria de Meio Ambiente, ou na BHTrans, ou aqui (Secretaria de Política Urbana). Aí nós fizemos junto com a Secretaria de Desenvolvimento Humano um levantamento dos projetos mais impactantes na cidade que tinham maior impacto econômico e social no sentido de gerar emprego. Eu tenho nessa carteira 48 projetos com investimento de R$ 6,2 bilhões que vão gerar 47 mil empregos. Desses 48 projetos, 42 estão fora da Avenida do Contorno, ou seja, não são atingidos por esse projeto de lei.

Na semana passada, arquitetos e pesquisadores emitiram uma nota técnica contra o PL 508 e disseram que contratos em tramitação ou valores futuros a receber pela outorga já estariam na casa dos R$ 95 milhões. Como está essa situação?

Na verdade, quando os projetos são protocolados aqui na secretaria, eles indicam se vão usar a outorga ou a TDC. Mas muitos desses projetos são cancelados, ou o projeto não anda porque a construtora desiste, ou troca de mecanismo. Então, na verdade, são estimativas, como nós também fazemos e colocamos que esperamos arrecadar R$ 53 milhões este ano se o PL for aprovado. Porque uma coisa é protocolar o projeto, outra coisa é ter o projeto aprovado, que às vezes demora seis, sete e oito meses, porque tem que passar por outras secretarias. Se é um projeto que tem um impacto maior, precisa de uma série de contrapartidas. Por exemplo, a Arena MRV, ela tem uma série de contrapartidas viárias que ainda estão em andamento, tanto que os eventos do Atlético tiveram de ser adiados porque elas não estão concluídas.

RODRIGO CLEMENTE/PBH

"Nós temos um projeto de construir moradias populares em imóveis abandonados no hipercentro de Belo Horizonte"

Então, esse projeto da prefeitura visa acelerar a arrecadação com a OODC. A PBH já tem projetos em mente para construção de moradias populares com os valores que espera arrecadar?

A prefeitura acabou de lançar o projeto de revitalização do hipercentro. Nós temos um projeto de construir moradias populares em imóveis abandonados no hipercentro. Vou te dar um exemplo de um projeto que temos também no Bonfim, onde existe um terreno em que a gente vai levar ao mercado para que construtoras façam imóveis nesse local e transfira unidades para a prefeitura, para compensar o terreno doado. Outro exemplo, o terreno mais valioso que a prefeitura tem em Belo Horizonte fica em frente ao Ouro Minas, ao lado do Minas Shopping. Nós temos um terreno ali de quase 40 mil m². Existe um projeto da prefeitura que vai permitir que a gente troque um terreno por unidades habitacionais para população de baixa renda.

A fim de resolver impasse com o Senado sobre votação de medidas provisórias do governo Lula, presidente da Câmara vai propor a Rodrigo Pacheco que a Casa tenha maioria nos colegiados

Lira quer mais deputados nas comissões mistas do Congresso

Brasília – O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários da Casa chegaram a um consenso sobre a tramitação das medidas provisórias (MPs) no começo da noite de ontem. O acordo contempla a retomada das comissões mistas, já determinada pelo presidente do Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com mudança de proporcionalidade e inclusão de prazo para a análise das proposições. A proposta será apresentada por Lira a Pacheco, em reunião entre ambos, informou a a líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ). A sugestão de deputados foi construída em reunião que se estendeu por cerca de duas horas e meia. A partir da convergência, as MPs apresentadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva passam a tramitar com os colegiados, cujos relatores serão escolhidos por Pacheco, na qualidade de presidente do Congresso.

SERGIO LIMA/AFP

Lira, que se queixava de falta de proporcionalidade nas comissões mistas, alinhou com os líderes que entre as sugestões de mudanças numéricas a mais razoável é a de um para três, ou seja, a cada um senador, haver três deputados. A proposta de emenda à Constituição sugerida há duas semanas pelo presidente da Câmara está totalmente descartada, afirmou Tarcísio Motta (Psol,RJ), vice-líder do partido. Pacheco e senadores são contrários a essa mudança.

Ainda não há construção de convergência para qual o rateio de tempo as MPs levariam dentro do Congresso, em cada Casa. Jandira, Tarcísio e o líder do governo José Guimarães (PT-CE) foram unânimes a pontuar que a expectativa é de que a solução seja dada até o final desta semana.

O Congresso Nacional vive impasse em relação ao rito das medidas provisórias. Lira e a Câmara defendem modelo adotado na pandemia de COVID, quando toda MP enviada pelo governo começava a tramitar pela Câmara. A Constituição, entretanto, determina que medidas provisórias sejam inicialmente analisadas por comissões mistas, formadas por deputados e senadores. A avaliação no Senado é de que o modelo atual dá mais poder a Lira e à Câmara. Pacheco quer estabelecer o funcionamento pré-pandemia, mas Lira não aceita, por isso, partiu para a solução alternativa de mais deputados do que senadores nas comissões mistas. "A única possibilidade de a Câmara admitir negociar, aceitar uma comissão mista, é que ela cumpra o rito de outras comissões temáticas cumprem, por exemplo, na CMO [Comissão de Orçamento] são 30 deputados e 10 senadores", disse Lira, defendendo mais deputados nas comissões mistas. Hoje são 12, mesmo número de senadores. Ele também quer que as comissões mistas tenham prazo para analisar as MPs, diferente do que ocorre hoje. Se o prazo não fosse cumprido, a medida iniciaria a tramitação pela Câmar

> “Não havendo acordo [com o Senado], o governo fez um apelo à Câmara dos Deputados e deve fazer também ao Senado Federal, de que três ou quatro MPs essenciais – como Bolsa-Família, Minha casa, minha vida e a de organização dos ministérios – nós abramos uma exceção e indiquemos os líderes para compor essas comissões [mistas]"
>
> ■ **Arthur Lira (PP-AL)**, presidente da Câmara dos Deputados

Caso o Senado não aceite os termos do acordo de Lira, o presidente da Câmara afirma que o governo ofereceu alternativa excepcional: que ao menos três medidas provisórias sejam votadas nos moldes pré-pandemia, ou seja, com comissão mista. A Câmara, segundo Lira, aceita essa solução. “Não havendo acordo [com o Senado], o governo fez um apelo à Câmara dos Deputados, e deve fazer também ao Senado Federal, de que três ou quatro MPs essenciais – como Bolsa-Família, Minha casa minha vida e a de organização dos ministérios – nós abramos uma exceção e indiquemos os líderes para compor essas comissões [mistas]", afirmou Lira. O restantes das MPs, na proposta do governo, seria reenviado na forma de projeto de lei. E a Câmara se comprometeria a votar dentro de quatro meses, o prazo pelo qual uma MP vigora antes de ser aprovada ou rejeitada.

Mais cedo, o líder do governo Lula na Câmara, José Guimarães (PT-CE) defendeu que seja mantido o rito de tramitação das estabelecido na pandemia de COVID-19. "Para quem governa, o melhor rito foi o da pandemia. Eu tenho uma opinião e já disse para o governo, para o [líder do governo no Senado, Jaques] Wagner, para o [ministro das Relações Institucionais, Alexandre] Padilha: o rito atual é o melhor", disse.

Ele afirmou que defendeu sua posição ao próprio Lula, mas ressalta que o governo "não pode impor nada" aos presidentes Arthur Lira (Câmara) e Rodrigo Pacheco (Senado). "Não vamos fazer enfrentamento nem com o Lira nem vamos fazer enfrentamento com o Pacheco", declarou. Com o impasse sobre as MPs, a agenda do governo Lula no Congresso está travada há mais de 50 dias, uma vez que o petista utilizou do mecanismo para criação e retomada de programas como o Minha casa, minha vida, além de mudanças estratégicas na estrutura do governo.

EVARISTO SÁ - AFP

Valdemar da Costa Neto pediu apoio na segurança de Jair Bolsonaro ao governo do Distrito Federal

Bolsonaro diz que volta ao Brasil na quinta-feira

Brasília – O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, enviou ofício ao governo do Distrito Federal e ao Ministério da Justiça pedindo apoio na segurança para a chegada do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Brasil. Após uma temporada de três meses nos Estados Unidos, a equipe do ex-chefe do Planalto confirmou que ele retorna ao país na próxima quinta-feira. Hoje, os órgãos responsáveis já se reúnem para a elaboração de um plano de atuação. A ação do governo deve se limitar apenas à chegada de Bolsonaro, que deve desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília por volta das 7h15 de quinta. O ex-presidente está nos EUA desde o fim de dezembro, após sair derrotado das eleições que definiram vitória ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No Brasil, Bolsonaro deve cumprir agenda institucional como presidente de honra do PL. Ele também deve se consultar com o médico-cirurgião Antônio Luiz de Vasconcellos Macedo para um procedimento de correção de hérnia e obstruções intestinais por conta do episódio da facada, durante a campanha para a Presidência da República de 2018, em Juiz de Fora.

Em solo norte-americano, Bolsonaro participou de eventos e questionou publicamente o resultados das eleições, além de defender bandeiras conservadoras como, por exemplo, flexibilização do armamento e "família tradicional", bem como teceu críticas ao Judiciário brasileiro. Ele deve manter o mesmo tom no Brasil para inflamar as alas bolsonaristas e tentar gerar impacto nas eleições municipais de 2024.

O ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Fabio Wajngarten, confirmou o convite feito pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, a Bolsonaro. O ex-presidente se filiou ao partido em novembro de 2021, com o intuito de disputar as eleições, após um período de dois anos fora de algum partido. Ele havia sido eleito pelo PSL, mas deixou o partido ainda no primeiro ano de mandato, por divergências dentro da legenda.

O cargo de presidente honorário do partido já havia sido “ventilado” em novembro de 2022. O plano é que o presidente continue como uma figura influente e chegue forte para concorrer à Presidência em 2026. Ainda de acordo com a coluna da jornalista Carla Araújo, para o UOL, Bolsonaro pode receber um salário equivalente a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), algo por volta da casa de R$ 39 mil. Costa Neto já cogitou retomar as motociatas quando Bolsonaro retornar ao país, a exemplo do que ele fazia pelo país quando era presidente da República.

Na última terça-feira, a ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro tomou posse como presidente do PL Mulher. O cargo tem como objetivo incentivar o engajamento feminino na política. Ela deve receber o mesmo salário de um deputado federal, R$ 33.763. Michelle já chegou a ser apontada como opção do partido para disputar o Senado em 2026.

LUIZ CARLOS AZEDO

ENTRE LINHAS

>>E-mail para esta coluna: luizazedo.df@dabr.com.br

"Enquanto o governo Lula não der uma resposta ao seu maior problema, a recuperação da economia, a ambição do presidente da Câmara encontrará terreno fértil"

Não custa nada lembrar, Lula quase perdeu a eleição

Entre os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não são de esquerda – muitos dos quais o apoiaram já no primeiro turno –, cresce a preocupação com os riscos de ingovernabilidade que está correndo, diante dos desafios de seu novo governo. A sombra que persegue Lula vai pra bem longe, a presidente Dilma Rousseff, que assumirá a presidência do banco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com um salário equivalente a R$ 200 mil. Entretanto, a comparação do atual governo com o de Dilma, que não é nada alvissareira, está se tornando cada vez mais frequente.

Lula nem completou ainda 100 dias de mandato, mas seu governo começa a envelhecer rapidamente. Antigos conflitos e problemas emergiram nesse período, como as invasões de terra do MST, o aparelhamento das estatais e fundos de pensão pelo PT e a eterna disputa entre os moderados e a esquerda petista pela política econômica do governo. Para complicar ainda mais, pululam no governo os possíveis candidatos à sucessão de Lula, o que é uma insanidade, em se tratando de uma administração que precisa primeiro dar certo.

Alguém precisa refrescar a memória dos petistas de que Lula quase perdeu a eleição para Jair Bolsonaro: a vitória no segundo turno foi por 50,9% a 49,1% dos votos válidos. Lula ganhou a eleição graças ao voto das mulheres e dos mais pobres, mas a diferença decisiva veio dos votos de Simone Tebet, que se empenhou na campanha de Lula no segundo turno, e Ciro Gomes, por gravidade, via PDT. Bolsonaro obteve mais votos da chamada "terceira via" do que Lula, o que é um sinal de que esses segmentos sociais e políticos de centro podem se deslocar facilmente para a oposição ao governo.

Além disso, não houve a trégua tradicional dos adversários. Os bolsonaristas tentaram dar um golpe de estado no dia 8 de janeiro e foram derrotados; apesar de isolados, nunca perderam a capacidade de mobilização e influência. Embora Bolsonaro tenha sido derrotado, o PL elegeu a maior bancada da Câmara e estrutura o bloco de oposição no Senado. Forma com o PP, cujo presidente é o ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira (PI), a aliança estratégica do Centrão no Congresso. Vem daí as ambiguidades do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que se reelegeu com apoio de um blocão que vai do PL ao PT.

No Senado, a fronteira entre e o governo e a oposição foi traçada com a reeleição do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a Presidência na Casa, porém, seu adversário, senador Rogério Marinho (PL-RN), lidera uma oposição ideológica e aguerrida. Na Câmara, a situação é completamente diferente, existe uma "terra de ninguém" entre governo e oposição, formada pelas "bancadas independentes", que Arthur Lira controla por meio de seus líderes. É nessa "terra de ninguém" que a governabilidade de Lula se torna frágil.

A crise entre o Senado e a Câmara em torno da tramitação das medidas provisórias, cujo rito está previsto na Constituição, conforme deixou claro o senador Rodrigo Pacheco, reflete a ambição de poder de Arthur Lira, que pretende alargar seus poderes de presidente da Câmara e ser o fiador da governabilidade de Lula no Congresso. As medidas provisórias, durante a pandemia, tramitaram diretamente de um plenário para outro, sem passar pela comissão mista que deveria apreciá-las.

Mediação onerosa

O presidente da Câmara não deseja instalar a comissão mista e responsabiliza Pacheco e o Palácio do Planalto pela paralisação da tramitação das medidas provisórias. Caso seja instalada, senadores e deputados que a integrarem adquirirão capacidade própria de negociação com o governo, o que enfraqueceria Lira. O presidente da Câmara não deseja perder esse poder de negociação com Lula. E alega que a manutenção do rito anterior havia sido pactuada com os representantes do governo.

Houve duas conversas recentes de Lira com Lula, uma das quais sozinho. Nelas, se colocou como mediador das relações do presidente da República com a Câmara. Enfraqueceu, a um só tempo, o líder do governo, José Guimarães (PT), o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que está sendo fritado por gregos e baianos. Homem forte do governo, o ex-governador baiano deu um chá de cadeira de 45 minutos no ministro Haddad.

Esse tipo de relação entre o presidente da República e o presidente da Câmara tem precedentes históricos. Foi assim entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães (no antigo PMDB); de igual maneira, entre Fernando Henrique Cardoso e o deputado Luiz Eduardo Magalhães (no antigo PFL). Havia sintomia e, ao mesmo, tensões entre ambos, mas nada se compara ao tipo de relação de tutela que Lira pretende impor a Lula. O presidente da Câmara também pretende desempenhar o papel de porta-voz dos grandes grupos econômicos do país no debate econômico.

A residência oficial de Lira se tornou uma espécie de "muro das lamentações" (com todo respeito) para os insatisfeitos com o governo. Lula ataca os juros, o presidente do Banco Central (BC), Rodrigo Campos Neto, e executivos dos bancos de investimentos correm para Lila. O MST invade terras produtivas, a bancada do agronegócio lhe pede socorro. Enquanto o governo Lula não der uma resposta ao seu maior problema, a recuperação da economia, a ambição do presidente da Câmara encontrará terreno fértil.

MARCHA

Chefes do Executivo querem que o governo federal repasse recursos extras do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Reforma tributária e obras também estão na pauta

Prefeitos mineiros buscam quase R$ 1 bilhão em Brasília

ÍGOR PASSARINI

Centenas de chefes do Executivo municipal mineiro chegaram, ontem, a Brasília para a XXIV Marcha dos Prefeitos. Eles reivindicam aumento de R$ 900 milhões no repasse feito pelo governo federal a Minas Gerais. Segundo a Associação Mineira de Municípios (AMM), o valor representa 1% da arrecadação anual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). "Estamos pedindo a inclusão deste percentual extra no mês de março para todas as cidades brasileiras", informou o presidente do órgão e prefeito de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, Dr. Marcos Vinicius Bizarro (PSDB).

Com o tema "Pacto Federativo: um olhar para o futuro", o evento ocorre até a próxima quinta-feira. A abertura será realizada hoje, às 9h, com presenças confirmadas do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), e do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). A delegação mineira na capital federal conta com 1.700 pessoas, incluindo mais de 400 prefeitos.

"A marcha é o momento de mostrarmos a importância do municipalismo. Momento de discutirmos com os que fazem as leis que a vida do cidadão é na cidade, não em Brasília ou no estado. Os nossos maiores problemas começam em Brasília, que cria obrigações, mas sem apontar a fonte", disse a prefeita de Nepomuceno, no Sul de Minas, Iza Menezes. "São programas subvencionados, pisos salariais sem provisão de recursos, enfim, momento de mostrarmos união para tentarmos melhorar o pacto federativo. Pacto esse em que os municípios são responsáveis pela prestação de serviços aos cidadãos mas ficam com os menores recursos", completou.

O pacto federativo é o conjunto de dispositivos constitucionais que moldam a área jurídica, as obrigações financeiras, a arrecadação de recursos e os campos de atuação dos entes federados. A 11ª Reunião da AMM com a bancada mineira no Congresso Nacional também será realizad hoje, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Segundo o órgão, o encontro é usado para apresentar a pauta prioritária, com temas essenciais para o municipalismo, como o déficit habitacional, a reforma agrária e o limite para o Microempreendedor Individual (MEI).

> "Estamos pedindo a inclusão deste percentual extra no mês de março para todas as cidades brasileiras"
>
> **Marcos Vinicius Bizarro (E),** prefeito de Coronel Fabriciano e presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS/DIVULGAÇÃO

> "A marcha [dos prefeitos] é o momento de mostrarmos a importância do municipalismo. Momento de discutirmos com os que fazem as leis que a vida do cidadão é na cidade, não em Brasília ou no estado"
>
> **Iza Menezes (PSD),** prefeita de Nepomuceno, no Sul de Minas

"A marcha é a grande oportunidade de o movimento municipalista ecoar sua voz. O que queremos é um pacto federativo mais justo com os municípios. É nos municípios que vivem os cidadãos, onde realmente as coisas acontecem. E a realidade é inversa. A maior parte dos recursos fica em Brasília, decisões são tomadas sem nos ouvir. Isso que precisamos mudar. E um dos caminhos é o aumento de 1% do FPM que está entre as prioridades do nosso movimento", afirmou o prefeito de Itapecerica, no Centro-Oeste de Minas Gerais, Wirley Reis (Podemos).

Outra pauta que vai ser debatida no encontro é a diminuição da população apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último levantamento. "A população realmente vem diminuindo e o critério usado hoje para a questão da distribuição do FPM é através disso. Então, a gente tem que ter outro mecanismo para a redistribuição desses recursos para que o impacto não seja tão agudo. Também estamos discutindo um projeto de lei para que estes municípios que foram prejudicados tenham esse impacto diluído durante dez anos", ponderou Bizarro.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Além da reunião com a bancada mineira, está programada, para amanhã, uma reunião da Associação Mineira de Municípios com o grupo de trabalho da reforma tributária, para a apresentação de propostas e proposições. O coordenador do encontro é o deputado federal por Minas Gerais Reginaldo Lopes (PT). Atualmente, existem duas propostas em discussão: a PEC 110/2019, originada no Senado, e a PEC 45/2019, de iniciativa da Câmara. "Estamos muito preocupados com a reforma tributária, que será pauta durante a marcha, porque nós, municípios, somos entes federados, diretamente impactados. Então, precisamos ser ouvidos", afirmou o presidente da entidade, que permanecerá no cargo até 2025.

Para a Associação Mineira de Municípios, é difícil comparar a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a do ex-presidente Jair Bolsonaro, já que o petista tomou posse há menos de 100 dias. Entretanto, ele ressaltou a retomada dos programas Mais Médicos e o recadastramento do Bolsa-Família, além da retomada de obras. "A gente espera que continuem com as políticas que foram adotadas e que impactam positivamente nos municípios, mas é um governo que ainda está se encontrando, que ainda está no período de lua de mel", disse Bizarro.

> "É nos municípios que vivem os cidadãos, onde realmente as coisas acontecem. E a realidade é inversa. A maior parte dos recursos fica em Brasília, decisões são tomadas sem nos ouvir"
>
> **Wirley Reis,** prefeito de Itapecerica

IMPASSE

Efraim Filho, que preside grupo sobre comércio, serviços e empreendimentos, e Rodrigo Maia, que dirige entidade de instituições financeiras, criticam intenção do governo de alterar comando

Frente parlamentar rejeita mudança na direção do Sebrae

LUCIO BERNARDO JUNIOR/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bernardo Estillac

O impasse envolvendo a direção do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o governo federal chegou ao Congresso Nacional. Em nota, a Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS) manifestou preocupação com os rumores de que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende refazer a eleição do conselho diretivo da organização para trocar o comando escolhido no fim do ano passado, ainda sob a gestão de Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto.

"Acompanhamos, com muita preocupação, o noticiário das últimas semanas a respeito de iniciativas para anular o resultado de eleição realizada em 29/11/2022, na qual foram escolhidos os novos dirigentes do Sebrae para o quadriênio 2023-2026, em total conformidade com os estatutos da instituição e à legislação em vigor no país. Os dirigentes foram empossados em 04/01/2023 e estão em pleno exercício de suas funções. Agora, exige-se a destituição deles e a realização de uma nova eleição, uma vez que houve uma troca de comando no Palácio do Planalto", diz a nota emitida pela FCS.

A nota ainda diz que a atual direção do Sebrae se compromete em atuar em consonância com o atual governo federal e que o serviço será um aliado dos programas governamentais de incentivo ao empreendedorismo, criação de emprego e geração de renda no âmbito dos pequenos negócios.

Em entrevista ao Estado de Minas, o senador Efraim Filho (DEM-PB), presidente da FCS, ressaltou que o Brasil convive com um desafio de gerar empregos e que os micro e pequenos são a força motriz para criação de postos de trabalho. Ele exaltou o trabalho do Sebrae e disse que não é ideal que ocorram interferências governamentais na direção do serviço.

"O impacto de uma mudança na direção seria desequilibrar essa relação entre o Sebrae e o governo federal, que a gente entende que deva ser pautada pela harmonia e independência, portanto, é essencial preservar as conquistas institucionais do Sebrae. A estabilidade na relação com o poder público, especialmente o governo federal, deve ser harmoniosa, porém independente, sem relação de subserviência ou interferência na sua administração. Dessa forma, é um 'jogo de ganha-ganha', bom para o Sebrae, bom para o governo, e melhor ainda para os micro, pequenos e médios empreendedores do Brasil", disse o parlamentar.

Carlos Melles é o atual presidente do Sebrae, reeleito para o quadriênio 2023-2026 em novembro do ano passado, concorrendo em chapa única. O conselho formado em 2022 ainda conta com Margarete de Castro Coelho como diretora técnica e Bruno Quick Lourenço de Lima como diretor de Administração e Finanças.

Melles é natural de São Sebastião do Paraíso-MG e foi deputado federal por Minas Gerais durante seis mandatos entre 1995 e 2019. Os atritos entre a direção do Sebrae e o governo Lula se arrastam desde o fim do ano passado, quando o petista ainda não havia assumido a presidência. Então chefe do gabinete de transição, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) chegou a pedir que a eleição do conselho diretivo fosse adiada para este ano, mas não obteve sucesso. Além da FCS, que é uma coalizão suprapartidária composta por 215 parlamentares, a possível interferência na direção do Sebrae causa apreensão em outras instituições.

RISCOS COM ALTERAÇÃO

O diretor-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, elogiou a atual gestão do serviço: "Acho que essas disputas sempre existem. O que se deve avaliar sempre é a qualidade e o perfil das pessoas que comandam, nesse caso o Sebrae, que é uma equipe de muita qualidade com o Melles, a Margarete e o Bruno. Pessoas que passaram pelo Parlamento, tem boas relações com todos. Isso que é importante. Não pode ter um antagonismo na relação do Sebrae com o governo federal, porque é uma parceria óbvia", afirmou o ex-deputado.

Para Maia, a atual situação econômica do Brasil é um fator agravante para possíveis efeitos deletérios de uma mudança na direção do Sebrae. Ele reforça a visão de que Melles é um líder capaz de articular com o governo Lula e disse que a continuidade de seu trabalho é importante para evitar uma interrupção do funcionamento do sistema.

"Melles teve muitos mandatos na Câmara, passou por muitos governos sempre com uma relação muito boa. Os políticos mineiros têm essa capacidade de articulação, de compreender novos cenários e acho que o Melles é um ativo para o governo. A saída num momento desses, com juros altos e muita dificuldade, pode gerar uma paralisia no Sebrae e acho que o trabalho já é bem feito e ele pode continuar sendo executado. Nesse momento que o Brasil vive é importante ter a continuidade do trabalho", concluiu.

> "O impacto de uma mudança na direção seria desequilibrar essa relação entre o Sebrae e o governo federal, que a gente entende que deva ser pautada pela harmonia e independência, portanto, é essencial preservar as conquistas institucionais do Sebrae. A estabilidade na relação com o poder público, especialmente o governo federal, deve ser harmoniosa, porém independente, sem relação de subserviência ou interferência na sua administração. Dessa forma, é um 'jogo de ganha-ganha', bom para o Sebrae, bom para o governo, e melhor ainda para os micro, pequenos e médios empreendedores do Brasil"

■ **Efraim Filho (DEM-PB)**, senador, presidente da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS)

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

> "[Carlos] Melles teve muitos mandatos na Câmara, passou por muitos governos sempre com uma relação muito boa. Os políticos mineiros têm essa capacidade de articulação, de compreender novos cenários e acho que o Melles é um ativo para o governo. A saída num momento desses, com juros altos e muita dificuldade, pode gerar uma paralisia no Sebrae e acho que o trabalho já é bem feito e ele pode continuar sendo executado. Nesse momento que o Brasil vive é importante ter a continuidade do trabalho"

■ **Rodrigo Maia**, ex-presidente da Câmara dos Deputados, diretor-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e ex-presidente da Câmara dos Deputados

OPINIÃO

E-MAIL: opiniao.em@uai.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5373

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO
VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS CORPORATIVOS: JOSEMAR GIMENEZ DE RESENDE
DIRETOR DE PUBLICIDADE: MÁRIO NEVES
DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS
DIRETOR DE REDAÇÃO: CARLOS MARCELO CARVALHO
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: SÔNIA MÁRCIA SOUZA SILVA CAMPOS
EDITORA-EXECUTIVA: RENATA NEVES

EDITORIAL

Reformas para o Brasil crescer

O adiamento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China resultou em frustrações dentro do governo, mas abriu uma brecha para que o Palácio do Planalto acelere uma série de projetos que, sem sombra de dúvidas, farão muito bem ao país. A começar pelo novo arcabouço fiscal, cuja divulgação estava marcada para depois da volta do líder brasileiro da nação asiática. As novas regras fiscais são fundamentais para trazer a tranquilidade que a economia precisa para voltar a crescer. Além de abrir caminho para a queda da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano, dará um sinal claro ao setor produtivo de compromisso com a previsibilidade, ponto fundamental para investimentos que resultem em mais empregos e aumento da renda.

O governo poderá, ainda, trabalhar com mais afinco para a retomada efetiva dos trabalhos no Congresso, hoje travados pela disputa entre os presidentes da Câmara e do Senado em torno do rito de votação das medidas provisórias. Há a promessa de que ao menos 13 MPs editadas na administração passada serão avaliadas nesta semana, mas o suspense continua no ar, colocando em risco o funcionamento da máquina pública e prejudicando os mais pobres, pois as novas regras do Bolsa Família estão no pacote de projetos parados. Lula, com toda a sua expertise em negociação política, deve entrar em campo para que deputados e senadores cheguem a um consenso. Será um serviço essencial à nação, cujas demandas não param de crescer.

> Todas as projeções apontam que a simplificação do sistema de impostos permitirá ao Brasil dar um salto espetacular

Outro ponto relevante será o encaminhamento da reforma tributária, esperada há mais de três décadas. Após anos e anos de discussões, o tema está maduro para ir à votação. Todas as projeções apontam que a simplificação do sistema de impostos permitirá ao Brasil dar um salto espetacular, seja tornando o ambiente de negócios mais amigável, seja fazendo justiça social, pois, da forma como a estrutura arrecadatória está montada, são os mais pobres que, proporcionalmente, despejam mais recursos nos cofres do Tesouro Nacional.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, vêm enfatizando que o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária compõem a pauta prioritária do governo neste primeiro semestre. No caso da mudança no sistema de impostos, a proposta é começar pelo consumo, hoje extremamente onerado, enquanto a renda é pouco tributada. Corrigir essa distorção é fundamental. Isso passa pela eliminação de alguns impostos e fusão de outros, deixando mais justo o recolhimento de taxas pela população e pelas empresas. O Brasil está muito atrasado nesse quesito em relação ao mundo civilizado, afastando capitais que poderiam incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) e reduzir as desigualdades sociais.

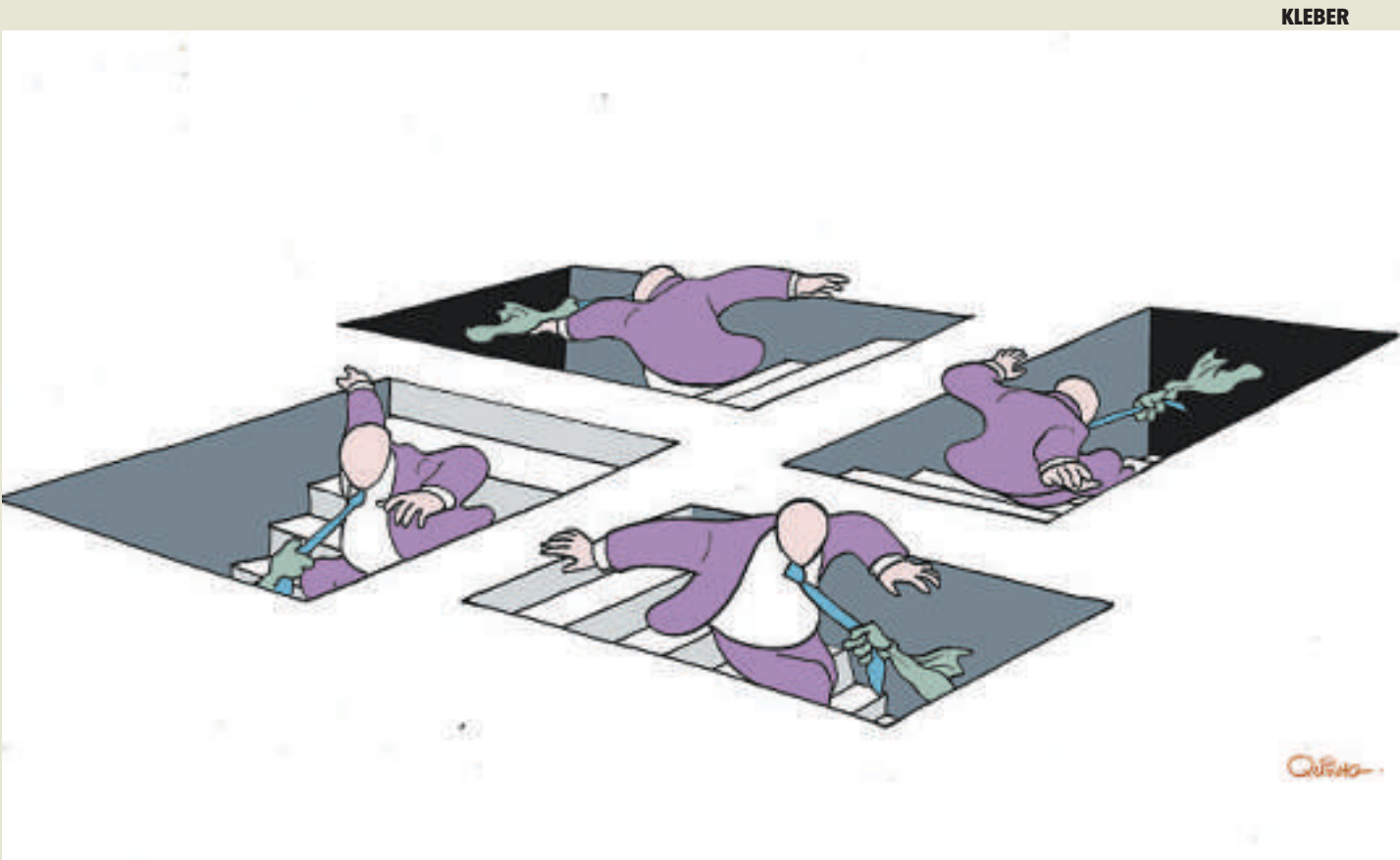
É certo que, independentemente de toda a discussão em torno dos projetos de reforma que estão na Câmara e no Senado, que devem ser fundidos, priorizando o que cada um tem de melhor, haverá muita gritaria, sempre com o argumento de que alguns setores econômicos serão prejudicados. Faz parte do jogo. O que realmente deve imperar é o benefício da reforma para a maioria. O Brasil é um país de privilégios aos grupos mais organizados, que conseguem falar mais alto. Não é possível, porém, que essas castas continuem dando as cartas diante de um fosso tão profundo que separa ricos e pobres.

A convicção da sociedade, em sua maior parcela, é de que a reforma, assim como o novo arcabouço fiscal, é preponderante para que o país tire os dois pés do atraso. Está nas mãos do governo e do Congresso cumprirem a promessa de fazer do Brasil uma economia moderna, mais justa, amigável ao capital, com segurança jurídica e envolta em credibilidade. Que esse empenho prevaleça.

FRASE

Tem muito jovem que fala de política muito bem. Acho que deixamos um legado para muita gente a se interessar por política

■ **Jair Bolsonaro (PL)**, ex- presidente da República, ao valorizar novas lideranças

KLEBER

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET

twitter @em_com | facebook www.facebook.com/estadodeminas | e-mail opiniao.em@uai.com.br | site www.em.com.br/opiniao

POR CARTA

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE, PODENDO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE.
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2º ANDAR - FUNCIONÁRIOS - BELO HORIZONTE - MG - CEP 30112020 - FAX: (31) 3263-5070

POLÍTICA

Lula, Moro e ameaça de morte

Antônio José Gomes Marques
São Paulo

"Lula, o ser mais honesto do Brasil, diz aos risos que a ameaça de morte do Moro é armação dele, ou seja, continua com o maldito Nós e Elles. Lula na boa armação e teu parça comunista Dino para encontrar traficantes em favela. Quem mandou matar Moro? O Brasil nunca será sério."

GOVERNO

Leitor sugere canal de comunicação

Antonio Negrão de Sá
Rio de Janeiro

"Teoria conspiratória foi inventada em 1960 pela CIA para desacreditar as teorias sobre o assassinato do presidente Kennedy. A conspiração existe e a CIA é uma propulsora central nessas tramas. No Brasil não há dúvida de que a operação Lava-Jato foi uma conspiração antipetista, antidemocrática, antinacional. Há no Brasil uma elite, classe dominante (bilionários) com esse perfil, desde a colônia. A conspiração de 2016 não terminou. O antipetismo continua vivo, principalmente no mercado financeiro e na grande mídia. Não aceitam a derrota eleitoral. Juros de 13,75% é chantagem e pena de morte para o governo Lula. Divergências na Câmara e Senado, ataque ao RN, a Moro são outras evidências. Governo Lula precisa abrir uma comunicação direta com a população para não ser contaminado por narrativas que desinformam e mentem."

CONSUMO

Realidade das viagens de navio

Ivan Silva
Itabira – MG

"Propaganda de navios de cruzeiros: muitos vão pela emoção, não sabem que vão encontrar muita gente, piscina com água salgada, o navio balança e muitas pessoas têm enjoo. As paradas nas cidades são curtas, se atrasar pode partir sem você. Muitas paradas não têm porto, tendo que pegar barquinhos para chegar ao litoral, tem fila e senha, nem tudo está incluído no preço, comidas em restaurantes especiais e internet são pagas. Tem fila para almoçar e tomar café no restaurante comum."

● SKANK FAZ SHOW HISTÓRICO, COM MUITAS LÁGRIMAS, E ENCERRA A CARREIRA EM BH

"Foi intenso, uma energia fantástica."
■ **@synara_guimaraes_**

"Um dos melhores shows da vida! Valeu, Skank!"
■ **@virginia.bragas**

"Melhor show que já fui! Foi incrível!"
■ **@priscilapebraga**

"Foi maravilhoso, indescritível!"
■ **@anagloria8740**

"Showzaço, com a ilustre participação de Milton Nascimento."
■ **@vini.saso**

"Que lindo. Muito legal ver a trajetória da banda."
■ **@vaga_mundoprado**

"Foi espetacular. Incrível trabalho e trajetória. Atravessou gerações e nunca será esquecida."
■ **@carolina_cpa**

"Emocionante. Que alegria ter estado presente nesse momento histórico. Parabéns, Skank. Valeu, só música boa."
■ **@iza.resende**

● ATAQUE DE ALUNO MATA PROFESSORA E DEIXA FERIDOS EM ESCOLA DE SP

"E ainda querem mais armas, se com faca já acontece isso."
■ **@jenifer_vieira**

"Redução da maioridade penal já para 14 anos!"
■ **@douglas_doug_ddv**

"Em orações, só isso. Orações porque está absurdo, muita coisa no mundo. Deus, nos ampare. Que tristeza."
■ **@kellypaulapersonal**

"De partir o coração, viu, que mundo estamos? Senhor, tenha misericórdia."
■ **@tavaresfrancynne**

● PREÇO MÉDIO DA GASOLINA NA GRANDE BH CAI R$ 0,26

"O barril de petróleo estava US$ 124, agora vale US$ 80. Ninguém faz milagres."
■ **Fernando Moreno**

"Preço do etanol me agrada."
■ **Helbert Martins**

"Em BH, com a volta dos impostos, vi até R$ 5,39. Mas já tô vendo de R$ 5,15."
■ **Nicole Ribeiro**

● BR-381: POR QUE O RISCO NA ESTRADA VAI MUITO ALÉM DA RODOVIA DA MORTE

"Pista sinuosa com muitos trechos sem acostamento, caminhão que não acaba mais, principalmente com pedra, e uma imprudência sem igual. Receita perfeita para tragédias."
■ **Rafael Moraes**

"E as carretas carregadas com minério, qual órgão federal fiscaliza diariamente? E a pista suja com poeira ou barro de minério na saída dos caminhões que entram na BR na região de Igarapé, nas proximidades da engarrafadora de água mineral, qual órgão federal fiscaliza?"
■ **Wellington Reis**

A insuficiência de ser o que é: mulher

Relly Amaral Ribeiro

Mestre em serviço social e política social pela Universidade Estadual de Londrina, professora e tutora dos cursos de pós-graduação em serviço social do Centro Universitário Internacional Uninter

Ser mulher é ouvir desde pequena que não se é suficiente, que está errada, está sendo inapropriada. Interessante que, apesar disso, sempre necessária. A roda do mundo não gira sem o trabalho da mulher, principalmente aquele invisível e que ninguém quer fazer, como o trabalho doméstico ou as funções menores e subalternas.

Mas, na verdade, não é sobre esse invisível que quero falar. Esse invisível é apenas parceiro e consequência do outro – o de não ser aceita. Mulheres ao redor do globo também ganham visibilidade nas mais diversas áreas de atuação e, ainda assim, independente do sucesso dos seus feitos, quando lemos a notícia sempre vem os destaques: sua idade, vida pessoal e aparência física. "Mas, veja bem, qual o problema?" A resposta está na própria pergunta: por que a idade, aparência e vida de uma atriz que está ganhando o Oscar, da CEO de uma empresa em expansão ou de uma caloura do curso de biomedicina importam e incomodam tanto? Qual o problema? Bom, sabemos onde não está o problema: nos corpos masculinos. Esses, dificilmente, são julgados por sua aparência, idade, escolhas de vida ou companhias.

Por que insistimos em diminuir as mulheres que fogem do padrão estético ou da idade considerada apropriada, independentemente de suas conquistas? Somente somos produtivas até os 40 anos e belas até os, 25, 30 anos? Mas quem definiu isso? Confesso que para mim já está cansativo o discurso de que é tudo culpa dele, o patriarcado. Essa entidade sem corpo ou cabeça definidos e que, como o Leviatã de Hobbes, domina e se impõe de forma absoluta a todos os humanos – esses seres que insistem em lutar todos contra todos. Sabemos que não é tão simples assim e que inclusive é difícil lutar contra um inimigo absoluto indefinido. Fica mais fácil quando damos cara, nome e corpo a esse monstro. Aqui prefiro chamá-lo de mercado.

Um dos princípios absolutos do capitalismo monopolista, em crise desde a década de 70, é criar necessidades. Ao incutir a necessidade, nosso monstro também cria a solução. Sendo assim, ao criarmos seres "incompletos", não suficientes, errados e inapropriados, não basta ganhar o Oscar após os 50 anos, é preciso mais – aparentar ser mais jovem, ter mais seios, pele mais lisa, ser mais magro ou ter mais curvas. Não basta após uma vida de luta para sustentar família e criar filhos, através de empregos mal pagos, passar no vestibular – é preciso entrar na faculdade ainda jovem, mesmo sem tempo ou dinheiro para tal. Não basta ser uma CEO de sucesso, é preciso ter também um relacionamento de sucesso – você tem muita energia "masculina", isso não é atraente, está disputando com homens, tem que ser submissa, aprenda com as coachs de relacionamento!

> O etarismo, machismo, gordofobia e outros filhos feios do mercado com o seu dom de iludir provocam diariamente nas mulheres a sensação de não ser o bastante

O etarismo, machismo, gordofobia e outros filhos feios do mercado com o seu dom de iludir provocam diariamente nas mulheres a sensação de não ser o bastante, perspectiva essa reforçada e replicada. principalmente por mulheres, como no caso das universitárias de Bauru (SP) que debocharam da colega de 40 anos.

Na roda viva das relações efêmeras e líquidas de Bauman a única certeza é a insatisfação e o reforço das aparências sobre a essência. Existe solução para isso, várias, porém são bem caras e nunca suficientes. A única suficiência Caetano já cantou, em um trecho da música citada acima – complementada aqui pelos Engenheiros do Havai: "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é", sem julgamentos e ideações. "Somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter."

Sistemas de gestão devem ganhar mais relevância

Cadu Lopes

CEO da Doctoralia Brasil, Peru e Chile

O Brasil soma 1.023 healthtechs, representando um aumento de 60% quando comparado com o ano de 2016, segundo pesquisa da Distrito Healthtechs Report 2022, realizada pela Distrito, plataforma que conecta soluções para startups. Tais dados são animadores e nos mostram um vasto oceano que ainda deverá ser explorado pelos empreendedores do setor de saúde em nosso país.

A questão é que, justamente por ser um segmento essencial e sensível, são muitos os desafios encontrados pelo caminho. Um deles, e que tem ganhado relevância, é a gestão aplicada por clínicas e hospitais, impactando diretamente na experiência do paciente, afinal uma gestão eficiente na saúde vai muito além de conquistar resultados positivos para o negócio, significa zelar pela vida, saúde e bem-estar das pessoas.

De acordo com o Panorama das Clínicas e Hospitais 2023, o mercado está gradativamente percebendo que a gestão da agenda é uma atividade que requer ferramentas profissionais. Quase metade dos entrevistados, cerca de 49% das clínicas e hospitais, contam com um software pago para administrar consultas, enquanto 29% têm um sistema próprio. Na edição de 2022, esses números eram de 45% e 25%, respectivamente.

> A gestão por meio de telefone ainda é extremamente importante para clínicas e hospitais

Outro ponto de atenção na gestão é a centralização (ou não) das informações, sejam elas financeiras, burocráticas ou até mesmo sobre os pacientes. Do total, 67% dos respondentes do Panorama afirmam que todos os colaboradores usam o mesmo sistema, enquanto 20%, não. A tendência é que essa última parcela sofra com falta de produtividade, desordem e falhas frequentes, gerando uma má percepção dos pacientes.

A gestão por meio de telefone ainda é extremamente importante para as clínicas e hospitais. Ainda segundo dados apontados no Panorama 2023, 56% dos entrevistados relatam que o próprio aparelho é a ferramenta de gerenciamento das ligações. Aqui vale uma ressalva, visto que essa prática revela uma limitação, já que métricas importantes para o controle adequado do fluxo telefônico não são registradas, como o número de ligações recebidas, os horários de pico, a taxa de chamadas perdidas e o tempo médio de retorno. Sem tais informações, fica um pouco mais complicado ter insights e tomadas de decisões assertivas.

Por fim, vale a máxima "não se pode melhorar o que não se pode medir". Portanto, quando falamos de gestão em saúde, é preciso selecionar os KPIs (indicadores-chave de desempenho) que quantificam a produtividade da equipe, visando ter rotinas otimizadas, processos estratégicos e mais tarefas realizadas em menos tempo, de forma eficiente.

Como equilibrar os desafios do primeiro semestre no ano pré-vestibular

Lorenzo Tessari

Chief Operating Officer (COO) da Gama Ensino

No ano do pré-vestibular, os desafios são muitos e devem ser equilibrados o quanto antes, para não se transformarem em uma "bola de neve", principalmente quando muitos candidatos vêm de uma frustração recente por não terem sido aprovados no ano anterior. É essencial que os alunos busquem balancear as demandas desde o início, mesmo sendo um processo com várias adversidades.

O primeiro passo é fazer uma autoanálise do que deu errado e seguir em frente sem ter um peso nas costas. Posteriormente, é necessário decidir qual curso e qual faculdade o interessado deseja ingressar. Esse ponto implica no desafio da escolha, mas também da abdicação.

Sabemos que o candidato se torna muito mais eficiente quando determina apenas um foco e se dedica a ele. Porém, o que vemos são muitos estudantes não conseguindo eleger apenas uma opção, se preparando paralelamente para várias provas sem ter um foco, o que diminui as chances de aprovação em todas as opções.

O segundo ponto é o início dos estudos. É comum os candidatos começarem o ano com muita energia e implementarem um ritmo acima do necessário para essa etapa. Por terem vindo de um período de férias, o corpo e a mente não estão habituados com as rotinas intensas de estudo. Assim, a alta intensidade no início causa um rápido cansaço e uma grande frustração por não conseguirem render o que foi proposto no começo. Dessa forma, uma evolução gradual no volume de estudos é crucial.

Além disso, é importante entender a importância da organização, já que a falta dela é sem dúvida um grande problema a ser enfrentado. Afinal, estudar é um processo que será levado durante todo o ano. Caso não haja uma conscientização do aluno quanto à organização, tanto em cronogramas quanto no registro de suas atividades, em pouco tempo o estudante não terá mais controle dos seus passos e ficará perdido em suas próprias demandas. Plataformas de gerenciamento de tarefas e aplicativos dedicados a essas atividades podem ser uma "mão na roda" nesse aspecto.

É fundamental que o estudante equilibre o psicológico, não abrindo mão do contato social com amigos e família, além de, se possível, manter acompanhamento com um profissional. Também é importante que ele tenha uma boa rotina física, alimentando-se, fazendo atividades e descansando na medida certa; bem como nos estudos, sabendo priorizar os conteúdos que impactam na nota, realizar simulados desde o início e incluir revisões periódicas em seus estudos. Esse tripé psicológico-físico-cognitivo deve ser respeitado. Se um dos pontos falharem, o resultado é impactado negativamente.

Vivemos na era da ansiedade e no ano pré-vestibular isso é intensificado. Estudos recentes têm indicado que há uma incidência elevada de depressão, angústia psicológica e ansiedade em alunos que se preparam para o vestibular (conforme demonstrado em "Depressão e angústia psicológica em estudantes pré-vestibulandos" de 2021 e "Transtorno de ansiedade generalizada entre estudantes de cursos preparatórios para o vestibular" de 2020).

Os dados apontam que mais de 40% desses alunos apresentaram problemas psicológicos, o que representa um percentual ainda maior do que o observado entre estudantes de medicina, conforme constatado em outro estudo intitulado "Estresse em alunos de cursos preparatórios e de graduação em medicina", realizado em 2017. Além disso, uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta que três em cada dez brasileiros de 12 até 35 anos relataram sintomas de ansiedade durante a quarentena.

Considerando isso, percebemos que uma decisão pessoal importante, juntamente com pressões familiares e cobranças que podem agravar transtornos psicológicos, além das adversidades causadas pela pandemia de COVID-19, realmente afetaram significativamente o comportamento e o aprendizado dos estudantes. É muito provável que enfrentaremos as consequências desses eventos em todos os níveis escolares, incluindo o período de preparação para o vestibular. Portanto, como mencionei acima, é um processo difícil, mas buscar o equilíbrio desde o início, é fundamental.

Entendo como necessário que os alunos possuam acompanhamento de um mentor ou pedagogo para guiá-los nesse processo, pois provavelmente, para muitos alunos, esse é o primeiro momento de grandes decisões. Por isso, acredito que as instituições devem ser ativas no processo de mostrar que balancear as demandas durante o ano permite uma evolução consistente em nota, além do apoio de familiares e amigos.

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

SEDE

Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários, Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

TELEFONE GERAL

(31) 3263-5000

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732/766 - Edifício Mary Harriet Speers - 7º andar - Bairro Jardins - São Paulo - SP CEP: 01403-000 ● Fone: (11) 3372-0022 ● e-mail: sucursal.sp@uai.com.br e associadossp@uaigiga.com.br

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua Fonseca Teles, 114 a 120 – bloco 2 - 1º andar - São Cristóvão – Rio de Janeiro - RJ CEP: 20940-200 Tel : (21) 2263-1945 ● Fax: (21) 2263-2045 e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação (31) 3263-5330
Editorias:
Gerais (31) 3263-5244
Política (31) 3263-5293
Economia e Agropecuário (31) 3263-5103
Esportes (31) 3263-5313
Internacional (31) 3263-5301
Opinião (31) 3263-5373
Cultura - TV - Pensar e Divirta-se (31) 3263-5126
Fotografia (31) 3263-5214
Turismo (31) 3263-5333
Vrum (31) 3263-5078
Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades (31) 3263-5048
Feminino & Masculino (31) 3263-5260

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

(31) 99402-0234
fale.conosco@em.com.br
Central de atendimento
(31) 3263-5800
De segunda a sexta-feira, das 7h às 16h
Sábados, domingos e feriados, das 7h às 13h

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

WhatsApp:
(31) 99310-3419

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

AMAURI SEGALLA

MERCADO S/A

"Fabricantes de automóveis se mobilizam na expectativa de reduzir danos"

MONTADORAS DÃO FÉRIAS COLETIVAS E PARALISAM ATIVIDADES

Primeiro, foi a pandemia de COVID-19 que paralisou os negócios. Depois, como efeito direto da interrupção das atividades econômicas, os fabricantes de componentes automotivos atrasaram a produção das peças, o que acabou por comprometer o suprimento das plantas industriais. Na sequência, especialmente no caso específico do mercado brasileiro, a alta dos juros freou a concessão de crédito, tornando mais difícil a compra de automóveis. Os três fatores associados resultaram num quadro de procura por vendas e expectativa baixa para o ano. Em meio a esse contexto, as montadoras se mobilizam na tentativa de reduzir danos. Ontem, Volkswagen e General Motors iniciaram férias coletivas para aproximadamente 5 mil trabalhadores de suas fábricas em Taubaté e São José dos Campos, no interior paulista. Unidades da Hyundai, Mercedes-Benz e Stellantis espalhadas por diversos estados brasileiros também paralisaram as atividades.

CEMIG REALIZARÁ SEU MAIOR CICLO DE INVESTIMENTOS DA HISTÓRIA

A estatal mineira Cemig iniciará em 2023 o maior ciclo de investimentos de sua história. Até 2027, a empresa desembolsará R$ 42,2 bilhões – quase o dobro dos aportes no ciclo anterior – para alavancar as suas operações em Minas Gerais. O segmento de distribuição de energia receberá o maior volume de recursos (R$ 18,4 bilhões), seguido por geração (R$ 13,4 bilhões), transmissão (R$ 3,5 bilhões), geração distribuída (R$ 3,2 bilhões), gás natural (R$ 2,3 bilhões) e inovação e TI (R$ 1,4 bilhão).

é o crescimento esperado para o PIB brasileiro em 2023, segundo o novo Boletim Focus divulgado pelo Banco Central. A previsão anterior era 0,88%

BANCOS E CERVEJARIAS DOMINAM MARCAS MAIS VALIOSAS DO PAÍS

RAFAEL NAVARRO/DIVULGAÇÃO

O tradicional ranking anual da consultoria Interbrand mostrou mais vez que os bancos e as cervejarias são onipresentes entre as marcas mais valiosas do país. Exatamente como ocorreu na edição do ano passado, Itaú **(foto)**, Bradesco, Skol, Brahma e Banco do Brasil aparecem nas cinco primeiras posições – e na mesma ordem. Juntas, as 25 maiores marcas do país têm valor de mercado estimado em R$ 153 bilhões, quantia 6% acima do número de 2022. Em primeiro lugar, o Itaú foi avaliado em R$ 44,3 bilhões.

ALEXANDRE GUZANSHE/EM/D.A PRESS

POR QUE CRÍTICAS A DILMA NO BANCO DOS BRICS TÊM VIÉS MISÓGINO

É preciso que algumas verdades sejam ditas. A avalanche de críticas que ex-presidente Dilma Rousseff **(foto)** vem recebendo por assumir o comando do Novo Banco do Desenvolvimento (NDB), instituição financeira criada pelos Brics, o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, está carregada de misoginia. Não se viu tanto estardalhaço quando outro brasileiro – o economista Marcos Troyjo – assumiu o posto. Uma coisa é dizer que o governo Dilma foi ruim. Outra bem diferente é atacá-la.

FABIO RODRIGUES - POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

"Muitos acham que o grande desafio é zerar o déficit fiscal. Não é, porque nós vamos zerar o déficit já a partir do final do ano que vem. Essa é uma meta, não só do Ministério do Planejamento e Orçamento, mas também do Ministério da Fazenda"

■ **Simone Tebet,** ministra do Planejamento e Orçamento, em evento em São Paulo

RAPIDINHAS

» *O Correio Braziliense realizará, no próximo dia 12, em Brasília, o evento "Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos". Com transmissão nas plataformas digitais do jornal, o encontro terá, entre outros, a participação de Bernard Appy, secretário extraordinário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda e autor da proposta sobre o tema no Legislativo.*

» *A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que a tarifa deverá crescer, em média, 5,6% em 2023, o que não deixa de ser uma boa notícia. Lembre-se que a energia elétrica exerce forte influência no IPCA. Como o aumento da tarifa será moderado, haverá impacto apenas relativo nos índices inflacionários.*

» *Falta dinheiro para as startups da América Latina. Segundo estudo da gestora Kamaroopin, as empresas iniciantes da região precisam de US$ 6,1 bilhões para dar sequência aos negócios, mas a disponibilidade de capital é de apenas US$ 3,7 bilhões. Sem recursos, pode ocorrer uma onda de fechamentos.*

» *Não está fácil a vida do brasileiro que precisa de crédito. Com os juros nas alturas, os financiamentos ficam inacessíveis para boa parte da população. É o que mostra uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC): para 37% dos pesquisados, está "mais difícil" conseguir recursos.*

GASOLINA

Combustível recua R$ 0,26 nas duas últimas semanas na Grande BH, conforme levantamento do site Mercado Mineiro

Preço cai na bomba

WELLINGTON BARBOSA*

O preço médio da gasolina, combustível mais utilizado no país e no mundo, caiu R$ 0,26 nos últimos 15 dias na Grande BH. É o que afirma a pesquisa do Mercado Mineiro e aplicativo comOferta.com por meio de levantamento realizado em 191 postos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre os dias 20 e 22 de março.

No último estudo, em 5 de março, o preço médio da gasolina era de R$ 5,49 e, atualmente, é de R$ 5,23, uma queda de 4,74%. Dos postos avaliados, o menor valor encontrado para a gasolina comum foi R$ 5,09 e o maior R$ 5,69, uma variação de 11,79%.

No caso do Etanol, o menor preço pesquisado foi de R$ 3,59 e o maior de R$ 4,18, variação de 16,43%. Se comparado ao levantamento do início de março, o preço médio do etanol caiu 3,55%, ou R$ 0,14, passando de R$ 3,94 para R$ 3,80.

O valor do litro do diesel reduziu de R$ 5,98 para R$ 5,88, uma queda de R$0,10 ou 1,67% em relação à primeira semana de março. O menor preço do diesel encontrado nos postos foi de R$ 5,59 e o maior R$ 6,49, uma diferença de 16%.

A reportagem rodou alguns postos da capital e encontrou reduções pequenas, de 1 a 3 centavos na gasolina. Ontem cedo, o consumidor Naldo Lima abasteceu o veículo em um posto da Av. Tereza Cristina, em BH, e disse que a redução do preço é uma enganação. "Eu senti um pouquinho de nada de diferença, porque, na verdade, ano passado a diferença era muito maior. Isso aí é para enganar bobo: aumentar a gasolina em um real e depois diminuir alguns centavos", avalia.

JAIRAMARAL/EM/D.A PRESS

Naldo Lima: "Aumenta um real e diminui centavos"

Já o motorista Ivan Linhares tem uma opinião favorável à redução encontrada nos postos. "A gasolina estava R$5,25 e hoje já está R$5,15; e o etanol está R$3,50. O pouco que a gente economiza já melhora. No tanque economizei uns 7 a 8 reais", disse.

VARIAÇÃO André Braz, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica a variação no preço da gasolina. "Aconteceu com os combustíveis que, a partir de março, o governo voltou a cobrar os impostos federais que foram zerados no ano passado. O Governo precisa de recursos para tocar a máquina pública", comentou.

*** Estagiário sob supervisão do subeditor João Alberto Aguiar**

LEONARDO MUNOZ / AFP

Segundo a imprensa local, 80 mil manifestantes saíram às ruas de Jerusalém para protestar contra a alteração

REFORMA JUDICIÁRIA

Protestos adiam decisão em Israel

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, adiou ontem o processo de adoção da reforma judiciária em análise no Parlamento, após protestos em massa nas ruas contra o governo.

"Quando há uma chance de impedir uma guerra civil através do diálogo, como primeiro-ministro eu faço uma pausa para o diálogo", declarou Netanyahu, em discurso televisionado.

O primeiro-ministro anunciou que a adoção dos distintos projetos de lei da reforma foi adiada para a próxima sessão parlamentar, após o feriado da Páscoa judia (5 a 13 de abril), cedendo assim em parte às exigências da oposição.

Imediatamente após o anúncio, a Histadrut, principal confederação sindical do país, proclamou o fim da greve feral convocada horas antes.

O líder da oposição israelense, Yair Lapid, disse estar "disposto a iniciar um verdadeiro diálogo", mas somente se o projeto de lei for "totalmente" interrompido. Benny Gantz (centro-direita), outra das principais figuras da oposição, também comemorou a decisão de Netanyahu. "Melhor tarde do que nunca", afirmou.

Os EUA, principais aliados de Israel, aplaudiram a medida, que "dá mais tempo para que um compromisso seja encontrado", segundo a Casa Branca.

No domingo, milhares de pessoas foram às ruas de Tel Aviv depois que Netanyahu destituiu o ministro da Defesa, Yoav Gallant, por pedir uma suspensão de um mês do processo legislativo da aprovação da reforma.

Após os confrontos entre a população e as forças de segurança, o presidente israelense, Isaac Herzog, fez um chamado para "deter imediatamente o processo legislativo".

Ontem, cerca de 80 mil manifestantes, segundo a imprensa local, saíram às ruas de Jerusalém para protestar contra a reforma.

Relatório da Administração 2022

Aos Acionistas, Atendendo às disposições legais, a Administração da Saber Serviços Educacionais S.A. - "Saber" ou "Companhia" - tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com o ano de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além disso, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) - emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **SOBRE A SABER:** A Companhia é a holding operacional dedicada majoritariamente à educação básica da Cogna Educação (COGN3), sua controladora, um histórico de mais de 55 anos. A Saber detém um foco de atuação em soluções educacionais, desde a Educação Básica, Ensino de Língua Estrangeira e Ensino Superior. Líder em ofertar materiais didáticos para o Ensino Público, as Editoras Ática, Scipione e Saraiva têm o compromisso com o desenvolvimento integral e contínuo dos estudantes brasileiros da educação básica da rede pública, por meio do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), que aliado a um portfólio completo de outras soluções educacionais como a Educação Financeira, Letramento Computacional, STEM, EJA, entre outras, ajudam a potencializar os resultados de aprendizagem das escolas e municípios que as adotam. Em linha com o propósito da Companhia de transformar a vida das pessoas por meio de uma Educação de qualidade. A Red Balloon, está presente em mais de 121 unidades (próprias e franqueadas), possui mais de 25 mil alunos, ofertando o ensino de inglês, atividades artísticas, culinária, teatro e música, com metodologia e material exclusivos, para crianças e adolescentes entre 3 e 17 anos. Além da Saraiva Educação que hoje oferta soluções educacionais para o Ensino Superior, impactando mais de 230 mil alunos com soluções digitais, livros e metodologias que apoiam o ensino e a aprendizagem atendendo os requisitos regulatórios. **NOTA:** As informações operacionais e financeiras da Companhia para 2022, exceto quando de outra forma indicadas, são apresentadas com base em números consolidados, incluindo operações continuadas e descontinuadas, em reais, conforme a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, já em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), cujas comparações têm como base o mesmo período de 2021. A Companhia apresenta seus resultados financeiros comparativos de 2021, considerando os resultados do segmento Saber Escolas próprias como operação descontinuada, considerando que em 29 de outubro de 2021 foi concretizada a operação de vendas dos Colégios para a Eleva, conforme divulgações realizadas durante o ano de 2021. **Mensagem da Administração:** No ano de 2022, a receita líquida de Saber totalizou R$ 517,3 milhões, 19,0% menor se comparado ao ano anterior, devido a um menor volume de compra de livros pelo Governo Federal para as escolas públicas, algo já esperado para 2022 em função da sazonalidade natural do programa. Com relação aos resultados do exercício, a Saber apresentou, pelo segundo ano consecutivo lucro líquido, que totalizou o montante de R$52,1 milhões no ano, com margem de 10,1%, e redução de 17,3 p.p quando comparado ao último ano. A redução nos resultados está substancialmente atrelada a queda nas receitas, e pelo reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos (*impairment*) no valor de R$ 215,4 milhões. ***Ambiente Macroeconômico:*** Historicamente, três indicadores macroeconômicos têm maior influência nos resultados de Saber: (i) inflação; (ii) desemprego; e (iii) variação do PIB. Esses vetores econômicos têm esse comportamento sobre a Saber, em decorrência da pandemia, o nível de restrições sanitárias passou a ter forte influência nos resultados da Companhia nos últimos 3 anos. Considerando os pontos descritos acima, o cenário econômico brasileiro em 2022 foi desafiador para a Saber. Apesar do maior afrouxamento das restrições sanitárias do Covid-19 em 2022 vs. 2021, favorecendo a retomada da normalidade da maior parte da economia produtiva, a política monetária contracionista, com aumento de 450 bps na taxa básica de juros, atuou como novo constringente de demanda e crédito e pressionou as despesas financeiras de agentes alavancados. Além disso, a inflação persistiu pelo segundo ano consecutivo acima do teto estabelecido pelo Governo Federal, com resultado acumulado do IPCA em 5,79% para 2022, deteriorando o poder de consumo do mercado amplo. Por outro lado, o PIB apresentou crescimento de 2,9% em 2022, com o setor de serviços sendo destaque positivo na composição deste resultado e o desemprego seguiu em queda pelo segundo ano consecutivo, com média anual em 9,3% vs. 13,2% em 2021.

Desempenho Operacional: ***Red Balloon:***

Base de Alunos	4T22	4T21	% AH
Unidades Red Balloon/Franquias	121	115	5,2%
Alunos Red Balloon/Franquias	25.824	22.352	15,5%

O número de alunos da rede Red Balloon cresceu 15,5% no 4T22, comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. O número de unidades Red Balloon também cresceu entre o 4T22 e o 4T21, com 6 novas unidades (+5,2%), alcançando 121 escolas da rede. ***PNLD:*** A sazonalidade do ciclo comercial do PNLD (Programa Nacional do Livro e Material Didático) impactou os resultados acumulados do ano de 2022 na comparação com 2021, isso se deve porque o governo determina calendários anuais de compras de material escolar de acordo com os objetos escolares e, em 2022, o segmento escolar da rede pública designado para realizar a compra de livros didáticos era inferior ao segmento escolar designado em 2021 (ensino médio e infantil em 2021 versus ensino fundamental 1 para 2022). Para 2023, o calendário do governo aponta para um segmento maior (ensino fundamental 1 e 2). **Desempenho Financeiro:** Exceto quando indicado de forma diferente, os dados financeiros utilizados para a elaboração das análises a seguir refletem o resultado consolidado da Saber de 2022, na comparação com o resultado societário para 2021. • Receita Líquida: No ano de 2022, a Receita Líquida registrou R$517,3 milhões, redução de 19,0% em relação ao mesmo exercício de 2021, refletindo, principalmente, pelo menor volume de compra de livros pelo Governo Federal para as escolas públicas. • Custos de Produtos Vendidos e de Serviços Prestados: Os custos das vendas e serviços prestados totalizaram R$284,4 milhões em 2022, equivalente a 55,0% da receita líquida, aumento de 0,2 p.p. comparado com 2021. • Lucro Bruto e Margem Bruta: O Lucro Bruto somou R$233,0 milhões em 2022, com margem bruta de 45,0%, redução de 18,7% e aumento de 0,2 p.p. comparado com 2021, ano em que a Companhia registrou R$ 286,4 e 44,8%, respectivamente. • Despesas Operacionais: • Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas somam despesas com pessoal administrativo, consultorias, viagens e serviços de terceiros, entre outros. Essa linha totalizou um montante credor de R$24,4 milhões, melhora de 216,4% se comparado com 2021. Este efeito se deve ao reconhecimento de reversões líquidas das provisões de contingências no montante de R$207,5 milhões. • Despesas com Vendas e Provisão para perda esperada: As despesas com vendas compreendem despesas com equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). No ano de 2022, essas despesas totalizaram 8,7% da receita líquida, 0,1 p.p. menor na comparação anual. • Outras Receitas e Outras Despesas operacionais, compreendem outras receitas e despesas operacionais, perda ao valor recuperável dos ativos e equivalência patrimonial, totalizaram R$209,1 milhões no ano de 2022, que representam 40,4% da receita líquida e aumento de 39,4 p.p. na comparação anual. Esse montante está impactado principalmente pelo reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos (*impairment*), atrelado às operações de SETS e Idiomas. • Resultado Financeiro: O resultado financeiro foi positivo em R$57,3 milhões no ano de 2022, comparado com um resultado financeiro de R$14,2 milhões no ano de 2021. • Imposto de Renda e Contribuição Social - Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R$ 8,7 milhões, 1,7% da receita líquida, redução de 7,4 p.p. na comparação anual. • Lucro Líquido das operações continuadas: No exercício de 2022, a Companhia apurou um lucro líquido de R$52,1 milhões, com uma margem de 10,1% e redução de 15,2 p.p. versus o lucro líquido de R$161,4 milhões e margem líquida de 25,3% no mesmo período do ano anterior. A queda no resultado está atrelada aos fatores apresentados anteriormente. **Mercado de Capitais:** Companhia está registrada como companhia aberta na categoria "B", conforme Resolução CVM 61/2021. Sua abertura de capital foi em 2018 e sua composição acionária está a seguir:

Composição Acionária Saber*	Ações Ordinárias	%
Orme Serviços Educacionais LTDA.	1	0
Cogna Educação S.A.	184.928.366	62%
Editora e Distribuidora Educacional S.A.	302.445.805	38%
Total	**487.374.172**	**100%**

*Posição em 31/12/2022.

Auditoria Independente: Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não deve prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. **Declaração da Diretoria Executiva:** A Diretoria da Saber declara, nos termos da Instrução CVM nº 59 datada de 21 de dezembro de 2021, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 23 de março de 2023; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Agradecimentos:** A Administração da Saber agradece toda a confiança e apoio das instituições de ensino e escolas parceiras, órgãos governamentais, fornecedores, investidores e colaboradores, que nos ajudam cotidianamente a embarcar em uma nova era, com oportunidades de crescimento conservando o propósito de transformar a vida das pessoas por meio de uma Educação de qualidade.

Para detalhes da análise de nosso resultado de 2022, por favor, visite o nosso *site*: ri.cogna.com.br.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.052	72.573	66.987	75.079
Títulos e valores mobiliários	6	40.628	477.049	361.285	1.579.984
Contas a receber	7	54	279	153.142	80.389
Estoques	8	–	555	160.185	126.754
Adiantamentos		1.834	1.409	25.803	12.700
Tributos a recuperar	9	6.061	7.052	33.556	57.030
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	16.150	17.668	107.172	50.869
Contas a receber pela venda de controladas	11	11.505	111.558	12.190	111.558
Outros créditos	12	1.779	1.190	11.095	10.693
Partes relacionadas - outros	25	47.213	464.877	463.958	319.419
Total do ativo circulante		**174.276**	**1.154.210**	**1.395.373**	**2.424.475**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	–	–	–	181
Tributos a recuperar	9	15.276	17.954	53.818	18.771
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	12.548	–	60.787	142.463
Contas a receber pela venda de controladas	11	487.116	437.530	494.675	443.952
Outros créditos	12	600	626	629	–
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	22.2	–	–	1.560	1.711
Depósitos judiciais	22.1	–	24	2.919	3.072
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	162.449	–	287.752	107.524
Partes relacionadas - outros	25	–	2.640	–	–
Investimentos	13	347.964	933.722	600	1.211
Imobilizado	14	1.027	1.099	27.470	29.277
Intangível	15	332	578	444.954	682.898
Total do ativo não circulante		**1.027.312**	**1.394.173**	**1.375.164**	**1.431.060**
Total do ativo		**1.201.588**	**2.548.383**	**2.770.537**	**3.855.535**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Arrendamento por direito de uso	16	–	–	2.866	2.771
Fornecedores		18	–	80.341	46.542
Fornecedores risco sacado	17	–	–	140.365	189.893
Obrigações trabalhistas	18	3.588	3.598	85.438	56.822
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	2.532	5.428
Tributos a pagar	19	8.113	2.975	30.072	18.378
Adiantamentos de clientes		2.226	2.234	14.408	12.154
Contas a pagar - aquisições	20	41.369	43.237	41.369	42.973
Demais contas a pagar		2.698	2.360	7.029	11.020
Debêntures com partes relacionadas	25	–	–	19.456	–
Partes relacionadas - outros	25	40.152	43.397	416.943	283.189
		98.164	**97.801**	**840.819**	**669.170**
Não circulante					
Arrendamento por direito de uso	16	–	–	9.168	12.036
Contas a pagar - aquisições	20	–	31.262	–	31.262
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21	1.601	1.009	42.887	34.542
Passivos assumidos em combinação de negócios	21	116.164	162.425	787.845	1.028.914
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	219.926	150.162	238.335	28.305
Demais contas a pagar		–	–	1.909	3.259
Debêntures com partes relacionadas	25	–		150.000	
Partes relacionadas - outros	25	248.050	226.657	181.891	168.980
		585.741	**571.515**	**1.412.035**	**1.307.298**
Total do passivo		**683.905**	**669.316**	**2.252.854**	**1.976.468**
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	487.374	5.125.569	487.374	5.125.569
Reservas de capital	24.2	30.309	27.053	30.309	27.053
Prejuízos acumulados		–	(3.273.555)	–	(3.273.555)
Total do patrimônio líquido		**517.683**	**1.879.067**	**517.683**	**1.879.067**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.201.588**	**2.548.383**	**2.770.537**	**3.855.535**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita líquida de vendas e serviços	27	–	**1.766**	**517.350**	**639.139**
Custo das vendas e dos serviços prestados	28	–	(19)	(284.378)	(352.720)
Lucro bruto		–	**1.747**	**232.972**	**286.419**
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(177)	(350)	(63.151)	(51.156)
Gerais e administrativas	28	10.881	(13.025)	24.443	(20.993)
Provisão para perda esperada	28	(34)	(37)	18.320	(3.870)
Perda ao valor recuperável dos ativos		–	–	(215.434)	–
Outras receitas operacionais	28	3.476	–	3.757	183
Outras despesas operacionais	28	–	(1.989)	–	(6.579)
Equivalência patrimonial	13	(142.931)	201.459	2.625	1.557
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**(128.785)**	**187.805**	**3.532**	**205.561**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	99.231	62.314	164.243	73.532
Despesas financeiras	29	(31.269)	(21.925)	(106.965)	(59.383)
		67.962	**40.389**	**57.278**	**14.149**
Lucro operacional antes dos impostos		**(60.823)**	**228.194**	**60.810**	**219.710**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	23.1	20.619	–	21.481	9.635
Diferidos	23.1	92.289	(69.464)	(30.206)	(67.900)
		112.908	**(69.464)**	**(8.725)**	**(58.265)**
Lucro líquido das operações continuadas		**52.085**	**158.730**	**52.085**	**161.445**
Resultado das operações descontinuadas		–	13.698	–	13.698
Lucro líquido do exercício		**52.085**	**172.428**	**52.085**	**175.143**
Atribuído a:					
Acionistas controladores		52.085	172.428	52.085	172.428
Acionistas não controladores		–	–	–	2.715
Lucro básico por ação ON - R$ - operações continuadas	30	–	–	0,11	0,10
Lucro básico por ação ON - R$ - consolidado	30	–	–	0,11	0,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de Reais

	Controladora Capital Social	Reservas de capital	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Consolidado Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.125.569**	**39.794**	**–**	**(3.439.312)**	**1.726.051**	**5.127**	**1.731.178**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro do exercício	–	–	–	172.428	172.428	2.715	175.143
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	172.428	172.428	2.715	175.143
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Reflexo na operação da venda de controlada	–	–	–	(6.671)	(6.671)	(7.842)	(14.513)
Baixa de participação minoritária	–	(10.315)	–	–	(10.315)	–	(10.315)
Opções outorgadas reconhecidas	–	(2.426)	–	–	(2.426)	–	(2.426)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	(12.741)	–	(6.671)	(19.412)	(7.842)	(27.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.125.569**	**27.053**	**–**	**(3.273.555)**	**1.879.067**	**–**	**1.879.067**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.125.569**	**27.053**	**–**	**(3.273.555)**	**1.879.067**	**–**	**1.879.067**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro do exercício	–	–	–	52.085	52.085	–	52.085
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	52.085	52.085	–	52.085
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Redução de capital (nota explicativa 24.1)	(4.638.195)	–	–	3.238.195	(1.400.000)	–	(1.400.000)
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 25.1)	–	–	–	(15.889)	(15.889)	–	(15.889)
Opções outorgadas reconhecidas (nota explicativa 24.4)	–	2.420	–	–	2.420	–	2.420
Destinação dos resultados do exercício							
Reserva legal (nota explicativa 24.3)	–	–	836	(836)	–	–	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	(4.638.195)	2.420	836	3.221.470	(1.413.469)	–	(1.413.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**487.374**	**29.473**	**836**	**–**	**517.683**	**–**	**517.683**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de Reais

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita de vendas e serviços	–	1.765	517.350	1.143.036
Outras receitas	3.476	726.915	3.757	722.095
Provisão (reversão) para perda esperada	(34)	(37)	18.320	(11.879)
	3.442	**728.643**	**539.427**	**1.853.252**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	–	–	(215.459)	(301.794)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	12.640	(458.752)	(6.685)	(319.105)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	–	(200.120)
Valor adicionado bruto	**16.082**	**269.891**	**317.283**	**1.032.233**
Retenções				
Depreciação e amortização	(318)	(5.066)	(40.484)	(127.424)
Amortização mais-valia de ágio alocado	–	–	(22.958)	(86.244)
Valor adicionado líquido	**15.764**	**264.825**	**253.841**	**818.565**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(142.931)	(62.895)	2.625	1.558
Receitas financeiras	99.231	58.361	164.243	77.968
Valor adicionado total a distribuir	**(27.936)**	**260.291**	**420.709**	**898.091**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	87	6	146.148	270.288
Benefícios	1.429	125	16.008	25.616
Encargos sociais	(5)	4	49.410	99.866
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(112.908)	69.751	9.225	70.858
Estaduais	85	4	138	576
Municipais	–	1	1	1
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas Financeiras	31.269	17.972	106.965	127.383
Aluguéis	–	–	8.633	81.506
Direitos autorais	22	–	32.096	46.854
Remuneração de capitais próprios:				
Lucro do exercício	52.085	172.428	52.085	175.143
Valor adicionado distribuído	**(27.936)**	**260.291**	**420.709**	**898.091**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**52.085**	**172.428**	**52.085**	**175.143**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**52.085**	**172.428**	**52.085**	**175.143**
Atribuído a:				
Acionistas controladores	52.085	172.428	52.085	172.428
Acionistas não controladores	–	–	–	2.715

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(60.823)	228.194	60.810	219.710
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	14 e 15	318	5.066	37.774	50.619
Depreciação IFRS-16	27	–	–	2.711	2.874
Amortização mais-valia ágio alocado	27	–	–	22.957	68.251
Custos editoriais	27	–	–	44.620	45.783
Provisão (reversão) para perda esperada	7	34	37	(18.320)	3.869
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	13	–	–	215.434	–
(Reversão) provisão de perdas nos estoques	8	–	–	(1.278)	13.158
(Reversão) provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21	(17.459)	1.970	(207.484)	(178.909)
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	21	–	–	20.607	26.974
Atualização monetária em cessão de valores a controladas	25	(11.956)	(42.857)	–	–
Atualização monetária em contas a receber na venda de controladas	11	(60.551)	–	(62.373)	–
Encargos financeiros	20	6.305	7.510	18.252	(1.476)
Outorga de opções de ações		–	737	2.420	(2.426)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		–	–	(236)	(127)
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	28	(19.679)	(10.322)	(67.784)	(50.030)
Equivalência patrimonial	13	142.931	(201.459)	(2.625)	(1.557)
		(20.880)	**(11.124)**	**65.485**	**196.713**
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) redução em contas a receber		191	4.273	(54.433)	(14.253)
(Aumento) redução em estoques		555	(555)	(76.773)	(68.974)
(Aumento) redução em adiantamentos		(425)	(1.404)	(13.103)	(1.708)
(Aumento) redução em tributos a recuperar		(7.361)	(10.764)	13.800	(16.757)
(Aumento) redução em depósitos judiciais		24	61	153	2.646
(Aumento) redução em partes relacionadas		56.112	19.028	2.126	104.498
(Aumento) redução em outros créditos		(563)	545	(1.031)	(4.630)
(Redução) aumento em fornecedores		(228)	(2.144)	33.799	(13.431)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		–	–	(49.528)	37.964
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas		(10)	(300)	28.616	24.345
(Redução) aumento em tributos a pagar		(8.029)	(44.000)	13.072	(10.213)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		(8)	(1.735)	2.254	(196)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados		–	–	–	3.189
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		(104)	(1.544)	(5.433)	(5.183)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar		561	(10.378)	(2.105)	(21.278)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		**19.835**	**(60.041)**	**(43.101)**	**212.732**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.268)	(974)	(14.477)	(14.558)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos		–	–	(1.462)	(1.465)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**18.567**	**(61.015)**	**(59.040)**	**196.709**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (investimento) de títulos e valores mobiliários		456.100	(463.897)	1.286.664	(925.860)
Adições ao imobilizado	14	–	(65)	(4.982)	(3.624)
Adições ao intangível	15	–	–	(34.239)	(26.527)
Recebimento pela venda de controladas	11	111.018	185.763	111.018	185.763
Redução (aumento) de capital controladas	13	427.652	(4.000)	–	–
Recebimento de juros sobre capital próprio de controladas		17.595	5.407	–	–
Recebimento de valores cedidos em caixa a controladas	25	400.849	322.032	–	322.032
Recebimento de dividendos de controladas	13	–	3.733	–	–
Recebimento de debêntures privada	25	–	101.266	–	101.265
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**1.413.214**	**150.239**	**1.358.461**	**(346.951)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Redução de Capital	24.1	(1.400.000)	–	(1.400.000)	–
Emissão de debêntures privada	25.1	–	–	150.000	–
Pagamento de arrendamento por direito de uso	16	–	–	(2.211)	(2.486)
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas		(15.889)	–	(15.889)	–
Parcelas pagas em aquisição de empresas	20	(39.413)	(28.262)	(39.413)	(28.262)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(1.455.302)**	**(28.262)**	**(1.307.513)**	**(30.748)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(23.521)**	**60.962**	**(8.092)**	**(180.990)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	72.573	11.611	75.079	256.069
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	49.052	72.573	66.987	75.079
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(23.521)**	**60.962**	**(8.092)**	**(180.990)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saber Serviços Educacionais S.A. ("Companhia" ou "Saber"), com sede na Rua Claudio Manoel, 36, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principais atividades editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdos educacionais, literários e informativos e sistemas de ensino; ofertar, por meio de suas escolas, cursos de idioma para crianças e adolescentes; soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar. O portfólio completo de soluções está estruturado com as principais marcas, referências de qualidade, Editora Ática, Editora Scipione, Editora Saraiva, Editora Érica, SER, GEO e Red Balloon. A controladora direta da Companhia é a Cogna Educação S.A. ("COGNA"), que possui participação de 62,0%, sendo que as demais cotas totalizando 38,0% pertencem a Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE"), também controlada da Cogna. As informações financeiras intermediárias da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)),* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. **2.2 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente, ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto (quando aplicáveis) são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Sociedades consolidadas	Participação % 31/12/2022	Participação % 31/12/2021
Controladas indiretas Saber:		
Somos Idiomas S.A.	99,99	99,99
Editora Scipione S.A.	84,17	84,17
Editora Ática S.A.	70,28	70,28
Somos Educação S.A.	99,99	99,99
Saraiva Educação S.A.	81,48	81,48
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	70,28	70,28
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	0,09	0,09
Controladas indiretas Editora Ática:		
SB Sistemas	99,70	99,70
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	99,91	99,91
Controladas indiretas Saraiva Educação:		
Editora Pigmento Ltda.	99,99	99,99
Editora Joaquim Ltda.	99,99	99,99
Editora Todas as Letras Ltda.	99,99	99,99
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,00	50,00
Controladas indiretas Somos Educação:		
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	29,72	29,72
Editora Ática S.A.	29,72	29,72
Maxiprint Editora Ltda.	99,99	99,99
Stood Sistemas e Treinamento a Distância Ltda.	99,99	99,99
Sinvisa Investimentos Ltda.	99,99	99,99
Editora Scipione S.A.	15,83	15,83
Saraiva Educação S.A.	18,07	18,07
Controladas indiretas Stood Sistemas:		
Eligis Tecnologia e Inovação Ltda.	99,99	99,99
Controladas indiretas Sinvisa Investimentos:		
Educação Inovação e Tecnologia S.A. ("AppProva")	99,99	99,99
Nice Participações S.A.	99,99	99,99

continua →★

SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 03.818.379/0001-30

NIRE 31.300.121.445

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Segmento operacional: As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas na Companhia. A Diretoria Executiva considera o negócio da perspectiva dos serviços prestados aos clientes, tendo 2 (dois) principais segmentos operacionais, sendo eles: (i) **Saber:** Vertical B2C (*Business to Consumer*) da Educação Básica que compreende os produtos de ensinos de idiomas ofertados durante a graduação dos alunos, através da empresa Red Baloon. (ii) **SETS e PNLD:** Atualmente composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos e OAB e ensinos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), e participando do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). **c) Unidades Geradoras de Caixa - UGC:** Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Saber, e; (ii) outros, segregado em SETS e PNLD. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a receber pela venda de controladas e os partes relacionadas entre empresas. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no exercício em que ocorrem. Considerando sua respectiva natureza, em 31 de dezembro de 2022 os ativos financeiros da Companhia estão classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários, os quais estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos, além de saldos a pagar a fornecedores, operações de risco sacado, saldos a pagar a partes relacionadas, debêntures e contas a pagar por aquisições. O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Impairment* de ativos financeiros: O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 7. **2.7 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços que são realizados pelo Grupo. A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento (para o produto Idiomas), e 540 dias (para o produto SETS), o título é baixado. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "*impairment*" de ativos financeiros ao custo amortizado. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avalição dos estoques é o custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos editoriais (como por exemplo custos de *design*, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção), matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias-primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos. **2.9 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas:** Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de mensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (anos)	
	2022	**2021**
Equipamentos de informática	4,3	4,3
Móveis, equipamentos e utensílios	10	10
Biblioteca	10	10
Edificações e benfeitorias (i)	9	9

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. **2.11 Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de operação, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Adicionalmente, é realizada anualmente a revisão de vida útil dos ativos intangíveis. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Apresentamos a seguir detalhamento da natureza de cada um deles: a) Ágio: O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis, e passivos assumidos em uma combinação de negócios. b) Softwares e produção de conteúdo: As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em torno de 5 anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas. Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. c) Marcas registradas: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada em até 20 anos. d) Relações contratuais com clientes ("carteira de clientes"): As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente, em até 17 anos. **2.12 "*Impairment*" de ativos não financeiros:** Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Idiomas, e (ii) Outros, que inclui o Sistema para Ensino Técnico e Superior "SETS", e o Programa Nacional do Livro Didático ("PNLD"). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 15 (b). **2.13 Fornecedores e fornecedores risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "fornecedores - risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores. Adicionalmente a Companhia, conforme pronunciamento técnico CPC 12, ajusta a valor presente o passivo assumido junto aos fornecedores segregando os juros embutidos em cada negociação e apropriando em seu resultado financeiro, na rubrica de despesas financeiras. **2.14 Arrendamento por direito de uso:** A Companhia adota o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil e reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos que possuía de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Não se enquadram nesse contexto os contratos que possuem duração inferior a 12 meses, ou de baixo valor. O reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial é inicialmente realizado considerando a mensuração pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. Adicionalmente, nas Demonstrações dos Fluxos de caixa da Companhia, é realizada separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais). **2.15 Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16 Passivos assumidos na combinação de negócio:** No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao exercício que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas. A Companhia reconhece, contabilmente, potenciais obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências. **2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração do resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam apresentados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social. Em acordo com o descrito na interpretação contábil ICPC22/IFRIC 23, os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia. **2.18 Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. **2.19 Benefícios a empregados: 2.19.01 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também fornece à sua equipe comercial comissões considerando as metas de vendas e receitas existentes, as quais são revisadas periodicamente. Esses valores são provisionados em "obrigações trabalhistas" mensalmente com base no atingimento de tais metas, sendo os pagamentos realizados em certos períodos do ano. **2.19.02 Pagamento baseado em ações:** a) Plano de outorga de ações restritas: O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria. **2.20 Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia. **2.21 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. Eventual dividendo distribuído superior ao dividendo mínimo obrigatório está na linha de "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido. **2.22 Receita na venda de produtos e serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo. O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial; e (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das vendas de produtos (livros, publicações, conteúdos de assinaturas), e nas vendas de serviços atreladas à educação básica: a) Venda de produtos: A receita pela venda de produtos é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador. Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material. b) Venda de serviços: A receita com prestação de serviços e de educação básica é composta dos cursos de idiomas e cursos preparatórios. Seu reconhecimento é realizado pelo prazo de duração desses cursos. c) Receita de *royalties:* A receita de *royalties* é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. Na Companhia, esta receita refere-se substancialmente aos contratos de franquia mantidos pela controlada Red Balloon com sua rede de franqueados. **2.23 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: • Ganhos ou perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Despesas de atualização monetária de contingências e dos passivos assumidos na combinação de negócios; • Atualização monetária pelas obrigações assumidas nas aquisições de empresas; • Despesas de encargos financeiros nas debêntures internas. As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, são reconhecidas por meio do método de juros efetivos. **2.24 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio. Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2**: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • **Nível 3**: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). **2.25 Novas normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não aplicáveis:** As seguintes normas entrarão em vigor em exercício posterior à emissão das Demonstrações Financeiras: **2.25.01 CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros:** Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11/IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 - Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2023. A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação. **2.25.02 Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos:** As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respetivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2023. A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1. Julgamentos: a) Determinação do período de locação:** As controladas da Companhia possuem contratos de locação para atuar como locatárias nos prédios onde são ministrados os cursos de idiomas ofertados pela operação de idiomas. Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para essas locações, os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes: **a)** Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. **b)** Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento. **c)** Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos. **3.2. Estimativas: a) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") nos ágios:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.12 e 15(b). Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A Companhia revisou suas premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* para o ano de 2022. Os critérios adotados foram apreciados e aprovados pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment,* em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 23. **c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível e trabalhista. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente das combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.15 e 21. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **d) Provisão para perda esperada nas contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 7. **e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **f) Estoques - Provisão para perdas em estoque:** O Grupo adota como critério para provisionamento de perdas de estoque a avaliação do percentual de perda com base no índice de produção histórica, o qual leva em consideração os dados de aging de produção por tipo de produto e selo, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data-base. A Companhia considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de exercícios em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. Além disso, o Grupo avalia se os estoques estão desvalorizados, ou seja, se o preço de venda praticado é menor que o custo médio de produção. Os saldos contábeis registrados em decorrência desta política estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 8. **g) Alocação de preço de aquisição - Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores:** Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimativas e julgamentos.

4. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

4.1. Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidos pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Apresentamos a seguir os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

		Controladora		Consolidado	
	Hierarquia	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		49.052	72.573	66.987	75.079
Contas a receber		54	279	153.142	80.389
Contas a receber na venda de controladas		498.621	549.088	506.865	555.510
Outros créditos		2.379	1.816	11.724	10.693
Partes relacionadas - outros		47.213	467.517	463.958	319.419
		597.319	**1.091.273**	**1.202.676**	**1.041.090**
Ativo - valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	1	40.628	477.049	361.285	1.580.165
		40.628	**477.049**	**361.285**	**1.580.165**
Passivo - Custo amortizado					
Fornecedores		18	–	80.341	46.542
Fornecedores risco sacado		–	–	140.365	189.893
Contas a pagar - aquisições		41.369	74.499	41.369	74.235
Demais contas a pagar		2.698	2.360	8.938	9.879
Partes relacionadas - outros		288.202	270.054	598.834	452.169
Debêntures com partes relacionadas		–	–	169.456	–
		332.287	**346.913**	**1.039.303**	**772.718**

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis àqueles praticados no mercado. **4.2. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não realizaram qualquer operação com derivativos durante o ano de 2022. **b) Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de gerenciar o saldo de caixa e os passivos financeiros vinculados a essas taxas.

As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2022	**31/12/2021**	**Taxa de Juros**
Contas a receber na venda de controladas	506.865	555.510	CDI
Contas a pagar por aquisições	(24.048)	(31.434)	CDI
Debêntures com partes relacionadas	(169.456)	–	CDI
Contas a pagar por aquisições	(17.321)	(42.801)	IPCA
Total	**296.040**	**481.275**	

c) Risco de crédito: É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos: Contas a receber: A política de preços e matrículas é disciplinado por regulamentação específica e permite a não renovação ao final do período letivo em caso e inadimplência. Basicamente as contas a receber são compostas por pessoas físicas (pais dos alunos). Adicionalmente, também são compostas por distribuidoras de livros, Governo (PNLD), escolas e franqueados. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos e da segregação entre segmentos de serviços prestados e produtos vendidos. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: A Companhia e suas controladas restringem sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política do Grupo.

	Consolidado	
Caixa e Equivalentes de caixa (nota explicativa 5)	**31/12/2022**	**31/12/2021**
AAA (i)	66.797	72.536
AA (ii)	190	421
Não aplicável	–	2.122
	66.987	**75.079**
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 6)		
AAA (i)	361.285	1.831
AA (ii)	–	1.578.334
	361.285	**1.580.165**

(i) Uma vez que o Santander Brasil não é avaliado pela Fitch, foi utilizado o *rating* da agência *Standard & Poor's*, para classificação das aplicações emitidas pela instituição financeira no montante de R$ 38.292, sendo alocados em caixa e equivalentes de caixa. (ii) As aplicações atreladas aos títulos do Tesouro Nacional são classificadas pelo rating Brasil considerando a escala global que é de BB-, sendo que na correspondência de rating em escala global e local essa classificação é alocada em AA. **d) Risco de liquidez:** Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. O Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pelo Grupo. A tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se às contas a pagar a fornecedores, fornecedores risco sacado, contas a pagar por aquisições e debêntures com partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros por faixa de vencimento:

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	80.341	–	–	80.341
Fornecedores - Risco Sacado	140.365	–	–	140.365
Debêntures com partes relacionadas	19.456	150.000	–	169.456
Contas a pagar por aquisições	41.369	–	–	41.369
	281.531	**150.000**	**–**	**431.531**

Passivos financeiros por faixa de vencimento - Projetado (i):

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	80.341	–	–	80.341
Fornecedores - Risco Sacado	154.236	–	–	154.236
Debêntures com partes relacionadas	21.874	168.645	–	190.519
Contas a pagar - aquisições	46.511	–	–	46.511
	302.962	**168.645**	**–**	**471.607**

(i) Considera o cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: CDI - 12,43% e IPCA - 5,78% ao ano. **4.3. Gestão de capital:** Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresenta estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	428.272	1.655.244
Contas a pagar por aquisições	(41.369)	(74.235)
Debêntures com partes relacionadas	(169.456)	–
Caixa Líquido	**217.447**	**1.581.009**
Patrimônio líquido	517.683	1.879.067
Índice de alavancagem financeira	**-42,00%**	**-84,14%**

4.4. Análise de sensibilidade: A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI - 12,43% e IPCA - 5,78% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

continua→★

SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A. E SUAS CONTROLADAS
CNPJ/MF nº 03.818.379/0001-30
NIRE 31.300.121.445

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado		
Em 31 de dezembro de 2022	Exposição	Risco	Cenário provável	Cenário possível -25%	Cenário Remoto -50%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	428.272	Alta CDI	53.235	66.543	79.852
Contas a receber atreladas ao CDI	506.865	Alta CDI	63.004	78.755	94.506
Contas a pagar atreladas ao CDI	(24.048)	Alta CDI	(2.989)	(3.736)	(4.484)
Debêntures com partes relacionadas	(169.456)	Alta CDI	(21.064)	(26.329)	(31.595)
Contas a pagar atreladas ao IPCA	(17.321)	Alta IPCA	(1.002)	(1.252)	(1.503)
	724.312		91.184	113.981	136.776

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais B3 S.A, ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa				
Conta corrente	6	37	6.461	2.122
	6	**37**	**6.461**	**2.122**
Aplicações financeiras				
OPCM - Operação Compromissada (i)	–	231	–	231
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	49.046	72.305	60.526	72.726
	49.046	**72.536**	**60.526**	**72.957**
	49.052	**72.573**	**66.987**	**75.079**

(i) Notas do Tesouro Nacional *over night* e operação compromissada são aplicações financeiras diárias com bancos privados com lastros em títulos públicos sem risco de perda de rentabilidade caso de resgate e com liquidez imediata.

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos exclusivos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 103,32% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,16% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LTN - Letras do Tesouro Nacional	40.628	–	40.628	–
LF - Letras Financeiras	–	–	119.468	1.831
LFT - Letra Financeira do Tesouro	–	477.049	201.189	1.578.334
	40.628	**477.049**	**361.285**	**1.580.165**
Circulante	40.628	477.049	361.285	1.579.984
Não Circulante	–	–	–	181
	40.628	**477.049**	**361.285**	**1.580.165**

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 103,32% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,16% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

7. CONTAS A RECEBER

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Livros didáticos e paradidáticos	86	–	136.321	95.794
Comercialização de apostilas	–	–	11.398	6.810
Franquias	–	–	4.472	5.369
Mensalidades	–	321	6.906	2.077
Outras	10	–	2.440	127
	96	**321**	**161.537**	**110.177**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42)	(42)	(8.395)	(29.788)
	54	**279**	**153.142**	**80.389**

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	**–**	**321**	**92.132**	**39.274**
Vencidos				
Até 30 dias	–	–	3.907	4.217
Entre 31 e 60 dias	–	–	38.969	945
Entre 61 e 90 dias	–	–	1.970	37.810
Entre 91 e 180 dias	–	–	887	1.802
Entre 181 e 365 dias	–	–	9.992	5.664
Acima de 365 dias	96	–	13.680	20.465
Total vencidos	**96**	**–**	**69.405**	**70.903**
Provisão para perda esperada	(42)	(42)	(8.395)	(29.788)
	54	**279**	**153.142**	**80.389**

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas: A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses para o produto Idiomas, e 18 meses para o produto SETS) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua *performance* de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o histórico de inadimplência de cada produto. **Movimentação das perdas esperadas:** As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**(29.788)**	**(28.707)**
Baixa contra contas a receber	3.073	2.789
Reversão (provisão)	18.320	(3.870)
Saldo final	**(8.395)**	**(29.788)**

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias (para o produto Idiomas), e 540 dias (para o produto SETS), o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	31.080	27.236
Produtos em elaboração	66.933	75.510
Matérias-primas	62.172	24.008
	160.185	**126.754**

A movimentação da provisão para perdas em estoques está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	**(40.345)**	**(51.328)**
Adição do exercício	(9.014)	(13.158)
Reversão no exercício	10.292	–
Perdas com estoque (i)	4.245	24.141
Saldo final	**(34.822)**	**(40.345)**

(i) Refere-se substancialmente a baixa por destruição de livros obsoletos durante o primeiro trimestre de 2021.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS, COFINS e ISS a recuperar (i)	19.439	20.887	85.446	67.531
INSS a recuperar	1.727	1.727	1.757	1.757
Outros tributos a recuperar	171	2.392	171	6.513
	21.337	**25.006**	**87.374**	**75.801**
Circulante	6.061	7.052	33.556	57.030
Não circulante	15.276	17.954	53.818	18.771
	21.337	**25.006**	**87.374**	**75.801**

(i) Refere-se a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

A Companhia possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R$ 28.698 na controladora (R$ 17.668 em 31 de dezembro de 2021), e R$ 167.959 no consolidado (R$ 193.332 em 31 de dezembro de 2021).

11. CONTAS A RECEBER NA VENDA DE CONTROLADAS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
COLÉGIO ALPHAVILLE	8.865	7.869
SOE	489.756	539.832
JAFAR	8.244	7.809
	506.865	**555.510**
Circulante	12.190	111.558
Não circulante	494.675	443.952
	506.865	**555.510**

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI de acordo com os respectivos contratos de venda de controladas. Apresentamos abaixo os movimentos ocorridos nessa rubrica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	555.510	7.453
Adição	–	726.916
Atualização de juros	62.373	6.904
Recebimentos	(111.018)	(185.763)
Saldo final	**506.865**	**555.510**

A seguir apresentamos o cronograma de contas a receber na venda de empresas controladas:

		Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento	Total	%	Total	%
Total ativo circulante	**um ano**	**12.190**	**2,4**	**111.558**	**20,1**
	um a dois anos	169.743	33,5	10.671	1,9
	dois a três anos	167.507	33,0	147.035	26,5
	três a quatro anos	150.422	29,7	147.035	26,5
	quatro anos em diante	7.003	1,4	139.211	25,1
Total ativo não circulante		**494.675**	**97,6**	**443.952**	**79,9**
Total		**506.865**	**100,0**	**555.510**	**100,0**

12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas	–	–	–	811
Crédito com ex-proprietários de adquiridas	1.178	1.178	2.033	1.178
Crédito com ex-mantenedor	–	–	3.719	3.719
INSS Rescisões	625	625	625	625
Outros (i)	576	13	5.347	4.360
Total	**2.379**	**1.816**	**11.724**	**10.693**
Circulante	1.779	1.190	11.095	10.693
Não circulante	600	626	629	–
	2.379	**1.816**	**11.724**	**10.693**

(i) Composto substancialmente por saldo a receber no processo de aquisição da empresa Livro Fácil.

13. INVESTIMENTOS

(a) Composição dos investimentos em controladas diretas:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Editora Ática S.A.	210.684	354.715
Editora Scipione S.A.	91.897	145.895
Saraiva Educação S.A.	134.935	294.095
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	1.583	981
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	8	11
Somos Educação S.A.	365.348	432.127
Somos Idiomas S.A.	24.498	41.031
Subtotal	**828.953**	**1.268.855**
Ágio e ativos e passivos em combinação de negócios (i)	(480.989)	(335.133)
Total	**347.964**	**933.722**

(i) Refere-se ao ágio e intangíveis alocados, líquidos das contingências registradas em combinações de negócios.

(b) Informação sobre as controladas diretas:

31/12/2022	Participação	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Editora Ática S.A.	70,28%	980.583.077	932.153	632.374	299.779	(19.534)
Editora Scipione S.A.	84,17%	175.673.857	170.630	61.450	109.180	10.839
Saraiva Educação S.A.	81,48%	373.042.882	294.224	128.619	165.605	13.699
Saraiva Soluções Educacionais	70,28%	500	3.373	1.121	2.252	857
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	0,09%	24.640.673	19.159	10.662	8.497	(3.672)
Somos Educação S.A.	99,99%	454.337.330	383.811	18.462	365.349	6.929
Somos Idiomas S.A.	99,99%	120.421.129	385.729	361.180	24.549	(11.162)
			2.189.079	**1.213.868**	**975.211**	**(2.044)**

31/12/2021	Participação	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Editora Ática S.A.	70,28%	1.167.583.077	1.082.658	577.942	504.716	43.561
Editora Scipione S.A.	84,17%	245.673.857	456.364	283.030	173.334	21.995
Saraiva Educação S.A.	81,48%	573.042.882	523.325	162.370	360.955	32.167
Saraiva Soluções Educacionais	70,28%	500	2.147	751	1.396	1.395
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	0,09%	24.640.673	24.788	12.619	12.169	1.632
Somos Educação S.A.	99,99%	528.685.330	472.509	40.339	432.170	(8.902)
Somos Idiomas S.A.	99,99%	120.421.129	377.394	336.359	41.035	(1.681)
			2.939.185	**1.413.410**	**1.525.775**	**90.167**

(c) Movimentação dos investimentos em controladas diretas:

Investimento (31/12/2022)	Ática	Scipione	Saraiva Educação	Saraiva Soluções	SGE	Somos Educação	Somos Idiomas	Ágios e mais valias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	354.715	145.895	294.095	981	11	432.127	41.031	(335.133)	933.722
Movimentação									
Resultado de equivalência patrimonial	(13.726)	9.123	11.162	602	(3)	6.929	(11.162)	(145.856)	(142.931)
Redução de capital (i)	(131.425)	(58.919)	(162.960)	–	–	(74.348)	–	–	(427.652)
Reflexos RSU	1.120	390	69	–	–	640	201	–	2.420
Juros sobre capital próprio	–	(4.592)	(7.431)	–	–	–	(5.572)	–	(17.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**210.684**	**91.897**	**134.935**	**1.583**	**8**	**365.348**	**24.498**	**(480.989)**	**347.964**

(i) Em 25 de março de 2022 a Companhia, seguindo o planejamento de gestão do caixa alocado aos seus negócios, realizou redução de capital em suas controladas nos montantes acima informados. Tais movimentações tem o objetivo de reduzir os passivos da Companhia, e adicionalmente proporcionar uma maior gestão dos riscos financeiros.

(d) Informação sobre as controladas indiretas:

31/12/2022	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo do exercício
SB Sistemas de Ensino Ltda.	99,70%	152.264	682	192	490	326
Nice Participações S.A.	99,99%	23.516.962	468	4.156	(3.688)	(4.102)
Maxiprint Editora Ltda.	99,99%	15.557.885	27.006	20.710	6.296	2.645
Educação Inovação e Tecnologia S.A. (AppProva)	99,99%	7.445.415	8.112	1.782	6.330	(8.662)
Somos Educação Investimentos S.A.	99,99%	116.522.080	62.481	22.531	39.950	(12.034)
Stoodi Ensino e Treinamento à Distância Ltda..	99,99%	72.138.000	38.520	7.978	30.542	(14.823)
Eligis Tecnologia e Inovação Ltda..	99,99%	98.200	60	–	60	(7)
Editora Joaquim Ltda.	99,99%	311.868	1.581	341	1.240	362
Editora Pigmento Ltda.	99,99%	347.000	1.383	256	1.127	293
Editora Todas as Letras Ltda.	99,99%	592.834	3.872	712	3.160	685

14. IMOBILIZADO

Consolidado	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.995**	**(3.456)**	**35**	**9.314**	**1.432**	**7.487**	**16.716**	**34.523**
Adições	532	42	12	3	3.036	–	873	4.498
Baixas	(238)	–	–	(1)	–	–	(1.914)	(2.153)
Depreciações	(1.387)	(788)	(8)	(2.534)	–	–	(2.874)	(7.591)
Transferências	–	5.912	–	3.020	(3.020)	(5.912)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.902**	**1.710**	**39**	**9.802**	**1.448**	**1.575**	**12.801**	**29.277**
Taxa média anual de depreciação 2021	23%	10%	10%	11%	0%	0%	11%	
Adições	1.885	96	–	871	2.130	–	664	5.646
Baixas	–	(15)	–	–	–	–	(745)	(760)
Depreciações	(1.101)	(757)	(5)	(2.119)	–	–	(2.711)	(6.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.686**	**1.034**	**34**	**8.554**	**3.578**	**1.575**	**10.009**	**27.470**
Taxa média anual de depreciação 2022	23%	10%	10%	11%	0%	0%	11%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022:								
Custo	18.788	7.952	47	26.816	3.578	1.575	19.418	78.174
Depreciação acumulada	(16.102)	(6.918)	(13)	(18.262)	–	–	(9.409)	(50.704)

15. INTANGÍVEL

Consolidado	Softwares	Produção de conteúdo	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**93.124**	**14.549**	**662.657**	**194**	**770.524**
Adições	16.893	9.627	–	8	26.528
Amortizações	(33.472)	(12.235)	(68.253)	(194)	(114.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**76.545**	**11.941**	**594.404**	**8**	**682.898**
Taxa média anual de amortização 2021	20%	40%	7%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**76.545**	**11.941**	**594.404**	**8**	**682.898**
Adições	22.393	11.846	–	–	34.239
Perda por redução ao valor recuperável (i)	(6.449)	–	(208.985)	–	(215.434)
Amortizações	(24.737)	(9.055)	(22.957)	–	(56.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**67.752**	**14.732**	**362.462**	**8**	**444.954**
Taxa média anual de amortização 2022	20%	41%	6%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022:					
Custo	235.668	63.512	608.185	815	908.180
Amortização acumulada	(167.916)	(48.780)	(245.723)	(807)	(463.226)

(i) Reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos no montante de R$ 209.295, sendo alocados nas UGC's: (i) SETS, no montante de R$120.296, e (ii) Idiomas, no montante de R$ 88.999. **a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios:** Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
"Goodwill" (i)	743.848	743.848
Marca (ii)	120.936	128.455
Carteira de clientes (iii)	54.523	69.652
	919.307	**941.955**
Perda no valor recuperável de ativos	(556.845)	(347.551)
	362.462	**594.404**

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação. (ii) Ativo intangível com vida útil estimada em até 20 anos. (iii) Ativo intangível com vida útil estimada em até 17 anos. **b) Testes do ágio para verificação de "*impairment*" por modalidade:** A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, e em decorrência do aumento na taxa de juros, refletida na taxa de desconto aplicada (WACC) e revisão estratégica nos modelos de longo prazo desses negócios, foi verificado necessidade de reconhecimento de perda na unidade geradora de caixa no montante de R$ 215.434, sendo composto pelas operações de: (i) SETS, no montante de R$ 120.296, sendo R$113.847 relacionado as mais valias do ágio, e R$ 6.449 em demais intangíveis, e (ii) Idiomas, no montante de R$ 95.138.

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

Idiomas	Outros: PNLD	Outros: SETS
1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).
2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 11% (anteriormente 10,8%), principalmente pelo aumento dos alunos em English Solution B2B.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 3% (anteriormente 6,9%) seguindo a sazonalidade do produto.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 10,6%), principalmente pelo aumento da venda de livros digitais.
3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 17% (anteriormente 18,4%), com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 16,3%), com mudança de mix de produtos.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 21% (anteriormente 31%), com redução dos custos diretos relacionado a redução dos livros físicos por livros digitais.

Adicionalmente, alguns indicadores utilizados no modelo de testes são baseados em indicadores macroeconômicos que já podem ser obtidos e recalculados, como projeções de crescimento do país e alteração das taxas que são base para o WACC. A Companhia entende que esse procedimento atende a exigência normativa de realização de teste de *impairment* no mínimo uma vez ao ano ou em algum momento em que um indício claro de *impairment* seja notado. A seguir apresentamos a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
SETS/PNLD	291.779	422.264
Idiomas	70.683	172.140
	362.462	**594.404**

16. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO

(a) Movimentação:

	Consaolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos inicial	**14.807**	**18.645**
Atualizações	664	873
Cancelamentos	(996)	(2.166)
Provisão de juros	1.232	1.519
Pagamento de juros	(1.462)	(1.465)
Pagamento de principal	(2.211)	(2.486)
Outros Ganhos/Covid	–	(113)
Saldos final	**12.034**	**14.807**
Circulante	2.866	2.771
Não circulante	9.168	12.036
	12.034	**14.807**

Além dos valores apresentados acima, alguns dos arrendamentos de imóveis em que a Companhia e suas controladas são arrendatários contêm termos de pagamento variáveis que estão vinculados ao desempenho do uso do ativo subjacente, e, portanto, não estão incluídos na mensuração nos saldos contábeis. **(b) Itens não aplicáveis ao escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16:** Conforme facultado no CPC 06 (R2)/IFRS 16, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e com isso não serão incluídos ao passivo de arrendamento. Apresentamos a seguir estes efeitos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos Fixos	3.673	3.951
Pagamentos relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor	208	4.599
Total Pago	**3.881**	**8.550**

(c) Compromissos futuros:

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos "compromissos futuros" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	IFRS 16	(–) AVP	31/12/2022
Até um ano	3.846	(980)	2.866
Um ano até cinco anos	7.498	(1.080)	6.418
Mais de cinco anos	3.213	(463)	2.750
	14.557	**(2.523)**	**12.034**

(d) Impactos ao resultado da Companhia:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Demonstração dos Resultados do Exercício		
Depreciação e Amortização	(2.711)	(2.874)
Despesas financeiras	(1.232)	(1.519)
Outros ganhos e perdas	252	368
	(3.691)	**(4.025)**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(10)	2.815
	(3.701)	**(1.210)**
Valores de aluguéis pagos no exercício	3.673	3.951
Impacto no resultado decorrente nova política	**(28)**	**2.741**

17. FORNECEDORES - RISCO SACADO

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R$ 140.365 (R$ 189.893 em 31 de dezembro de 2021), as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,27% (1,05% a.m. em 31 de dezembro de 2021), e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	–	–	5.632	1.969
INSS a recolher	2.991	2.991	8.930	8.868
FGTS a recolher	–	4	1.429	497
IRRF a recolher	383	385	5.860	7.168
Provisão de férias e 13º salário	–	3	8.924	4.044
Encargos sobre provisões	–	1	2.808	1.381
Provisão de participação nos resultados	203	203	32.903	17.624
Outros	11	11	18.952	15.271
	3.588	**3.598**	**85.438**	**56.822**

19. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS	2.921	2.698	3.959	3.858
PIS	–	73	903	148
COFINS	–	–	2.806	1.077
IRRF	5.152	–	22.204	10.418
Demais	40	204	200	2.877
	8.113	**2.975**	**30.072**	**18.378**

20. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Colégio Leonardo da Vinci	24.048	31.434
Colégio Lato Sensu	17.321	42.801
Total	**41.369**	**74.235**
Circulante	41.369	42.973
Não circulante	–	31.262
	41.369	**74.235**

A seguir apresentamos as movimentações ocorridas na rubrica de contas a pagar em aquisições:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	74.235	94.393
Atualização de juros	5.323	6.176
Ajuste a valor presente (i)	1.224	1.928
Pagamentos	(39.413)	(28.262)
Saldo final	**41.369**	**74.235**

(i) Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos. Abaixo cronograma de amortização das contas a pagar por aquisições:

		Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento	Total	%	Total	%
	até um ano	41.369	100,0	42.973	57,9
Total passivo circulante		**41.369**	**100,0**	**42.973**	**57,9**
	um a dois anos	–	0,0	31.262	42,1
Total passivo não circulante		**–**	**–**	**31.262**	**42,1**
Total		**41.369**	**100,0**	**74.235**	**100,0**

21. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E PASSIVOS ASSUMIDOS NA COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis, além de passivos contingentes adquiridos em combinações de negócios, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC15/IFRS3. A classificação do risco de perda é realizada com base na opinião dos assessores jurídicos. Adicionalmente, a Administração da Companhia entende que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas em processos administrativos e judiciais. **21.1. Processos com expectativa de perda provável e movimentação:** No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Consolidado	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Passivos assumidos em combinação de negócios (i)	Total
Saldo em 31/12/2021	**21.111**	**4.746**	**8.685**	**1.028.914**	**1.063.456**
Adições	3.379	2.084	5.499	–	10.962
Reversões	(201)	(31)	(2.127)	(247.367)	(249.726)
Atualização monetária	1.649	2.706	971	6.298	11.624
Total efeito resultado	**4.827**	**4.759**	**4.343**	**(241.069)**	**(227.140)**
Pagamentos	(1)	(140)	(5.292)	–	(5.433)
Ex-mantenedor	–	89	(240)	–	(151)
Saldo em 31/12/2022	**25.937**	**9.454**	**7.496**	**787.845**	**830.732**

(i) Os montantes aqui apresentados estão relacionados a discussões de práticas adotadas em controladas adquiridas pela Companhia, nas esferas tributária, cível e trabalhista, nos períodos em que essas pertenciam aos seus antigos proprietários. As reversões ocorridas no período são decorrentes do período prescrito e encerramento dos processos. O saldo contábil dessa rubrica é composto por: (i) R$ 592.445 de processos de natureza tributária, (ii) R$ 20.022 de processos de natureza cível e, (iii) R$ 175.378 de processos de natureza trabalhista.

Reconciliação dos efeitos com impacto ao resultado da Companhia:

Consolidado	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Passivos assumidos em combinação de negócios	Total
Despesas Gerais e Administrativas	200	(2.053)	(3.372)	212.709	207.484
Despesas Financeiras	(1.649)	(2.706)	(971)	(39.195)	(44.521)
Receitas Financeiras	–	–	–	32.897	32.897
Imposto de renda e contribuição social	(3.378)	–	–	34.658	31.280
	(4.827)	**(4.759)**	**(4.343)**	**241.069**	**227.140**

21.2. Principais processos por natureza: Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários: **Processos de natureza tributária:** Mediante histórico e análise de risco de autuações em decorrência do aproveitamento do ágio em aquisições realizadas pela Somos e em consistência com os procedimentos adotados em períodos anteriores, a administração da Cogna mantém a dedução fiscal dos ágios herdados de aquisições efetuadas pela Somos Educação nas apurações e obrigações acessórias. Dessa forma em acordo com ICPC 22, reconhece o passivo de IRPJ e CSLL, quando o expurgo dos efeitos da amortização dos ágios gera impactos no pagamento de IRPJ e CSLL, ou reconhece uma redução do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, quando a exclusão do ágio não modifica o cenário de prejuízo fiscal na entidade legal que se beneficiou da amortização do ágio. Considerou-se potencial uma obrigação resultante de outros procedimentos tributários do grupo que podem ser questionados pela autoridade fazendária de acordo com o IFRIC 23 totalizando no montante de R$ 25.937.

continua→★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. PARTES RELACIONADAS

25.1. Transações entre partes relacionadas: As principais transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são resumidas abaixo:

Ativo (Partes relacionadas - outros):	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rateio de despesas corporativas (i)	2.892	37.042	437.562	314.317
Valores cedidos a controladas - mútuo (ii)	–	388.892	–	–
Juros sobre capital próprio a receber (iii)	44.321	40.617	25.525	–
Demais	–	966	871	5.102
	47.213	**467.517**	**463.958**	**319.419**
Ativo Circulante	47.213	464.877	463.958	319.419
Ativo Não Circulante	–	2.640	–	–
	47.213	**467.517**	**463.958**	**319.419**

(i) Valores a receber derivados dos rateios de despesas corporativas realizado entre a Saber e demais empresas do Grupo Cogna, via nota de débito. (ii) A Companhia, com o objetivo de melhor alocação de capital entre as empresas controladas do Grupo, realizou transferências de valores em caixa para suas controladas e com contrapartida de aumentos de capital ou contratos de mútuo, dependendo de uma análise de cada sociedade. Para tanto, foram celebrados contratos de mútuo com taxas a mercado. Sobre essas operações não incidirá o imposto sobre operações financeiras (IOF), em decorrência do Decreto 10.504/2020, aprovado pelo Governo, que define alíquota zero para o imposto nas operações de crédito até o fim daquele ano. Apresentamos a seguir os saldos a receber por entidade controlada:

				Controladora
Controlada	31/12/2021	Juros	Liquidação	31/12/2022
Somos Idiomas	166.668	3.423	(170.091)	–
Scipione	222.224	8.533	(230.757)	–
	388.892	**11.956**	**(400.848)**	**–**

(iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a companhia realizou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio no montante de R$ 44.530 as suas controladas diretas EDE e Cogna. Passivo (Debêntures com partes relacionadas): Em 25 de março de 2022, a controladora direta Cogna Educação S.A. realizou o envio de recursos a controlada Somos Idiomas por meio da 1ª emissão de debêntures simples, no montante de R$ 150.000. O montante atualizado dessa operação, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 169.456, considerando uma taxa de CDI + 3,57%, e com vencimento final em 25 de março de 2024.

Passivo (Partes relacionadas - outros):	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rateio de despesas corporativas (i)	3.562	43.397	368.629	271.051
Contrato de indenização Cogna (ii)	180.923	170.842	180.923	170.842
Juros sobre capital próprio a pagar (iii)	36.590	–	36.590	–
Demais	67.127	55.815	12.692	10.276
	288.202	**270.054**	**598.834**	**452.169**
Passivo Circulante	40.152	43.397	416.943	283.189
Passivo Não Circulante	248.050	226.657	181.891	168.980
	288.202	**270.054**	**598.834**	**452.169**

(i) Obrigações derivadas dos rateios de despesas corporativas realizado entre as empresas do Grupo Cogna (incluindo a Saber e suas controladas), via nota de débito. O montante reconhecido no resultado relativo a essa operação, em 2022, foi de R$ 59.453 de receita (R$ 32.945 de despesa em 31 de dezembro de 2021). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve uma migração de funcionários entre as empresas do grupo, saindo de EDE e Aesapar para Ática e Saraiva, reduzindo o montante de despesas a ratear. (ii) Relativo aos valores a pagar derivados dos contratos de indenização entre Cogna e Saber, atrelados aos saldos a pagar de indenização de contingência devidos a coligada Vasta Platform, no montante de R$ 180.923 (R$ 170.842 em 31 de dezembro de 2021). O montante reconhecido no resultado relativo a essa operação foi de R$ 10.081. (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a distribuição de juros sobre capital próprio as suas controladoras diretas EDE e Cogna, nos montantes de R$ 13.890 e R$ 22.700, respectivamente, já líquidos de impostos. **25.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	1.685	2.580
Benefícios	70	57
Encargos	652	984
Remuneração variável	1.571	–
	3.978	**3.621**

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora direta Cogna possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, e aplicável a todas as suas controladas, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Controladora direta Cogna, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Bens do imobilizado	338.000	338.000
Responsabilidade Civil Geral e Executivos (i)	234.783	624.732
Veículos	5.159	12.789
	577.942	**975.521**

(i) Queda ocasionada pela alienação das operações escolares em 2021, o qual estava vinculado o seguro de acidentes pessoais com vigência até 31 de dezembro de 2021, portanto a partir do momento em questão a apólice não pertence mais a Cogna.

27. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta				
Receita com mensalidades	–	–	45.459	135.054
Receita com venda de livros e apostilas	–	2.317	496.002	706.137
		2.317	**541.461**	**841.191**
Deduções da receita bruta				
Impostos	–	–	(9.371)	(46.381)
Descontos e devoluções	–	(551)	(14.740)	(155.671)
Receita líquida	**–**	**1.766**	**517.350**	**639.139**

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos sociais	(1.511)	(136)	(211.566)	(107.029)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(34)	(37)	18.320	(3.869)
Custo dos produtos vendidos	–	–	(15.203)	(35.940)
Custos dos livros comerciais	–	–	(45.879)	(75.762)
Custos com papel e gráfica	–	–	(109.254)	(108.319)
Publicidade e propaganda	(142)	(313)	(30.792)	(20.887)
Depreciação e amortização	(318)	(5.066)	(37.773)	(50.619)
Utilidades, limpeza e segurança	(102)	(21)	(15.931)	(13.418)
Amortização mais-valia ágio alocado	–	–	(22.958)	(68.251)
Depreciação - IFRS 16	–	–	(2.711)	(2.874)
Consultorias e assessorias	(986)	(57)	(7.544)	(5.713)
Custos editoriais	–	–	(44.620)	(45.783)
Direitos autorais	(22)	–	(32.096)	(46.744)
Cobrança de rateio de despesas corporativas	(2.941)	1.627	59.453	(32.945)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.828	(9.358)	2.272	12.480
Perda do valor recuperável dos ativos (*impairment*)	–	–	(215.434)	–
Aluguel e condomínio	–	–	(4.960)	(4.796)
Viagens	–	–	(6.447)	(2.037)
Taxas e contribuições	(85)	(292)	(640)	(1.454)
Serviços de terceiros	–	(2)	(164)	(84)
Contingências	17.459	(1.765)	207.484	178.909
	14.146	**(15.420)**	**(516.443)**	**(435.135)**
Custo das vendas e serviços	–	(19)	(284.378)	(352.720)
Despesas com vendas	(177)	(350)	(63.151)	(51.156)
Despesas gerais e administrativas	10.881	(13.025)	24.443	(20.993)
Provisão para perda esperada	(34)	(37)	18.320	(3.870)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	(215.434)	–
Outras receitas operacionais	3.476	–	3.757	183
Outras despesas operacionais	–	(1.989)	–	(6.579)
	14.146	**(15.420)**	**(516.443)**	**(435.135)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	19.679	10.322	67.784	50.030
Juros ativo	–	1.037	1.189	1.503
Juros sobre contas a receber na venda de controladas	60.551	6.833	62.373	6.833
Juros sobre mútuo a receber de controladas	11.956	42.857	–	–
Atualização de contingências	7.045	–	32.897	11.238
Outras receitas financeiras	–	1.265	–	3.928
	99.231	**62.314**	**164.243**	**73.532**
Despesas financeiras				
Juros e custos das debêntures internas	–	–	(19.456)	–
Atualização em aquisições de controladas	(6.305)	(2.038)	(6.547)	(8.106)
Tarifas bancárias e de cobrança	(967)	(474)	(2.297)	(1.924)
Juros e atualização de passivos	(137)	(84)	(480)	(734)
Atualização de contingências	(13.751)	(8.960)	(44.521)	(26.974)
Atualização de contrato de indenização	(10.080)	–	(10.080)	–
Juros de arrendamento	–	–	(1.232)	(1.519)
Juros sobre risco sacado	–	–	(20.296)	(11.122)
Outras despesas financeiras	(29)	(10.369)	(2.056)	(9.004)
	(31.269)	**(21.925)**	**(106.965)**	**(59.383)**
Resultado financeiro	**67.962**	**40.389**	**57.278**	**14.149**

30. LUCRO BÁSICO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	52.085	175.485
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	487.374	1.558.540
Lucro básico por ação ordinária	**0,11**	**0,12**

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A companhia gerencia suas atividades nos dois principais segmentos de negócios operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos. Apresentamos a seguir os resultados dos segmentos: (i) Saber, e; (ii) os produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), e o programa nacional do livro e do material didático (PNLD):

			31/12/2022
	Saber	SETS e PNLD	Total
Receita líquida	58.634	458.716	517.350
Custo das vendas e dos serviços prestados	(13.653)	(270.725)	(284.378)
	44.981	**187.991**	**232.972**
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas	(3.113)	(60.038)	(63.151)
Despesas gerais e administrativas	(25.451)	49.894	24.443
Provisão para perda esperada	(400)	18.720	18.320
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(95.448)	(119.986)	(215.434)
Outras receitas operacionais, líquidas	229	3.528	3.757
Equivalência patrimonial	–	2.625	2.625
Lucro antes do resultado financeiro	**(79.202)**	**82.734**	**3.532**
Ativos	385.729	2.384.808	2.770.537
Passivos circulante e não circulante	361.180	1.891.674	2.252.854

			31/12/2021
	Saber	SETS e PNLD	Total
Receita líquida	46.479	592.660	639.139
Custo das vendas e dos serviços prestados	(15.737)	(336.983)	(352.720)
	30.742	**255.677**	**286.419**
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas	(69)	(51.087)	(51.156)
Despesas gerais e administrativas	(22.009)	1.016	(20.993)
Provisão para perda esperada	(396)	(3.474)	(3.870)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	197	(6.593)	(6.396)
Equivalência patrimonial	–	1.557	1.557
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**8.465**	**197.096**	**205.561**
Ativos	377.390	3.478.145	3.855.535
Passivos circulante e não circulante	336.359	1.640.109	1.976.468

32. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 aquisição de imobilizados e adições ao intangível, transferência de títulos de dívida (debêntures), além de adoção as novas normas contábeis, todos estes sem efeito caixa. A seguir demonstramos estes efeitos:

	Consolidado	
Ajustes para:	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado		
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	664	873
Baixa de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	(745)	(1.914)
	(81)	**(1.041)**
Passivos assumidos na combinação de negócios		
Garantias de ex-mantenedor	151	(732)
	151	**(732)**
	70	**(1.773)**

ADMINISTRAÇÃO

Roberto Afonso Valério Neto
Diretor presidente

Frederico da Cunha Villa
Vice-Presidente Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR

Sergio Helano Araujo Betta Junior
Diretor de Controladoria - CRC RJ-102511/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Saber Serviços Educacionais S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saber Serviços Educacionais S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saber Serviços Educacionais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Veja Notas Explicativas nº 2.11, 3.2a) e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras consolidadas valores significativos de ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios, os quais devem ser testados no mínimo anualmente para a identificação da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolvem premissas significativas tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização); (ii) taxa de crescimento na perpetuidade; e (iii) taxa de desconto. Devido às incertezas e julgamentos relacionados com as principais premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixas futuros das unidades geradoras de caixa, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, bem como e suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**: Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia para a projeção dos fluxos de caixa futuros comparando-as com informações de mercado disponíveis, com o desempenho histórico e previsões anteriores. - recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para cada unidade geradora de caixa; - comparação do valor em uso com o valor dos ágios por expectativa de rentabilidade futura por unidade geradora de caixa; e - avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. **Mensuração da provisão para perdas em estoques:** Veja Notas Explicativas nº 2.8, 3.2f) e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras consolidadas saldo significativo de estoques de produtos acabados, os quais estão sujeitos à avaliação de reconhecimento de perda por redução ao valor realizável líquido. A mensuração da provisão para perdas em estoques sobre os produtos acabados requer julgamento da Companhia na determinação da principal premissa relacionada com a determinação do percentual de perda com base no índice de produção histórico para determinar referida a provisão. Devido ao julgamento envolvido na determinação da premissa para mensuração da provisão para perdas em estoques de produtos acabados, bem como o impacto que eventuais mudanças na premissa usada poderia ter nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**: Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, sobre os dados históricos que suportam a principal premissa utilizada na mensuração da provisão para perdas em estoques; - Recálculo da provisão para perdas nos estoques e comparação com os valores reconhecidos pela Companhia; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração da provisão para perdas em estoques, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas em estoques, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores :** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP 290557/O-2

ARMADILHAS RODOVIÁRIAS

Inteiramente pedagiada, estrada é a 2ª que mais mata em Minas. Pontos de maior violência têm mortes há anos, sem que soluções definitivas tenham sido impostas à iniciativa privada

As ciladas mortais da BR-040

MATEUS PARREIRAS

Ainda que totalmente concedida à iniciativa privada, a BR-040 é uma das estradas que mais matam em Minas Gerais, a segunda em mortes em 2022, com 128 óbitos. E um dos motivos destacados para isso é o fato de a estrada, com 850 quilômetros no estado, cortar diversas áreas urbanas municipais onde o tráfego de viagem se confunde com o local, criando conflitos com carros, ônibus e pedestres. Isso fica mais nítido com o mapeamento feito pela reportagem do Estado de Minas a partir de dados georreferenciados das ocorrências da Polícia Rodoviária Federal (PRF), entre janeiro de 2020 e janeiro de 2023, que apontou 66 locais exatos onde mais pessoas morreram em acidentes. Desses, a BR-040 marcou 14 pontos críticos, perdendo apenas para a BR-381, que apresenta 19.

Metade dos pontos que mais matam na BR-040 em Minas Gerais se localizam justamente em trevos e acessos a bairros, pontos de ônibus, de vans escolares, serviços públicos e privados. Lugares que também respondem por metade das vítimas, com 26, metade dos 52 mortos em todas as 14 coordenadas de desastres.

O município cortado pela rodovia BR-040 que concentra mais pontos mortais é Ribeirão das Neves, na Grande BH, onde três locais se destacam como os mais críticos, todos eles tendo em comum uma ampla diversidade de acessos a comunidades, áreas de embarque do transporte público e de estudantes, bem como serviços públicos e privados. O que mais matou fica no Km 509, sendo responsável por cinco óbitos em três acidentes, que deixam ainda um ferido. E é um trecho que recebeu vários instrumentos para inibir alta velocidade e tentar resguardar pessoas de acidentes.

ÁREAS CRÍTICAS

*Desde domingo (26), série de reportagens do **EM** mostra mapeamento exclusivo com as indicações geográficas precisas de acidentes registrados pela PRF entre janeiro de 2020 e janeiro de 2023, compilados sob a indicação de especialistas em transporte e trânsito. O objetivo é mostrar as condições dos locais que mais matam no Brasil e em Minas Gerais, levando-se em conta coordenadas com dois ou mais acidentes que resultaram em mortes e registro mínimo de três óbitos. O levantamento revela que os pontos críticos se repetem há anos, sem que sejam tomadas providências definitivas. Minas é o estado com mais pontos dos 10 piores da lista, somando 66 locais críticos (acesse o em.com.br e veja o guia com as localizações) nas rodovias BR-040, BR-050, BR-116, BR-153, BR-251, BR-262, BR-267, BR-364, BR-365 e BR-381.*

Lá existe radar, com placas alertando que a velocidade máxima permitida cai de 100 Km/h para 70 Km /h. O local dispõe ainda de separação de sentidos com telas metálicas, para forçar pedestres a passar pelas passarelas, seja para o bairro ou para um dos pontos de ônibus que ficam em frente ao condomínio Vale do Ouro. Ainda assim, muitas pessoas se arriscam em travessias sem utilizar a passarela e motoristas entram com seus veículos na rodovia em baixa velocidade e de forma displicente, se expondo a colisões e desastres.

No Km 477, em Paraopeba, na Região Central, foram três desastres no período pesquisado, sendo um ponto também afetado pela mesclagem de tráfego rodoviário com local. Esse ponto fica entre uma longa curva e o trevo de acesso sul à cidade pelo Bairro Nossa Senhora do Carmo. O fluxo de veículos ingressando ou acessando o trevo é intenso, bem como ocorre do outro lado da rodovia.

CONFLITO "As rodovias, sobretudo concedidas, deveriam ter contornos para não passar dentro de áreas urbanas densamente povoadas e movimentadas nas cidades. Isso é uma fórmula catastrófica, que só poderia resultar nos pontos mais mortais. Imagine caminhões e carretas em ritmo de viagem na estrada cruzando com condutores de pouca experiência e que cruzam a via de um bairro a outro para levar filhos à escola, por exemplo. É preciso haver desvios e alternativas. Tem casos, da BR-040 e da BR-116, por exemplo, onde a estrada se torna a via principal de um bairro, da comunidade e até da cidade inteira. Sobre tentar reduzir a velocidade do usuário rodoviário, com radares e quebra-molas, mas os acidentes vão continuar", afirma o engenheiro, consultor e especialista em transporte e trânsito Márcio Aguiar.

Tanto ele, quanto o também consultor e especialista em transporte e trânsito Silvestre de Andrade Puty Filho afirmam que a BR-040 é um dos casos que mostram como mesmo as rodovias concedidas precisam de planos bons. "Foi concedida, mas o poder concedente falhou em ter mecanismos que obrigassem a concessionária a duplicar trechos, criar rotas alternativas, dar soluções de segurança. Para isso, seria preciso fiscalizar, mas o que ocorreu foi o que vemos, essa concessão falida que está sendo devolvida, enquanto a BR é praticamente a mesma, com apenas os trabalhos mínimos de manutenção", afirma Silvestre.

PONTOS MAIS LETAIS

Confira as curvas, travessias e traçados que mais mataram na BR- 040

(Jan. 2020 a jan. 2023)

BR-040
MG
DF
GO
ES
SP
RJ
1 Paraopeba
2 Rib. das Neves
3 Contagem
BH
4 Itabirito
5 Congonhas
6 Cristiano Otoni
7 Santos Dumont

	MUNICÍPIO	KM	SITUAÇÃO	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS
1	Paraopeba	477	Curva na altura do Bairro NSra do Carmo	3	2	5
	Paraopeba	427	Reta próxima à ponte sobre o Rio Verde	3	1	3
	Rib. das Neves	508	Reta com acessos a bairros	3	0	3
2	Rib. das Neves	509	Reta com trevo para bairros	3	1	5
	Rib. das Neves	511	Descida com acessos a bairros	3	5	3
3	Contagem	524	Reta na altura do Bairro Parque Industrial	5	0	5
	Contagem	523	Descida após curva no Bairro Vila Paris	4	0	4
4	Itabirito	586	Curva fechada ao fim de descida forte	3	9	3
	Itabirito	588	Descida forte com sequência de curvas	3	8	3
5	Congonhas	614	Reta após curva fechada	3	2	3
	Congonhas	619	Trevo para São João del - Rei e bairros	2	0	3
6	Cristiano Otoni	649	Curva após subida em pista dupla	2	0	3
7	Santos Dumont	734	Descida em curva em pista dupla	4	3	5
	Santos Dumont	743	Ponte em curva sobre a zona urbana	3	2	3

Fonte: Dados da PRF

Ameaças vão de Norte a Sul

Os 14 pontos mais críticos de mortes em acidentes da BR-040 em Minas Gerais somam seis locais no segmento de BH a Brasília e sete de BH ao Rio de Janeiro. Nos trechos a Sul da capital mineira, as travessias em áreas urbanas e para destinos urbanos também tornam a estrada muito perigosa, fazendo desses acessos pontos de muitas mortes. Em Itabirito, por exemplo, o Km 586 e o Km 588, além de terem curvas muito fechadas após descidas fortes, ainda contam com o ingresso e saída de veículos de bairros, áreas agrícolas, travessias de pedestres e passageiros buscando ônibus de transporte público ou escolares. Nessas circunstâncias, cada um desses pontos soma três mortes entre janeiro de 2020 e janeiro de 2023, segundo os dados da Polícia Rodoviária Federal compilados pela reportagem do EM.

"Essas curvas têm muitos acidentes, porque os carros chegam já em alta velocidade, e muitas vezes os motoristas não conseguem reduzir para virar, ou entra na frente deles um outro carro que vem do trevo ou do acostamento para atravessar. Quando chove, acaba sendo pior ainda. Já vi muitos acidentes feios. Um dia foi um caminhão de madeira que tombou, outro dia uma carreta bateu e o motorista morreu na hora. Muito triste. Precisava de ter radar, mais quebra-molas, algo assim para reduzir a velocidade dos motoristas", sugere o atendente de lanchonete Francisco Sales, de 54 anos, que trabalha entre as duas curvas.

Mais à frente, em Congonhas, o trevo do Km 619, que leva a São João del-Rei, Tiradentes e é permeado por pontos de ônibus, acessos a propriedades rurais, comércios e bairros, também se tornou palco de muitos acidentes. Mesmo com quebra-molas nos dois sentidos e placas alertando para a travessia de pedestres, os acidentes são frequentes. Os carros vêm da entrada para a Vila Cardoso e atravessam a rodovia pela faixa contínua para pegar o sentido BH em vez de rodar mais um pouco para retornar ou fazer o traçado do trevo. Muitos pedestres que querem acessar os pontos de ônibus ou estudantes atrasados para suas vans se arriscam correndo de um lado para o outro, o que ajuda a explicar as três mortes ocorridas no local desde janeiro de 2020.

NOVA CONCESSÃO Questionada pelo EM sobre a situação da BR-040, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou que os trechos atualmente concedidos da rodovia serão divididos em dois novos contratos: de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e da capital mineira a Goiás. Os projetos contemplam obras como duplicação da via, faixas adicionais, novos viadutos, correção de traçado e regularização de acessos, sustenta a agência, completando que estão previstas melhorias da segurança por meio de sinalização e de elementos de proteção.

Segundo a ANTT, uma de suas atribuições é garantir a segurança dos usuários das rodovias concedidas. Para isso, afirma fazer monitoramento constante da situação e das ocorrências nas estradas. Dados informados pelas concessionárias orientam ações junto às empresas para a redução dos acidentes, e eventuais inadequações são punidas conforme previsão em contrato.

O EM questionou a Via 040, atual responsável pelo trecho mineiro da rodovia até Juiz de Fora, sobre a segurança na estrada, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A PRESS

Curvas fechadas, pistas simples e tráfego rodoviário pesado que por vezes se mistura ao trânsito urbano ajudam a explicar violência na estrada que corta o estado, de Goiás ao Rio de Janeiro, passando por BH

RISCO CONSTATADO

De 323 unidades educacionais de Belo Horizonte, apenas 100 possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. No Instituto de Educação, aulas do ensino médio foram retomadas

Sete em cada dez escolas municipais não têm laudo

LARISSA CAVALCANTE* E MAICON COSTA

Somente três de cada dez escolas municipais de Belo Horizonte possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Das 323 unidades educacionais, somente cem concluíram o processo e estão regularizadas. Os dados são da Prefeitura de BH (PBH). Todas as demais estão em processo de regularização para obtenção do auto, atendendo a todas as indicações, após análise prévia do Corpo de Bombeiros. Perguntada sobre a existência de sistemas de combate a incêndios nas escolas municipais, a PBH explicou que, embora as unidades da capital mineira, em sua maioria, tenham sido construídas pela Sudecap/Smobi, atendendo a legislação vigente à época das construções, atualmente a Sudecap/Smobi não executa obras nos locais.

Isso significa que as escolas são responsáveis pelas intervenções em suas unidades, fazendo uso de recursos próprios. Segundo a PBH, com as alterações na legislação do Corpo Bombeiros (CBMMG), nos casos necessários, os projetos estão sendo adequados e atualizados conforme as instruções técnicas dos bombeiros. Em relação aos treinamentos para alunos e professores para atuação em situações de emergência, a PBH afirmou que todas as escolas têm autorização para contratar empresas que ministram os cursos de formação de brigada de incêndio. Por fim, a Secretaria Municipal reconheceu a importância dessas ações no que se refere à segurança das pessoas e dos equipamentos públicos e afirmou que, em razão disso, tais ações têm sido priorizadas.

A discussão em relação aos laudos do Corpo de Bombeiros ficou mais forte na última semana, após o incêndio que destruiu um primeiro pavimento do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), localizado na rua Pernambuco, Bairro Funcionários, região Centro-Sul de Belo Horizonte, na quarta-feira. Na ocasião, 44 pessoas foram atendidas em hospitais da capital mineira, nenhuma delas em estado grave.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, quando houve o incêndio, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros do instituto estava em processo de regularização. Ou seja, a edificação possui projeto aprovado, e os ajustes ainda estavam sendo feitos, o que não impedia o funcionamento do local.

Funcionários e alunos do local relataram que a escola não tinha equipamento de segurança anti-incêndio, como sirenes e sprinkler, um conjunto de pequenos chuveiros hidráulicos ligados a um sistema de bombeamento de água, que, em caso de incêndios, são ativados para combater as chamas. No local, havia apenas alguns extintores. Os profissionais e estudantes também não possuíam treinamento para situações de emergência.

PROCESSO A PBH afirma que orienta cada escola, acompanhando o processo de adaptação até que a demanda seja finalizada. De acordo com o Art. 1º da Lei estadual 14.130 de 19/12/2001, todos os edifícios ou espaços comerciais, industriais ou de prestação de serviços e os prédios de apartamentos residenciais devem possuir o AVCB. Com base na Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais (UFEMG) do ano de 2023, uma edificação com 2.000 m², o processo do AVBC custaria R$ 1.208,86.

O Corpo de Bombeiros reforçou que a ausência do AVCB é uma das irregularidades que possibilitam a aplicação de sanções à edificação, como advertência escrita, multas ou paralizações: "A paralisação total ou parcial das atividades em uma edificação é aplicável quando ocorre a constatação de situação de risco iminente de incêndio e pânico apurada em fiscalização executada por equipe do Corpo de Bombeiros".

* Estagiária sob supervisão do subeditor Thiago Prata

Volta às aulas em clima de insegurança

EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A PRESS

Aluna entra em novo prédio alugado para abrigar estudantes após incêndio destruir primeiro piso do Instituto de Educação

Os alunos do Instituto Estadual de Minas Gerais (IEMG) voltaram às aulas ontem. O retorno se dá cinco dias depois do incêndio que atingiu o primeiro piso do prédio da escola, na rua Pernambuco, Bairro Funcionários, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, na última quarta-feira. Com o prédio do IEMG fechado para obras de restauração, as aulas serão em um prédio alugado da rua Guajajaras, também na Região Centro-Sul de BH, a cerca de 300 metros do edifício que pegou fogo. O novo prédio escolhido receberá os alunos do ensino médio, enquanto os estudantes do ensino fundamental continuarão estudando no anexo do IEMG, local não atingido pelas chamas. Apesar de comemorarem o retorno, pais e alunos relataram insegurança na volta às aulas.

Débora Renata, 52 anos, servidora pública, é mãe de uma aluna do terceiro ano do IEMG. Ela relatou que sua filha ficou com medo de voltar para a escola. "Ela ficou insegura, com medo de acontecer de novo, e aí a gente entra com todo o trabalho de tranquilização, mas mudou tudo para eles. Saíram da zona de conforto, vieram para um lugar que eles não conhecem, mas tem que seguir em frente. É a orientação que a gente dá". Segundo Débora, o IEMG entrou em contato com os alunos pelo grupo da escola no WhatsApp, enviando mensagens da Secretaria Estadual de Educação (SEE/MG) desde o dia do incêndio, mas que tudo foi feito na correria.

Davi Asaph, de 17 anos, aluno do IEMG, afirmou que estava feliz de poder voltar a estudar, mas demonstrou preocupação em relação à estrutura do novo prédio. "No meu meio de amigos já passou o temor, o problema, agora, são as salas apertadas e o calor. São muitas pessoas". Ele afirmou, ainda, que é um baque mudar de escola de forma tão repentina. "Não tava esperando por isso, dá uma mudada. A escola era bem grande".

Márcia Melo, 51 anos, funcionária do IEMG, contou que a chegada dos alunos foi um pouco tumultuada, pelo fato de tudo estar muito novo, mas destacou que os estudantes foram bem acomodados no novo prédio. "A estrutura do prédio é muito boa, comportou todos os alunos, no primeiro dia dá um pouco mais de tumulto, mas devagarinho vai chegando tudo no lugar". Melo disse ainda que o prédio foi vistoriado pelo Corpo de Bombeiros e oferece condições de segurança. Por fim, ela afirmou não saber, ainda, por quanto tempo o IEMG funcionará no novo endereço.

PAIS DESAVISADOS Núbia Alves, 46 anos, manicure, aguardava na porta da escola junto ao marido mesmo após a entrada de sua filha, de 17 anos, aluna do terceiro ano do IEMG, para as aulas. Perguntada sobre o motivo da espera, a mulher afirmou que queria respostas da administração da escola. "Como pais a gente ainda está muito sem saber. Eu sei que o tempo está corrido, que foi tudo muito rápido, mas a escola ainda não colocou um posicionamento para os pais. Eles têm entrado em contato só com os alunos e alunos menores de idade não respondem por isso".

De acordo com Núbia, a escola comunicou somente aos filhos sobre o retorno das aulas e o novo local de estudo. "A gente não teve contato com a escola e queremos saber da segurança, em primeiro lugar. Assim como a minha filha, muitos estão abalados emocionalmente. A gente agradece a Deus que não teve nenhuma vítima grave, mas o emocional dos meninos está abalado".

"Minha filha ainda é menor, então acho que a escola precisa ter um posicionamento com os pais. Eu quero saber da segurança, se vai ter fiscalização de quem entra e quem sai, se eles estarão vulneráveis. É a preocupação de todos os pais", revelou. Núbia contou que sua filha está traumatizada e acredita que isso ainda vai demorar a passar. "A minha filha não queria vir. Ele teve uma crise de pânico na sexta-feira, ela chorava, ela tremia, o meu marido teve que sair do trabalho para ir para casa ficar com ela. Nos primeiros dias ele estava com dificuldade para dormir".

ALUNAS RELATAM TRAUMA Sophia Laura, 15 anos, aluna do segundo ano do IEMG, está preocupada com a volta às aulas. Ela pensou em sair do IEMG. "Depois do que aconteceu, a gente fica com medo de qualquer coisa, assustado, mas creio que vai melhorar. Estou com medo, eu ia até trocar de escola, mas não ia adiantar muita coisa, então vou continuar. Meus pais estão muito preocupados, minha mãe está 'doida', mas já aconteceu". Ainda sem ter entrado na nova escola, Sophia disse estar preocupada em como serão os estudos no local. "Parece que é menor, tem a questão do recreio, e são muitos alunos. Vamos ver como vai ser".

Mariana Cristina, estudante de 16 anos, afirmou ter ficado traumatizada por causa do incêndio e disse que seus pais estão preocupados. "Dá receio para caramba, crises de ansiedade, é um pouco perturbador a ideia de voltar para escola, porque parece que criei um trauma depois do fogo. Meus pais estão bem preocupados porque eu venho para cá sozinha todos os dias e eles não tem como ter contato com a escola".

A reportagem do Estado de Minas entrou em contato com o Corpo de Bombeiros para entender a atuação da corporação no retorno às aulas no IEMG e obteve a seguinte resposta: "Sobre a presença de bombeiros próximo ao Instituto, trata-se de uma solicitação de vistoria no prédio que fica localizado na rua Guajajaras, que será usado provisoriamente pelos alunos do ensino médio até que o prédio principal esteja novamente em condições de uso. A vistoria pretendia verificar as condições da edificação quanto ao risco de incêndio e pânico" informou o Corpo de Bombeiros. *(MC)*

ENQUANTO ISSO... ...FUNCIONÁRIOS VÃO RECEBER TREINAMENTO

Silas Fagundes de Carvalho, subsecretário de administração da Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), destacou que o novo prédio do IEMG tem as condições mínimas de segurança para receber as aulas. "Os bombeiros estão fazendo a fiscalização dos equipamentos do incêndio, de proteção individual dos profissionais". Ele disse, também, que, desde ontem, os funcionários da escola receberão treinamento para situações de emergência. "Estão aqui também para treinar e formar os profissionais que aqui vão trabalhar para, em caso de ocorrência, fazer o primeiro atendimento, que é o que eles chamam de 'cinco minutos de ouro'". De acordo com Carvalho, esses treinamentos ocorrerão em todas as escolas atuais, assim como a regularização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) para esses prédios. "O Corpo de Bombeiros já colocou à nossa disposição uma oficial que está estruturando uma capacitação para todas as escolas do estado. Coincidentemente, na segunda-feira da semana que aconteceu o incidente no Instituto, nós já tivemos a primeira reunião entre Secretaria, Bombeiros e Ministério Público, justamente para fechar um cronograma de capacitação e também avançar na penalização dos AVCBs de todos os prédios escolares".

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPÉU LTDA. - SICOOB CREDIPÉU

CNPJ: 66.262.643/0001-11

1 de 3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB CREDIPÉU.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIPÉU é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,73% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial, que são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista a forte atuação que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDIPÉU registrou o total de 3 (três) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 0 (zero) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos Bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes das destinações e dos Juros ao Capital	57,89%	17.703.971,33	11.212.513,10
Patrimônio Líquido	29,09%	70.920.393,63	54.937.885,52
Ativos	30,02%	482.755.329,51	371.295.685,48
Depósitos na Centralização Financeira	12,20%	188.820.802,23	168.284.562,77

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	10,32%	11.174	10.129

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	19,25%	119.164.142,53	99.926.059,61
Carteira Comercial	34,57%	118.262.559,76	87.879.838,00
Total	26,42%	237.426.702,29	187.805.897,61

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 25,10% da carteira, no montante de R$ 59.646.897,57.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	-3,23%	70.136.651,15	72.474.662,36
Depósitos a prazo	30,89%	161.977.386,88	123.753.306,70
LCA	109,65%	76.798.594,24	36.631.901,11
LCI	532,34%	4.372.317,46	691.453,09
Total	34,14%	313.284.949,73	233.551.323,26

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 30,87% da captação, no montante de R$ 100.043.480,55.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	28,66%	63.633.733,25	49.460.244,03

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

POMPÉU (MG), 08 de março de 2023.

Conselho de Administração e Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		**482.755.329,51**	**371.295.685,48**
DISPONIBILIDADES	4	**589.049,96**	**526.470,41**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**490.651.788,83**	**369.237.883,83**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	47.489.267,23	9.722.438,60
Títulos e Valores Mobiliários	6	12.250.609,47	-
Relações Interfinanceiras	4	188.820.802,23	168.284.562,77
Centralização Financeira		188.820.802,23	168.284.562,77
Operações de Crédito	7	237.426.702,29	187.805.897,61
Outros Ativos Financeiros	8	4.664.407,61	3.424.984,85
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(12.311.972,15)**	**(10.830.238,76)**
(-) Operações de Crédito	7	(12.073.132,93)	(10.604.004,70)
(-) Outras	8.1	(238.839,22)	(226.234,06)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	**91.797,66**	**352,29**
OUTROS ATIVOS	10	**482.176,79**	**405.331,89**
INVESTIMENTOS	11	**-**	**9.471.087,17**
IMOBILIZADO DE USO	12	**6.036.877,85**	**4.915.757,30**
INTANGÍVEL	13	**17.861,82**	**-**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		**(2.802.251,25)**	**(2.430.958,65)**
TOTAL DO ATIVO		**482.755.329,51**	**371.295.685,48**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**482.755.329,51**	**371.295.685,48**
DEPÓSITOS	14	**232.114.038,03**	**196.227.969,06**
Depósitos à Vista		70.136.651,15	72.474.662,36
Depósitos a Prazo		161.977.386,88	123.753.306,70
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**168.184.569,74**	**110.359.658,64**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	81.170.911,70	37.323.354,20
Relações Interfinanceiras	16	73.269.968,42	61.972.926,68
Repasses Interfinanceiros		73.269.968,42	61.972.926,68
Outros Passivos Financeiros	17	13.743.689,62	11.063.377,76
PROVISÕES	18	**2.992.154,16**	**2.889.957,20**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	**872.383,49**	**652.942,11**
OUTROS PASSIVOS	20	**7.671.790,46**	**6.227.272,95**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	70.920.393,63	54.937.885,52
CAPITAL SOCIAL		30.664.690,71	25.471.552,09
RESERVAS DE SOBRAS		31.202.522,91	23.955.677,42
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		9.053.180,01	5.510.656,01
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**482.755.329,51**	**371.295.685,48**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS (EM REAIS)

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**32.852.105,83**	**58.720.959,34**	**31.141.484,15**
Operações de Crédito	23	17.427.505,03	32.538.447,30	23.197.314,95
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	13.310.657,53	23.193.248,77	7.528.929,02
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	2.113.943,27	2.989.263,27	415.240,18
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**24**	**(20.087.137,42)**	**(33.065.821,01)**	**(13.774.025,33)**
Operações de Captação no Mercado	14.d	(15.226.036,98)	(25.071.545,32)	(7.124.079,31)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.b	(2.285.803,80)	(4.289.051,04)	(2.917.116,30)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.575.296,64)	(3.705.224,65)	(3.732.829,72)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**12.764.968,41**	**25.655.138,33**	**17.367.458,82**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(3.762.422,30)**	**(7.376.043,78)**	**(5.908.125,69)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	1.299.785,69	2.612.484,64	2.722.337,53
Rendas de Tarifas	26	169.304,00	320.557,50	267.910,50
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(3.919.914,33)	(7.414.628,09)	(6.387.143,04)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(3.086.242,61)	(5.641.155,99)	(4.524.147,65)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(81.228,99)	(152.961,91)	(252.581,01)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	2.224.427,02	3.725.362,33	2.515.355,01
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(368.553,08)	(825.702,26)	(249.857,03)
PROVISÕES	**32**	**(172.107,99)**	**(97.447,36)**	**202.229,40**
Provisões/Reversões para Contingências		(111.835,02)	(140.426,44)	(20.268,77)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(60.272,97)	42.979,08	222.498,17
RESULTADO OPERACIONAL		**8.830.438,12**	**18.181.647,19**	**11.661.562,53**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	**2.131,05**	**2.575,44**	**(231,78)**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**8.832.569,17**	**18.184.222,63**	**11.661.330,75**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(172.362,21)**	**(349.150,71)**	**(356.829,05)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(100.717,11)	(206.689,24)	(199.331,83)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(71.645,10)	(142.461,47)	(157.497,22)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		**-**	**(131.100,59)**	**(91.988,60)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**8.660.206,96**	**17.703.971,33**	**11.212.513,10**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS)

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		**21.562.610,63**	**-2.165,00**	**19.547.152,62**	**4.549.311,82**	**45.656.910,07**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		4.514.147,63	0,00	0,00	-4.549.311,82	-35.164,19
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		489.547,43	-865,00	0,00	0,00	488.682,43
Por Devolução (-)		-1.091.523,60	0,00	0,00	0,00	-1.091.523,60
Estorno de Capital		-200,00	0,00	0,00	0,00	-200,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	11.212.513,10	11.212.513,10
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	4.408.524,80	-4.408.524,80	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	-1.102.131,20	-1.102.131,20
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	-191.201,09	-191.201,09
Saldos em 31/12/2021		**25.474.582,09**	**-3.030,00**	**23.955.677,42**	**5.510.656,01**	**54.937.885,52**
Saldos em 31/12/2021		**25.474.582,09**	**-3.030,00**	**23.955.677,42**	**5.510.656,01**	**54.937.885,52**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		5.497.444,85	0,00	0,00	-5.510.656,01	-13.211,16
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	4.301,49	0,00	4.301,49
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		641.108,64	-2.040,69	0,00	0,00	639.067,95
Por Devolução (-)		-941.954,18	0,00	0,00	0,00	-941.954,18
Estorno de Capital		-1.420,00	0,00	0,00	0,00	-1.420,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	494.882,80	494.882,80
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	17.703.971,33	17.703.971,33
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	7.242.544,00	-7.242.544,00	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	-1.810.636,00	-1.810.636,00
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	-92.494,12	-92.494,12
Saldos em 31/12/2022		**30.669.761,40**	**-5.070,69**	**31.202.522,91**	**9.053.180,01**	**70.920.393,63**
Saldos em 30/06/2022		**25.401.649,65**	**-3.000,00**	**23.955.677,42**	**14.554.420,38**	**63.908.747,45**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		5.497.444,85	0,00	0,00	-5.510.656,01	-13.211,16
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	4.301,49	0,00	4.301,49
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		459.414,71	-2.070,69	0,00	0,00	457.344,02
Por Devolução (-)		-687.547,81	0,00	0,00	0,00	-687.547,81
Estorno de Capital		-1.200,00	0,00	0,00	0,00	-1.200,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	494.882,80	494.882,80
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	8.660.206,96	8.660.206,96
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	7.242.544,00	-7.242.544,00	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	-1.810.636,00	-1.810.636,00
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	-92.494,12	-92.494,12
Saldos em 31/12/2022		**30.669.761,40**	**-5.070,69**	**31.202.522,91**	**9.053.180,01**	**70.920.393,63**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM REAIS)

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	**8.832.569,17**	**18.184.222,63**	**11.661.330,75**
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(1.239.589,68)	(1.239.589,68)	(333.685,90)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(434.965,02)	(272.058,00)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	2.575.296,64	3.705.224,65	3.732.829,72
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	60.272,97	(42.979,08)	(222.498,17)
Provisões/Reversões para Contingências	111.835,02	140.426,44	20.268,77
Atualização de Depósitos em Garantia	(116.584,62)	(145.176,04)	(20.268,77)
Depreciações e Amortizações	196.654,05	371.292,60	277.054,56
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	**10.420.453,55**	**20.538.456,50**	**14.842.972,96**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(26.804.033,37)	(37.766.828,63)	515.749,20
Títulos e Valores Mobiliários	(2.519.730,19)	(2.779.522,30)	-
Relações Interfinanceiras	20.425,43	-	-
Operações de Crédito	(41.163.847,33)	(51.518.235,13)	(52.694.635,34)
Outros Ativos Financeiros	(322.493,41)	(1.420.307,53)	(1.474.242,43)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(46.581,48)	(91.445,37)	2.215,56
Outros Ativos	(22.921,49)	(76.844,90)	(129.591,79)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	(7.251.786,88)	(2.338.011,21)	4.602.637,31
Depósitos a Prazo	586.587,11	38.224.080,18	24.039.784,73
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	25.137.476,44	43.847.557,50	13.113.968,35
Relações Interfinanceiras	11.268.821,34	11.297.041,74	26.919.849,26
Outros Passivos Financeiros	9.073.115,43	2.680.311,86	1.141.291,04
Provisões	4.749,60	4.749,60	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	237.455,33	128.234,68	116.085,67
Outros Passivos	1.590.230,25	1.313.416,92	1.402.098,30
FATES - Atos Cooperativos	(1.810.636,00)	(1.810.636,00)	(1.102.131,20)
FATES - Atos Não Cooperativos	(92.494,12)	(92.494,12)	(191.201,09)
Imposto de Renda Pago	-	(140.938,10)	(76.766,46)
Contribuição Social Pago	-	(117.005,91)	(58.779,22)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(21.695.209,79)**	**19.881.579,78**	**30.969.304,85**
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos	-	27.503,39	6.715,56
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	-	407.461,63	265.342,44
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.239.589,68	1.239.589,68	333.685,90
Aquisição de Intangível	(17.861,82)	(17.861,82)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(807.646,62)	(1.121.120,55)	(602.049,09)
Aquisição de Investimentos	-	-	(684.360,71)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**414.081,24**	**535.572,33**	**(680.665,90)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	457.344,02	639.067,95	488.682,43
Devolução de Capital à Cooperados	(687.547,81)	(941.954,18)	(1.091.523,60)
Estorno de Capital	(1.200,00)	(1.420,00)	(200,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	(13.211,16)	(13.211,16)	(35.164,19)
Reversão/Realização de Fundos	494.882,80	494.882,80	-
Outros Eventos/Reservas	4.301,49	4.301,49	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**254.569,34**	**181.666,90**	**(638.205,36)**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(21.026.559,21)**	**20.598.819,01**	**29.650.433,59**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	210.436.411,40	168.811.033,18	139.160.599,59
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	189.409.852,19	189.409.852,19	168.811.033,18
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(21.026.559,21)**	**20.598.819,01**	**29.650.433,59**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (EM REAIS)

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	8.660.206,96	17.703.971,33	11.212.513,10
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**8.660.206,96**	**17.703.971,33**	**11.212.513,10**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. - SICOOB CREDIPEU**, doravante denominado **SICOOB CREDIPÉU**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 27/06/1991, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN n° 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIPÉU, sediado à **RUA GILBERTO CORDEIRO VALADARES, N° 581, CENTRO, POMPÉU - MG.**

O SICOOB CREDIPÉU tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 08/03/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 39.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022,** que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022,** que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022,** que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022,** que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022,** que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB n° 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN n° 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CREDIPÉU contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nª 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIPÉU opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	589.049,96	526.470,41
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) – Nota 35.2 (a)	188.820.802,23	168.284.562,77
TOTAL	**189.409.852,19**	**168.811.033,18**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira - Nota 35.2 (b)	13.310.657,53	23.193.248,77	7.528.929,02

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas (a)	47.489.267,23	0,00	9.722.438,60	0,00

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 98,00% e 101,00% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.113.943,27	2.989.263,27	415.240,18

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPÉU LTDA. - SICOOB CREDIPÉU

CNPJ: 66.262.643/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito - Nota 35.2 (a)	0,00	12.119.906,54	0,00	0,00
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	0,00	130.702,93	0,00	0,00
TOTAL (a)	**0,00**	**12.250.609,47**	**0,00**	**0,00**

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN n° 4.817/2020.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total
Empréstimos e Títulos Descontados	44.066.499,49	49.709.452,04	93.775.951,53	36.219.296,05	35.163.243,85	71.382.539,90
Financiamentos	8.256.884,97	16.229.723,26	24.486.608,23	5.414.842,01	11.082.456,09	16.497.298,10
Financiamentos Rurais	64.654.414,09	54.509.728,44	119.164.142,53	48.410.333,53	51.515.726,08	99.926.059,61
Total de Operações de Crédito	116.977.798,55	120.448.903,74	237.426.702,29	90.044.471,59	97.761.426,02	187.805.897,61
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.871.217,09)	(7.201.915,84)	(12.073.132,93)	(4.985.241,99)	(5.618.762,71)	(10.604.004,70)
TOTAL	**112.106.581,46**	**113.246.987,90**	**225.353.569,36**	**85.059.229,60**	**92.142.663,31**	**177.201.892,91**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Percentual de Risco /Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	2.887.494,39	1.313.177,63	34.198.602,48	38.399.274,50	0,00	25.134.830,49	0,00
A	0,5%	Normal	22.394.035,51	6.973.585,15	41.909.802,90	71.277.423,56	(356.387,24)	75.186.789,93	(375.934,00)
B	1%	Normal	29.295.894,64	10.301.040,12	33.110.350,41	72.707.285,17	(727.072,97)	53.666.858,29	(536.668,62)
B	1%	Vencidas	94.447,20	16.062,11	0,00	110.509,31	(1.105,21)	181.757,53	(1.817,63)
C	3%	Normal	22.637.612,18	4.477.560,21	5.378.389,98	32.493.562,37	(974.806,99)	18.575.457,39	(557.263,77)
C	3%	Vencidas	337.633,32	83.854,39	3.077,40	424.565,11	(12.737,07)	217.653,01	(6.529,64)
D	10%	Normal	5.337.747,98	834.029,45	3.680.176,28	9.851.953,71	(985.195,49)	4.836.123,95	(483.612,45)
D	10%	Vencidas	262.519,27	27.530,91	0,00	290.050,18	(29.005,14)	79.895,88	(7.989,64)
E	30%	Normal	1.882.473,57	119.310,97	131.854,46	2.133.639,00	(640.091,82)	1.171.463,71	(351.439,16)
E	30%	Vencidas	470.265,60	144.985,37	228.602,90	843.853,87	(253.156,28)	204.940,29	(61.482,14)
F	50%	Normal	599.096,81	100.062,84	275.232,54	974.392,19	(487.196,22)	370.248,70	(185.124,40)
F	50%	Vencidas	400.867,32	14.251,38	0,00	415.118,70	(207.559,47)	106.796,90	(53.398,50)
G	70%	Normal	171.250,60	0,00	0,00	171.250,60	(119.875,54)	218.358,89	(152.851,27)
G	70%	Vencidas	182.935,34	0,00	0,00	182.935,34	(128.054,81)	82.763,95	(57.934,78)
H	100%	Normal	4.787.055,35	68.626,89	248.053,18	5.103.735,42	(5.103.735,42)	4.999.119,08	(4.999.119,08)
H	100%	Vencidas	2.034.622,45	12.530,81	0,00	2.047.153,26	(2.047.153,26)	2.772.839,62	(2.772.839,62)
Total Normal			89.992.661,03	24.187.393,26	118.932.462,23	233.112.516,52	(9.394.361,69)	184.159.250,43	(7.642.012,75)
Total Vencidos			3.783.290,50	299.214,97	231.680,30	4.314.185,77	(2.678.771,24)	3.646.647,18	(2.961.991,95)
Total Geral			93.775.951,53	24.486.608,23	119.164.142,53	237.426.702,29	(12.073.132,93)	187.805.897,61	(10.604.004,70)
Provisões			(9.930.570,79)	(578.641,20)	(1.563.920,94)	(12.073.132,93)		(10.604.004,70)	
Total Líquido			83.845.380,74	23.907.967,03	117.600.221,59	225.353.569,36		177.201.892,91	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	19.229.317,29	24.837.182,20	49.709.452,04	93.775.951,53
Financiamentos	2.128.624,56	6.128.260,41	16.229.723,26	24.486.608,23
Financiamentos Rurais	11.961.940,61	52.692.473,48	54.509.728,44	119.164.142,53
TOTAL	**33.319.882,46**	**83.657.916,09**	**120.448.903,74**	**237.426.702,29**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.981.176,46	398.723,94	0,00	4.379.900,40	1,84%
Setor Privado - Indústria	7.551.194,35	217.333,32	6.092.091,98	13.860.619,65	5,84%
Setor Privado - Serviços	47.525.807,90	13.836.888,85	12.458.835,31	73.821.532,06	31,09%
Pessoa Física	33.125.800,10	9.978.634,91	99.482.421,33	142.586.856,34	60,06%
Outros	1.591.972,72	55.027,21	1.130.793,91	2.777.793,84	1,17%
TOTAL	**93.775.951,53**	**24.486.608,23**	**119.164.142,53**	**237.426.702,29**	**100,00%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	10.604.004,70	8.685.667,91
Constituições/ Reversões no período	3.692.619,49	3.708.391,99
Transferência para prejuízo no período	-2.223.491,26	-1.790.055,20
Saldo Final	**12.073.132,93**	**10.604.004,70**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	8.526.717,06	3,59%	8.405.727,21	4,47%
10 Maiores Devedores	41.875.020,93	17,62%	37.138.061,09	19,75%
50 Maiores Devedores	91.833.362,44	38,64%	77.868.619,40	41,41%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**9.849.263,66**	**10.970.848,33**
Valor das operações transferidas no período	2.223.491,26	1.790.055,20
Valor das operações recuperadas no período	-1.044.232,64	-1.601.291,70
Valor das operações renegociadas no período	-761.172,92	-1.280.947,87
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-1.213,79	-29.400,30
Saldo Final	**10.266.135,57**	**9.849.263,66**

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	268.432,35	0,00	288.078,99	0,00
Rendas a Receber (b)	2.525.185,76	0,00	1.411.584,90	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	5.885,50	0,00	5.593,00	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	0,00	1.864.904,00	0,00	1.719.727,96
TOTAL	**2.799.503,61**	**1.864.904,00**	**1.705.256,89**	**1.719.727,96**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 15.460,25); Rendas de Cartões (R$ 168.598,76); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R$ 2.303.573,58); e outros (R$ 37.553,17);
(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber de Tarifas;
(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R$ 448.826,09); e Cofins (R$ 1.416.077,91);

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(238.839,22)	0,00	(226.234,06)	0,00

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível /Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E	30%	Normal	0,00	0,00	0,00	28.335,26	(8.500,57)
E	30%	Vencidas	29.134,38	29.134,38	(8.740,30)	47.093,02	(14.127,91)
F	50%	Vencidas	14.315,77	14.315,77	(7.157,88)	7.622,49	(3.811,25)
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	4.662,68	(3.263,88)
G	70%	Vencidas	6.803,92	6.803,92	(4.762,76)	12.783,71	(8.948,62)
H	100%	Vencidas	218.178,28	218.178,28	(218.178,28)	187.581,83	(187.581,83)
Total Normal			0,00	0,00	0,00	32.997,94	(11.764,45)
Total Vencidos			268.432,35	268.432,35	(238.839,22)	255.081,05	(214.469,61)
Total Geral			268.432,35	268.432,35	(238.839,22)	288.078,99	(226.234,06)
Provisões(238.839,22)			(238.839,22)		(226.234,06)		
Total Líquido			29.593,13	29.593,13		61.844,93	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	91.797,66	0,00	352,29	0,00

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	39.241,29	0,00	40.897,19	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	192.998,97	0,00	138.850,42	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	9.000,00	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	199.717,79	0,00	189.403,53	0,00
Despesas Antecipadas (b)	41.218,74	0,00	36.180,75	0,00
TOTAL	**482.176,79**	**0,00**	**405.331,89**	**0,00**

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$2.318,50); Plano de Saúde a Receber (R$ 187.199,17); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R$ 418,70); e outros (R$ 9.781,42);
(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central de Crédito - Nota 35.2 (a)	0,00	9.340.384,24
Partic. em Inst. Financ. Controlada por Coop. Crédito	0,00	130.702,93
TOTAL (a)	**0,00**	**9.471.087,17**

(a) Em atendimento a Resolução CMN n° 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		455.163,52	0,00
Terrenos		612.000,00	612.000,00
Edificações	4%	1.673.325,43	1.673.325,43
Instalações	10%	346.066,69	321.162,69
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.005.452,72	867.506,80
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.522.851,32	1.163.494,28
Sistema de Segurança	10%	155.825,21	118.194,14
Sistema de Transporte	20%	265.073,96	160.073,96
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.119,00	0,00
Total de Imobilizado de Uso		6.036.877,85	4.915.757,30
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(997.419,60)	(933.973,80)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(166.202,82)	(135.838,00)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.566.508,67)	(1.332.291,98)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(72.011,34)	(28.854,87)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1,24)	0,00
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.802.143,67)	(2.430.958,65)
TOTAL		**3.234.734,18**	**2.484.798,65**

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas de Processamento de Dados	20%	11.390,00	0,00
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	20%	6.471,82	0,00
Intangível		17.861,82	0,00
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(107,58)	0,00
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(107,58)	0,00
TOTAL		**17.754,24**	**0,00**

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Depósito à Vista (a)	70.136.651,15	0,00	72.474.662,36	0,00
Depósito a Prazo (b)	161.930.294,05	47.092,83	123.748.033,08	5.273,62
TOTAL	**232.066.945,20**	**47.092,83**	**196.222.695,44**	**5.273,62**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.
Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	15.880.609,90	4,90%	22.366.769,21	9,19%
10 Maiores Depositantes	75.481.669,46	23,29%	64.876.347,73	26,64%
50 Maiores Depositantes	139.996.272,27	43,20%	107.732.170,41	44,24%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(10.784.656,47)	(18.185.081,24)	(5.554.104,00)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(3.946.299,50)	(6.076.935,36)	(1.213.573,30)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(259.601,72)	(384.927,18)	(18.898,13)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(235.479,29)	(424.601,54)	(337.503,88)
TOTAL	**(15.226.036,98)**	**(25.071.545,32)**	**(7.124.079,31)**

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI	4.372.317,46	0,00	691.453,09	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	6.866.837,75	69.931.756,49	8.386.186,38	28.245.714,73
TOTAL	**11.239.155,21**	**69.931.756,49**	**9.077.639,47**	**28.245.714,73**

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	37.799.126,88	35.470.841,54	19.900.201,90	42.072.724,78

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6,66 % ao ano, com vencimento até 15/09/2032.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(2.285.803,80)	(4.289.051,04)	(2.917.116,30)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	13.501.489,21	0,00	11.004.526,91	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	24.109,32	0,00	2.068,90	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	218.091,09	0,00	56.781,95	0,00
TOTAL	**13.743.689,62**	**0,00**	**11.063.377,76**	**0,00**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R$ 18.675,68); Ordens de Pagamento (R$ 13.482.646,53); e outros (R$ 167,00);
(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 48.381,87); Municipais (R$164.907,06); e Operações com Títulos e Valores Mobiliários (R$ 4.802,16).

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	427.456,24	699.793,92	348.091,14	822.138,10
Provisão Para Contingências (b)	0,00	1.864.904,00	0,00	1.719.727,96
TOTAL	**427.456,24**	**2.564.697,92**	**348.091,14**	**2.541.866,06**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	48.340.564,00	34.489.944,92

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022 Provisão para Demandas Judiciais	31/12/2022 Depósitos Judiciais	31/12/2021 Provisão para Demandas Judiciais	31/12/2021 Depósitos Judiciais
PIS'	448.826,09	448.826,09	414.136,70	414.136,70
COFINS	1.416.077,91	1.416.077,91	1.305.591,26	1.305.591,26
TOTAL	**1.864.904,00**	**1.864.904,00**	**1.719.727,96**	**1.719.727,96**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIPÉU, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 69.040,00. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	348.662,37	0,00	257.455,67	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	11.267,38	0,00	17.276,73	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	314.838,66	0,00	285.144,97	0,00
Outros	197.615,08	0,00	93.064,74	0,00
TOTAL	**872.383,49**	**0,00**	**652.942,11**	**0,00**

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	5.479.553,67	0,00	4.017.974,86	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	827.018,41	0,00	783.384,95	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.252.407,80	0,00	1.063.206,08	0,00
Credores Diversos – País (d)	112.810,58	0,00	362.707,06	0,00
TOTAL	**7.671.790,46**	**0,00**	**6.227.272,95**	**0,00**

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	1.274.363,38	0,00	1.221.031,89	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	4.205.190,29	0,00	2.796.942,97	0,00
TOTAL	**5.479.553,67**	**0,00**	**4.017.974,86**	**0,00**

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.
(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R$771.876,95); Custos de Transações Interfinanceiras (R$ 10.067,33); Seguro Prestamista (R$84.643,54); Despesas com Cartões (R$ 60.852,33); Plano de Saúde (R$ 218.097,48); e outros (R$ 106.870,17);
(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R$ 1.740,48); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R$ 46.893,49); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 16.904,37); Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado (R$ 19.334,26); Faturas de Cartão de Crédito a Pagar (R$ 23.872,52); e outros (R$ 4.065,46).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	30.664.690,71	25.471.552,09
Associados	11.174	10.129

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R$ 4.301,49.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

• 100% aos Associados via Conta Capital, no valor de R$ 5.510.656,01.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	17.703.971,33	11.212.513,10
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(92.494,12)	(191.201,09)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	494.882,80	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	18.106.360,01	11.021.312,01
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(7.242.544,00)	(4.408.524,80)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(1.810.636,00)	(1.102.131,20)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	9.053.180,01	5.510.656,01

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	1.847.726,24	2.134.143,82
Despesas específicas de atos não cooperativos	(628.341,99)	(748.696,63)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(310.472,40)	(511.733,03)
Resultado operacional	908.911,85	873.714,16
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	2.575,44	(231,78)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	911.487,29	873.482,38
IRPJ/CSLL	(349.150,71)	(356.829,05)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(469.842,46)	(325.452,23)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	92.494,13	191.201,09

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	62.907,86	134.950,07	85.186,82
Rendas de Empréstimos	9.244.430,65	17.645.581,54	12.060.186,18
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	570.231,53	945.001,78	819.466,66
Rendas de Financiamentos	1.615.533,43	2.728.104,82	1.736.962,96
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	3.462.637,63	5.897.614,17	2.939.768,26
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	558.165,94	1.066.647,51	620.195,71
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	634.802,74	1.391.808,24	2.059.655,75
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	520.683,14	923.314,32	0,00
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	19,29	19,29	35,15
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	758.092,82	1.805.405,56	2.875.857,46
TOTAL	**17.427.505,03**	**32.538.447,30**	**23.197.314,95**

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(15.226.036,98)	(25.071.545,32)	(7.124.079,31)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(2.285.803,80)	(4.289.051,04)	(2.917.116,30)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.187.795,12	6.820.073,40	5.793.478,81
Reversões de Provisões para Outros Créditos	56.109,26	97.273,12	143.721,99
Provisões para Operações de Crédito	(5.643.810,74)	(10.186.632,08)	(9.274.755,04)
Provisões para Outros Créditos	(175.390,28)	(435.939,09)	(395.275,48)
TOTAL	**(20.087.137,42)**	**(33.065.821,01)**	**(13.774.025,33)**

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	89.857,55	172.900,75	233.802,35
Rendas de Transferências de Fundos	0,00	0,00	10.348,24
Rendas de Convênios	64.338,77	164.725,13	144.715,46
Rendas de Comissão	467.201,30	947.952,46	1.289.538,27
Rendas de Cartões	474.048,25	969.249,46	818.926,15
Rendas de Outros Serviços	204.339,82	357.656,84	225.007,06
TOTAL	**1.299.785,69**	**2.612.484,64**	**2.722.337,53**

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.820,00	3.850,00	4.170,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	117.269,50	225.711,00	184.221,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	8.899,00	12.509,00	16.859,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	41.315,50	78.487,50	62.660,00
TOTAL	**169.304,00**	**320.557,50**	**267.910,50**

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(28.305,72)	(54.653,04)	(54.388,65)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(490.403,17)	(898.189,35)	(805.278,09)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(502.102,62)	(952.581,00)	(813.769,29)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(810.647,73)	(1.553.890,71)	(1.355.131,55)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.027.260,66)	(3.867.877,67)	(3.336.118,55)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(28.188,01)	(33.688,10)	(3.356,25)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(33.006,42)	(53.748,22)	(19.100,66)
TOTAL	**(3.919.914,33)**	**(7.414.628,09)**	**(6.387.143,04)**

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(19.094,66)	(43.139,44)	(18.880,75)
Despesas de Aluguéis	(52.033,12)	(87.253,02)	(42.092,26)
Despesas de Comunicações	(51.486,17)	(115.430,45)	(96.327,99)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(195.459,22)	(255.599,18)	(159.141,84)
Despesas de Material	(56.620,91)	(95.538,47)	(63.799,27)
Despesas de Processamento de Dados	(421.043,14)	(797.730,63)	(684.559,88)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(99.335,34)	(138.125,78)	(35.246,96)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(33.501,96)	(57.320,02)	(31.123,02)
Despesas de Publicações	(1.833,60)	(4.553,60)	(1.950,00)
Despesas de Seguros	(10.186,51)	(16.111,78)	(9.405,51)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(828.190,14)	(1.609.071,37)	(1.360.848,99)
Despesas de Serviços de Terceiros	(288.170,74)	(399.141,57)	(190.995,32)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(83.698,85)	(167.923,06)	(152.214,89)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(117.824,86)	(304.327,07)	(417.499,18)
Despesas de Transporte	(47.106,11)	(84.797,38)	(83.033,91)
Despesas de Viagem no País	(20.253,40)	(23.610,88)	(9.025,97)
Despesas de Amortização	(107,58)	(107,58)	0,00
Despesas de Depreciação	(196.546,47)	(371.185,02)	(277.054,56)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(9.813,68)	(51.900,72)	(64.347,26)
Despesas de Ações Judiciais	0,00	0,00	(7.076,75)
Despesas Rateadas da Central - Nota 35.2 (b)	(267.967,78)	(494.956,19)	(487.889,89)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(132.176,13)	(260.408,16)	(173.654,67)
Despesa de Contribuição a OCE	(47.388,07)	(94.003,51)	(95.135,32)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(15.444,37)	(15.444,37)	0,00
Despesas de Serviços de Tesouraria do Banco Sicoob	0,00	0,00	(267,90)
Outras Despesas Administrativas	(90.959,80)	(153.476,74)	(62.575,56)
TOTAL	**(3.086.242,61)**	**(5.641.155,99)**	**(4.524.147,65)**

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(10.495,29)	(19.053,30)	(21.524,18)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(47.395,70)	(91.032,39)	(98.011,08)
Despesas de Contribuição ao COFINS	0,00	0,00	(85.272,45)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(23.338,00)	(42.876,22)	(47.773,30)
TOTAL	**(81.228,99)**	**(152.961,91)**	**(252.581,01)**

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	68.031,94	137.796,99	54.147,28
Dividendos	0,00	27.503,39	6.715,56
Distribuição de sobras da central	0,00	407.461,63	265.342,44
Atualização depósitos judiciais	116.584,62	145.176,04	20.268,77
Rendas de Repasses Interfinanceiros	186.525,75	423.861,35	504.079,88
Outras rendas operacionais	91.521,80	239.848,71	398.796,77
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	522.173,23	1.104.124,54	932.318,41
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.239.589,68	1.239.589,68	333.685,90
TOTAL	**2.224.427,02**	**3.725.362,33**	**2.515.355,01**

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(2.741,22)	(3.361,27)	(22,92)
Outras Despesas Operacionais	(60.131,54)	(100.157,04)	(46.022,49)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(25.315,52)	(53.571,76)	(62.366,00)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(11.723,00)	(18.557,00)	(16.413,75)
Outras Contribuições Diversas	(31.293,63)	(64.077,69)	(50.970,38)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(19.509,70)	(78.787,09)	(52.830,67)
Perdas - Fraudes Externas	(4.897,00)	(11.314,28)	(1.410,00)
Perdas - Práticas Inadequadas	(854,28)	(904,28)	(19.820,82)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(58,41)	(58,41)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	(30,64)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(212.028,78)	(494.882,80)	0,00
TOTAL	**(368.553,08)**	**(825.702,26)**	**(249.857,03)**

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(111.835,02)	(140.426,44)	(20.268,77)
Provisões para Contingências	(111.835,02)	(140.426,44)	(20.268,77)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(60.272,97)	42.979,08	222.498,17
Provisões para Garantias Prestadas	(515.489,35)	(856.769,32)	(583.963,56)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	455.216,38	899.748,40	806.461,73
TOTAL	**(172.107,99)**	**(97.447,36)**	**202.229,40**

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos de Capital	3.304,26	9.329,00	4.019,71
Outras Rendas Não Operacionais	0,00	1,77	20,00
(-) Perdas de Capital	(1.173,21)	(6.755,33)	(4.271,49)
TOTAL	**2.131,05**	**2.575,44**	**(231,78)**

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	21.888.118,23	7,5993%	284.034,59
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.083.116,95	0,7232%	11.480,74
TOTAL	**23.971.235,18**	**8,3225%**	**295.515,33**
Montante das Operações Passivas	73.148.053,89	19,5022%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Empréstimos e Financiamentos	0,3533%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,5036%
Crédito Rural (modalidades)	9,5974%
Aplicações Financeiras	19,5021%

b) Total geral das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito l em Relação à Carteira Tota
Cheque Especial	55.786,81	3.002,40	2,6077%
Financiamentos Rurais	17.540.416,96	339.794,56	14,7195%
Empréstimos	3.275.177,33	44.826,36	3,8390%
Financiamentos	51.095,64	319,61	0,2087%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.990.505,46	4,2955%	0%
Depósitos a Prazo	11.353.171,20	7,0091%	1,1039%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	462.772,18	0,6026%	1,0048%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	36.839,77	0,8426%	0,9715%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,3500%	1,34
Empréstimos	1,8582%	34,62
Financiamentos	1,2600%	45,58
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	95,8185%	160,06
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,9952%	38,91
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,9773%	40,30

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	93.426,96
Crédito Rural	35.466.069,91
Direitos Creditórios Descontados	14.603,99
Empréstimos	4.419.680,96
Financiamentos	180.729,61

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	3.385.604,06	2.641.622,54

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(102.538,47)	(191.365,27)	(171.933,42)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(490.403,17)	(898.189,35)	(805.278,09)
F.G.T.S. Diretoria	(25.405,22)	(48.289,16)	(42.641,68)
Plano de Saúde	(3.543,34)	(3.543,34)	0,00

35.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIPÉU, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPÉU LTDA. - SICOOB CREDIPÉU

CNPJ: 66.262.643/0001-11

3 de 3

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.
O SICOOB CREDIPÉU responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.
a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	188.820.802,23	168.284.562,77
Ativo – Investimentos – Nota 11	0,00	9.340.384,24
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 6	12.119.906,54	0,00
Total das Operações Ativas	**200.940.708,77**	**177.624.947,01**

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	13.310.657,53	23.193.248,77	7.528.929,02
Total das Receitas	13.310.657,53	23.193.248,77	7.528.929,02
Rateio de Despesas da Central	(267.967,78)	(494.956,19)	(487.889,89)
Total das Despesas	**(267.967,78)**	**(494.956,19)**	**(487.889,89)**

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	63.633.733,25	49.460.244,03
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	297.320.223,33	219.199.036,73
Índice de Basiléia (mínimo 12%) % (a)	21,40	22,56
Imobilizado para cálculo do limite	3.234.734,18	2.484.798,65
Índice de imobilização (limite 50%) %	5,08	5,02

(a) Em 31/12/2021 o índice mínimo era de 11% em razão da redação dada pela Resolução CMN 4.813/2020, e em 31/12/2022 voltou a ser de 12%.

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.
A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.
O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.
São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.
A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.
A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.
Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:
a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.
As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.
A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.
O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.
O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.
O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:
a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.
Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).
Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:
a) valor econômico (?EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
b) resultado de intermediação financeira (?NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.
O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
b) os limites máximos do risco de mercado;
c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
j) resultado dos cenários de estresse.
Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.
O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.
O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.
O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:
a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
a.1) limite mínimo de liquidez;
a.2) fluxo de caixa projetado;
a.3) aplicação de cenários de estresse;
a.4) definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.
O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.
Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.
Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.
Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.
Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:
a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.
As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.
O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.
As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.
O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:
a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).
O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.
São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).
Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".
A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.
a) Resumo do Plano de Implementação
Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:
Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

POMPÉU (MG), 08 de março de 2023.

ANDRÉ CORDEIRO LACERDA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODILON FERREIRA DA SILVA
DIRETOR FINANCEIRO

DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS
DIRETORA ADMINISTRATIVA

RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR - CRC/MG 091.409/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credipeu Ltda.- Sicoob Credipeu, reunidos em 21/03/2023, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.
A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.
Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Pompéu (MG), 21 de março de 2023.

GABRIELA OLIVEIRA CAMPOS
Coordenadora do Conselho Fiscal

EDSON VICENTE REIS DA SILVA
Secretário do Conselho Fiscal

PAULA LACERDA
Conselheira Fiscal-Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Credipeu Ltda. – SICOOB CREDIPEU - CNPJ: 66262643
Pompéu – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credipeu Ltda. – SICOOB CREDIPEU, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIPEU em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 21 de março de 2023.

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 69.261/O

VIOLÊNCIA

Ataque de adolescente com faca em escola deixa outras três docentes e um aluno feridos. Menor, de 13 anos, foi contido em sala e apreendido pela polícia, que apura a motivação

Aluno mata professora em SP

Quatro professoras e um aluno foram esfaqueados dentro da escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, Zona Oeste de São Paulo na manhã de ontem. Elisabeth Tenreiro, professora de ciências de 71 anos, morreu no ataque à escola. Defensora da ciência e das causas feministas, além de apaixonada pelas filhas e pelos netos, a docente chegou a ser socorrida, mas não resistiu aos ferimentos. O agressor foi apreendido pela Polícia Civil. Uma criança sofreu cortes no braço e outra foi atendida porque estava em estado de choque, mas sem ferimentos no corpo. O suspeito é aluno do 8º ano do ensino fundamental e tem 13 anos.

Um aluno da escola disse à reportagem que testemunhou na semana passada uma briga entre o suspeito e outro estudante, que tiveram que ser separados por um professor. Ele disse também que saiu correndo da escola quando viu o ataque e acabou torcendo o pé. A mãe dele disse que episódios de violência são comuns na escola.

O delegado Marcus Vinicius Reis, do 34º Distrito Policial, disse que uma arma de pressão air soft, uma faca e uma parte de tesoura foram apreendidas na casa do adolescente de 13 anos que matou a facadas uma professora e deixou outros quatro feridos. Nas vistorias na residência do agressor, também foram apreendidos uma luva preta, um boné preto, um pano preto com desenho de caveira, três máscaras, uma CPU e um videogame Xbox. Até cerca de 15h40 de ontem, um total de 33 pessoas já havia prestado depoimento à polícia, segundo Reis.

Às 16h, o autor do ataque seguia na delegacia. Segundo o delegado, o adolescente deve ser encaminhado à Vara de Infância e Juventude. A tendência é que ele siga para a internação na Fundação Casa logo em seguida. A polícia investiga se ele teve ajuda de algum adulto. "A gente não pode esquecer que nós estamos lidando com um menor (de idade), com vítimas menores, com professoras que a gente não quer passar os dados, a gente quer preservar a identidade", disse o delegado.

O adolescente de 13 anos já havia ameaçado atacar outra escola. Um boletim de ocorrência de fevereiro foi registrado por uma funcionária da Escola Estadual José Roberto Pacheco, em Taboão da Serra (Grande SP), de onde o adolescente foi transferido há poucos dias, em março. No BO, o jovem é descrito como alguém que vinha apresentando um comportamento suspeito nas redes sociais, "postando vídeos comprometedores, por exemplo, portando uma arma de fogo e simulando ataques violentos".

O agressor matou a professora Elizabeth Tenreir e também feriu com golpes de faca um aluno e outras três professoras. De acordo com a polícia, ele anunciou o ataque em um post em rede social na manhã de ontem, em que escreveu ter aguardado por esse momento a "vida inteira". Disse, ainda, que esperava matar ao menos uma pessoa. As professoras feridas são Jane Gasperini, Rita de Cássia Reis e Ana Célia Rosa. As vítimas foram socorridas e levadas para hospitais da região. O secretário estadual de Educação, Renato Feder, anunciou que a escola ficará fechada por uma semana. "Se precisar estender, vamos acompanhar. Vamos antecipar o recesso de julho nessa escola", disse o secretário.

O ATAQUE O adolescente usava uma máscara de caveira do momento do ataque, conforme mostram imagens do circuito de segurança da escola. O vídeo, ao qual a reportagem teve acesso, mostra que o adolescente entra correndo em uma sala de aula e parte para cima de uma professora, que estava de costas, em pé. A docente, que não percebe a aproximação do agressor, é atingida violentamente por diversos golpes nas costas e cai no chão.

REPRODUÇÃO/VÍDEO/DIVULGAÇÃO

Após golpear e matar Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, jovem foi contido por outras professoras que o imobilizaram e retiraram a faca da sua mão

Alunos entram em desespero e tentam sair da sala. Nesse momento, o agressor passa a tentar golpear os colegas e atinge alguns deles.

Um segundo vídeo mostra o adolescente atingindo outra professora. Ele desfere vários golpes na mulher. A docente cai no chão, continua recebendo golpes e é arrastada pelo aluno. Duas mulheres entram na sala, e uma delas consegue imobilizar o adolescente, enquanto a outra retira a faca das mãos dele. O secretário da Segurança paulista, Guilherme Derrite, diz que a professora realizou um ato heroico. "Ela imobilizou o agressor, fez com que a arma branca fosse retirada dele. Se não fosse essa ação, a tragédia teria sido maior", disse Derrite, que lamentou o episódio.

CLASSIFICADOS ESTADO DE MINAS

www.classificados.em.com.br

CENTRO

1 LUGAR CERTO COMPRA E VENDA

[RESIDENCIAIS BELO HORIZONTE]

C

Centro

CENTRO
Apto reformado próx Shop. Cidade,2 salas, 3qtos, ste, 1 vga, pronto para morar,j26 - RB1657, 450 mil por 420 mil
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

F

Funcionários

FUNCIONÁRIOS
Apto 150 m2 próx. pça Liberdade, 3qtos, porteiro, 1vg, vazio J26 RB1678- 550mil
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

FUNCIONÁRIOS
Apto novo regiao hospitalar , 2qtos,varanda, ste, 2 vgs, elev. lazer completo, J26 RB1700
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

L

Lourdes

LOURDES
Apartamento 180m2 próx. praç. Marília de Dirceu, 4qtos, varandão, 3vgas, lazer completo, jardins j26 RB 1654
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

LOURDES
Apartamento 130m2 Alvarenga Peixoto 3 qts c/armarios ,suite, 2vagas, lazer completo, sala ampla portaria 24hrs j26 RB 1654
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

[COMERCIAIS]

Belo Horizonte

CENTRO
Loja 130m2 na Rua dos Guajajaras, próximo faculdade de direito, de frente para rua J26 - RB1710
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

GRANDE BELO HORIZONTE

[LOTES E ÁREAS]

Grande Belo Horizonte

LAGOA SANTA 31-99683-5888
Troco ótimo lote em Lagoa Santa na grande BH/MG por apartamento na praia, volto diferença de valores, tratar proprietário.

1 LUGAR CERTO ALUGUEL

[RESIDENCIAIS BELO HORIZONTE]

F

Funcionários

FUNCIONÁRIOS
Apto 90 m2, 2 qtos c/ armários, suíte, varanda, 2vgs, lazer completo. CaparaóJ26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

FUNCIONÁRIOS
Casa comercial 250m2 na R. Pernambuco, 3 salas, 5 quartos, 5 bhs, 4 vgs, exc. localização J26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

[RESIDENCIAIS GRANDE BH]

NOVA LIMA

Vila Del Rey

NOVA LIMA
Casa em condomínio, 900m2, ampla área verde, 4 suítes, varanda com vista, lazer completo. j26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

[COMERCIAIS]

Belo Horizonte

STO AGOSTINHO
Sala com. 35m2 bho 1vg port/segurança 24h.,px Colégio Loyola 700 reais j26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

3 ADMITE-SE

[PROFISSIONAL]

Nível Médio

AUX. ADM
E de Cont., Belv., n fume, exp e ref. comprov. CV p/: **rh@hacaadv.com.br.**

Nível Superior

ADV.(A) ASSOC.
Associados. Não fumante. CV para: **rh@hacaadv.com.br**

CRUZEIRO

Apesar do pouco tempo de trabalho, técnico Pepa tem conseguido passar sua visão de jogo para os atletas. Time será testado amanhã, fora de casa, em amistoso contra o Bragantino

Reformulação assimilada pelo grupo

O Cruzeiro passa por um período de reformulações e tem pouco tempo até a estreia do time no Campeonato Brasileiro, contra o Corinthians, dia 16, no Itaquerão. A principal mudança foi a chegada do técnico Pepa, que iniciou a nova ciclo na equipe na quinta-feira passada, no lugar de Paulo Pezzolano. Segundo o zagueiro Luciano Castán, ex-Guarani, o treinador português tem conseguido passar sua visão de jogo para o elenco celeste.

"É um início de trabalho, mas o professor Pepa tem conseguido passar a visão dele de jogo e o que quer da gente. Creio que os jogadores têm assimilado bem, pois temos feito bons treinos. Agora é cada vez mais trabalhar com essa visão de jogo do Pepa, para que a gente suba de nível e consiga fazer uma Série A bem forte", afirmou.

Com o calendário vazio até o início do Brasileirão, o Cruzeiro se prepara para enfrentar o Bragantino, amanhã, em amistoso em Bragança Paulista, no interior de São Paulo. A partida será disputada às 19h, no Estádio Nabi Abi Chedid (Nabizão).

Este jogo irá marcar a estreia de Pepa no comando técnico da Raposa. O português terá como adversário no confronto seu compatriota Pedro Caixinha, treinador contratado pela equipe paulista em dezembro de 2022.

Castán falou sobre a pressão de jogar em uma equipe em processo de reconstrução, após a saída de Paulo Pezzolano, que não conseguiu repetir neste início de temporada o bom desempenho na conquista do Campeonato Brasileiro da Série B de 2022.

Após passar três temporadas na segunda divisão do futebol brasileiro, o Cruzeiro reestreia na Primeira Divisão contra o Corinthians, dia 16 de abril, no Itaquerão.

"Creio que a pressão dos torcedores sempre vai existir no futebol. E, nesse momento, eu chego para ajudar os companheiros. E o mais importante é que todo mundo vai fazer o Cruzeiro forte. Não é um jogador ou outro, são todos. Esse é o nosso pensamento dia a dia. Vamos dar o nosso máximo dentro de campo para dar alegrias ao torcedor, para que ele volte a comemorar coisas grandes", prometeu Luciano Castán.

BILU LIBERADO O atacante Rafael Bilu foi liberado e voltou a treinar com o restante do elenco do Cruzeiro, ontem, na Toca da Raposa II. Com isso, ele pode figurar na lista de relacionados para o amistoso com o Bragantino. Bilu estava entregue à preparação física, após se recuperar de uma lesão muscular na coxa esquerda. Ele participou de cinco jogos pelo Cruzeiro nesta temporada.

Mesmo ganhando minutos, ele não conseguiu convencer a comissão técnica e a torcida celeste da sua qualidade até o momento. Bilu entrou em campo pela última vez na goleada sobre o Villa Nova, por 4 a 0, no dia 18 de fevereiro, pelo Estadual.

VOLTA AO MINEIRÃO As principais torcidas organizadas do Cruzeiro anunciaram ontem que realizarão um protesto em prol do retorno do time ao Mineirão. A manifestação será na sexta-feira, às 16h, na Praça Sete, região central de Belo Horizonte.

"Atenção, Nação Azul. A Praça 7 será palco de uma enorme manifestação em prol do Cruzeiro e da sociedade de MG. O Mineirão é o maior palco esportivo de MG, e nós somos a maior torcida e o maior clube do estado, nós somos os maiores vencedores", disse a Máfia Azul em seu perfil oficial no Instagram.

"Exigimos Transparência e o uso adequado e prioritário de uma praça esportiva. O Mineirão é nosso!!!", complementou na publicação. Além da Máfia Azul, participam do movimento as seguintes torcidas organizadas: Pavilhão Independente, Cachazeiros, Fanáticruz, China Azul, Torcida Jovem, Geral Celeste, Comando Rasta e Mancha Azul.

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO

O experiente zagueiro Luciano acredita que o time tem feito bons treinos sob o comando do treinador português

CHAPECOENSE

Processo de acidente à vista

Audiência marcada para 20 de abril, no Tribunal de Miami, nos EUA, pode dar início formal ao processo em que sobreviventes e familiares das vítimas do acidente da Chapecoense pedem indenização da corretora de seguros e resseguradora do voo da empresa boliviana LaMia. O valor estipulado para a causa é de US$ 844 milhões (R$ 4,4 bilhões pela cotação atual), mas o montante seria acrescido de juros.

A questão estava suspensa desde o ano passado, porque a Tokio Marine Kiln havia conseguido paralisá-la graças a uma decisão concedida pela Justiça em Londres. A companhia era a resseguradora do avião que caiu nos arredores de Medellín, na Colômbia, em 28 de novembro de 2016, matando 71 pessoas.

A aeronave transportava a equipe da Chapecoense, dirigentes, torcedores e jornalistas para a primeira partida da final da Copa Sul-Americana daquele ano, contra o Atlético Nacional-COL.

"Conseguimos uma vitória muito importante no litígio de Londres ao convencer o tribunal inglês a suspender a liminar que pretendia nos impedir de processar a Tokio Marine em Miami", diz o escritório de advocacia norte-americano Podhurst Orseck, em carta enviada aos advogados brasileiros das vítimas, em 23 de março deste ano. Segundo eles, a Tokio Marine decidiu não recorrer.

As famílias das vítimas da tragédia reivindicam que a resseguradora pague a indenização pelo acidente, uma vez que a empresa é detentora da apólice de seguro do voo da LaMia. O entendimento é que o processo pode ser aberto nos EUA porque há troca de emails entre os acusados tratando da compra de equipamentos e combustível em Miami. Além disso, todas as empresas envolvidas têm representações comerciais no país.

COPA LIBERTADORES

Teoricamente, o principal adversário do Atlético no Grupo G é o Athletico-PR, com quem disputou a final da Copa do Brasil de 2021. Estreia é diante da torcida, contra o Libertad

Galo escapa dos gigantes

O Atlético conheceu ontem, em sorteio realizado pela Conmebol no Paraguai, seus adversários na fase de grupos da Copa Libertadores de 2023. São eles: Athletico Paranaense, Libertad (Paraguai) e Alianza Lima (Peru). Este é o Grupo G do principal torneio do continente.

O clube também já conhece a sequência dos mandos de campo de seus jogos no torneio continental. O Galo jogará a 1ª rodada contra o Libertad (em casa), a 2ª rodada, contra o Athletico-PR (fora de casa), a 3ª rodada, contra o Alianza Lima (em casa), a 4ª rodada, contra o Athletico-PR (em casa), a 5ª rodada, contra o Alianza Lima (fora de casa) e 6ª rodada, contra o Libertad (fora de casa).

Para chegar à fase de grupos da Copa Libertadores, primeiramente, o Atlético encerrou a Série A do Campeonato Brasileiro de 2022 na 7ª colocação. Depois, já em 2023, teve de eliminar o Carabobo (Venezuela) e Millonarios (Colômbia) nas etapas preliminares.

O Galo busca o bi da Copa Libertadores. O único título alvinegro na competição mais importante do continente foi conquistado em 2013, sob a batuta do astro e ex-meia-atacante Ronaldinho Gaúcho, diante do Olimpia, no Mineirão.

A estreia em 2023 acontecerá na semana do dia 5 de abril. A partida ocorrerá entre as finais do Campeonato Mineiro, diante do América (1° e 8 de abril).

O Atlético espera estar, ao fim da temporada, no Maracanã. O tradicional palco do futebol mundial será a sede de mais uma final da Copa Libertadores, prevista para 11 de novembro.

NORBERTO DUARTE / AFP

Sorteio da fase de grupos da competição continental foi realizado na sede da Conmebol, em Luque, no Paraguai

ADEMIR LIBERADO O atacante Ademir foi liberado pelo Atlético ontem para viajar a Salvador e fazer exames médicos, bem como assinar contrato com o Bahia. A diretoria ainda não divulgou os detalhes da negociação do jogador, de 28 anos, que inclusive não participou do treino de ontem.

Ademir foi contratado pelo Atlético em janeiro de 2022, sem custos após fim de contrato com o rival América, onde era ídolo. O ponta havia sido o grande destaque da campanha do Coelho na Série A do Campeonato Brasileiro de 2021, que culminou na primeira classificação do Alviverde à Copa Libertadores na história.

Em 67 jogos pelo Galo, Ademir viveu uma trajetória de altos e baixos. Marcou gols importantes (em clássicos e na Libertadores), mas sofreu com as críticas pelo desempenho nas finalizações e teve até mesmo um episódio de ameaça de torcedores em suas redes sociais.

Com a camisa preta e branca foram oito gols, uma assistência e dois títulos: o Campeonato Mineiro e a Supercopa do Brasil, ambos em 2022. Sem muitas oportunidades com o técnico Eduardo Coudet, o velocista será negociado.

FUCHS AVANÇA O zagueiro Bruno Fuchs deu um novo passo na recuperação de sua lesão. O defensor, que completa 24 anos em 1º de abril, fez corridas em um dos campos da Cidade do Galo na manhã durante treino do Atlético, ontem, em Vespasiano. Conforme a assessoria de imprensa do clube mineiro, a corrida do zagueiro ainda não significa liberação para a etapa de transição física, que antecede o retorno definitivo aos treinos.

Após três dias de folga, o elenco do Atlético retomou os trabalhos para a final do Campeonato Mineiro na Cidade do Galo. Os jogos decisivos contra o América acontecerão nos dias 1° e 8 de abril.

LIBERTADORES 2023

FASE DE GRUPOS

GRUPO A
- » Flamengo (Brasil)
- » Racing (Argentina)
- » Aucas (Equador)
- » Ñublense (Chile)

GRUPO B
- » Nacional (Uruguai)
- » Internacional (Brasil)
- » Metropolitanos (Venezuela)
- » Independiente Medellín (Colômbia)

GRUPO C
- » Palmeiras (Brasil)
- » Barcelona (Equador)
- » Bolívar (Bolívia)
- » Cerro Porteño (Paraguai)

GRUPO D
- » River Plate (Argentina)
- » Fluminense (Brasil)
- » The Strongest (Bolívia)
- » Sporting Cristal (Peru)

GRUPO E
- » Independiente del Valle (Equador)
- » Corinthians (Brasil)
- » Argentinos Juniors (Argentina)
- » Liverpool (Uruguai)

GRUPO F
- » Boca Juniors (Argentina)
- » Colo - Colo (Chile)
- » Monagas (Venezuela)
- » Deportivo Pereira (Colômbia)

GRUPO G
- » Athletico - PR (Brasil)
- » Libertad (Paraguai)
- » Alianza Lima (Peru)
- » Atlético (Brasil)

GRUPO H
- » Olimpia (Paraguai)
- » Atlético Nacional (Colômbia)
- » Melgar (Peru)
- » Patronato (Argentina)

Datas da Fase de Grupos

1ª rodada: semana de 5 de abril
2ª rodada: semana de 19 de abril
3ª rodada: semana de 3 de maio
4ª rodada: semana de 24 de maio
5ª rodada: semana de 7 de junho
6ª rodada: semana de 28 de junho

COPA SUL-AMERICANA

Grupo forte pela frente

O América caiu no grupo F da Sul-Americana no sorteio de ontem, na sede da Conmebol, e terá pela frente adversários de qualidade e tradição no futebol continental. O time vai enfrentar o Peñarol (Uruguai), Defensa y Justicia (Argentina) e Millonarios (Colômbia), nos meses de abril, maio e junho de 2023. A primeira partida da fase de grupos da Sul-Americana ocorrerá na semana de 5 de abril, entre as finais do Campeonato Mineiro. O segundo compromisso será em 18, 19 ou 20 de abril, enquanto o terceiro jogo ocorrerá entre os dias 2 e 4 de maio.

Já o início do returno será realizado em 23, 24 ou 25 de maio. A quinta partida ocorrerá duas semanas depois, entre 6 e 8 de junho. Para finalizar a fase de grupos, o Coelho entrará em campo na semana de 28 de junho.

Esta será a primeira vez do América na Sul-Americana, pois o clube só estreou em competições continentais na última temporada. Em 2022, disputou a segunda e a terceira fase da Libertadores e eliminou Guaraní-PAR e Barcelona de Guayaquil-EQU, respectivamente.

Classificado para a fase de grupos, o Coelho enfrentou o rival Atlético, o Tolima, da Colômbia, e o Independiente del Valle, do Equador, e somou apenas dois pontos em seis partidas, sendo eliminado do torneio.

DOIS RETORNAM Reforços à vista. O técnico Vagner Mancini teve a volta de dois jogadores aos treinamentos visando o confronto contra o Atlético, pela final do Campeonato Mineiro: o zagueiro Éder e o atacante Wellington Paulista. Devido a lesões, os atletas estiveram fora das últimas partidas e retornarão para o primeiro jogo da final, que ocorrerá no próximo sábado, às 16h30, no Independência.

Além dos atletas que estavam lesionados e retornaram aos treinamentos, o treinador contou com mais uma novidade no CT Lanna Drumond. O lateral-direito Arthur, que jogou pela Seleção Brasileira contra o Marrocos, no último sábado, retornou e está à disposição.

NORBERTO DUARTE / AFP

No sorteio na sede da Conmebol, o América caiu no grupo que tem Peñarol, Defensa y Justicia e Millonarios

SEM SEQUÊNCIA Companheiro de setor de Arthur, Éder não conseguiu emplacar uma boa sequência de jogos nesta temporada. O zagueiro foi titular nas duas primeiras partidas de 2023, mas teve uma lesão muscular na coxa direita no início de fevereiro e ficou fora até o fim do mês.

Já Wellington Paulista esteve à disposição em todas as partidas da temporada americana até o primeiro jogo da semifinal contra o Cruzeiro. Na semana seguinte, o centroavante de 39 anos teve um problema muscular e desfalcou o Coelho nos duelos diante de Santa Cruz e Raposa, no jogo de volta.

O camisa 9 participou de oito das 12 partidas do América na temporada, sendo somente duas delas como titular. Mesmo como reserva de Aloísio, Wellington Paulista é o artilheiro do América na temporada com cinco gols, um a mais que o Boi Bandido.

NORBERTO DUARTE / AFP

Time argentino campeão da Copa do Mundo do Catar foi ovacionado antes dos sorteios da Libertadores e Sul-Americana

CAMPEÃ DO MUNDO

Argentina é homenageada pela Conmebol

Os integrantes da Seleção Argentina campeã da Copa do Mundo de 2022 foram homenageados ontem antes do sorteio dos grupos das Copas Libertadores e Sul-Americana de 2023. Centenas de torcedores argentinos e paraguaios se reuniram nas imediações do aeroporto internacional de Assunção para receber a delegação da alviceleste em meio a um forte dispositivo de segurança.

"Quero ser como o Messi", gritou o menino paraguaio José María Lahaye, de 8 anos, que vestia a camisa 10 do craque.Dezenas de famílias argentinas cruzaram a fronteira com o Paraguai, a 50 km da sede da Conmebol, para chegarem perto de seus ídolos.

"Nunca mais vamos ter a oportunidade de vê-los", disse Facundo Moreno, de 50 anos, que chegou de Clorinda, a localidade argentina mais próxima de Assunção, junto com sua esposa e suas duas filhas.

O técnico Lionel Scaloni, jogadores, comissão técnica e dirigentes da Associação do Futebol Argentino (AFA) receberam medalhas e troféus para comemorar no evento, chamado "Noite das Estrelas, a Copa volta para casa".

Os organizadores destacaram que a homenagem acontece 20 anos depois do título mundial do Brasil em 2002, na Coreia do Sul e no Japão, o último de uma seleção sul-americana. Hoje, a Argentina vai enfrentar a modesta seleção de Curaçao em um amistoso na cidade de Santiago del Estero.

Na última quinta, com a presença de quase todo o elenco que levantou a taça no Catar – exceto Alejandro 'Papu' Gómez, ausente por lesão – o time argentino venceu o Panamá por 2 a 0 no estádio Monumental de Buenos Aires.

Na homenagem desta segunda-feira, Scaloni recebeu das mãos do presidente da Conmebol, o paraguaio Alejandro Domínguez, as réplicas das três taças que conquistou com a seleção: a Copa do Mundo, a Copa América e a Finalíssima contra o campeão da Europa. "Sem eles (os jogadores), não seria possível. O futebol é deles", disse o treinador.

E★M

FERNANDO NEUMAYER/DIVULGAÇÃO

ESTAÇÃO DA PRAIA

Com 10 anos de carreira, César Lacerda (**foto**) lança o EP "Verão" para celebrar a possibilidade de novos começos

PÁGINA 6

Lançamento hoje em BH de "O corpo desvelado – Contos eróticos brasileiros (1922-2022)" marca a estreia do projeto República Jenipapo, que promoverá debates em torno de livros

FERNANDO SILVEIRA/DIVULGAÇÃO

Óleo sobre tela "A caipirinha" (1923), de Tarsila do Amaral; produção literária dos modernistas, a partir de 1922 integra a coletânea organizada pela escritora Eliane Robert Moraes

DA CABEÇA AOS PÉS

DANIEL BARBOSA

O lançamento em Belo Horizonte do livro "O corpo desvelado - Contos eróticos brasileiros (1922-2022)", organizado pela escritora, pesquisadora e professora da Universidade de São Paulo (USP) Eliane Robert Moraes, marca a estreia do projeto República Jenipapo, nesta terça-feira (28/3). Trata-se de uma parceria da Livraria Jenipapo com o Projeto República, da UFMG, coordenado pela professora Heloísa Starling.

O evento, marcado para as 19h, na praça em frente à Livraria Jenipapo, na esquina da Rua Fernandes Tourinho com Avenida Getúlio Vargas, é o primeiro de uma série de encontros mensais com escritoras, escritores e intelectuais de diversas áreas. O propósito é discutir assuntos ligados à história do Brasil, da proclamação da República até os dias atuais, sempre tendo como esteio lançamentos literários.

No que ocorre hoje, estarão presentes a organizadora do livro, o editor do "Suplemento Pernambuco" – jornal literário da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), que chancela "O corpo desvelado" –, Schneider Carpeggiani, e a historiadora Heloísa Starling. Para o editor, a obra lança luzes sobre zonas cinzentas da história da República brasileira, ao observar como autores trataram a questão do corpo e da sexualidade ao longo do tempo.

"O corpo desvelado" dá sequência a uma outra coletânea, "O corpo descoberto – Contos eróticos brasileiros (1852-1922)", também organizada por Eliane, lançada em 2018. Ela explica que os dois volumes derivam de uma antologia da poesia erótica brasileira, que capitaneou em 2015. Foram trabalhos que se impuseram, segundo a pesquisadora, pela necessidade de se preencher uma lacuna.

ORGANIZAÇÃO Eliane conta que trabalhou durante anos com literatura francesa e europeia, de um modo geral, estudando Marquês de Sade e Georges Bataille, entre outros. Quando resolveu pesquisar a literatura brasileira, a partir da obra pornográfica de Hilda Hilst, se deu conta de que não havia fontes de pesquisa organizadas.

"Eu me vi na incumbência de organizar a antologia poética. Nunca tive o projeto de ser uma pesquisadora, sempre me coloquei como uma intérprete de literatura, mas, para ler, pensar e interpretar a erótica brasileira, tive eu mesma que fazer o trabalho de pesquisa, porque ninguém havia feito ainda", diz.

Ela explica que acabou conduzido a realização da antologia poética e dos dois volumes de contos movida pelo desejo de refletir sobre a literatura erótica brasileira. Isso demandou uma organização prévia, conforme aponta. "Em um texto de 1926, Mário de Andrade diz que os franceses, indianos e alemães têm uma pornografia organizada e que a nossa não, é desorganizada. Achei que me cabia cuidar um pouco dessa organização", afirma.

RECORTE TEMPORAL O recorte temporal que os dois volumes de contos estabelecem – de 1852 a 1922 e de 1922 a 2022 – foi pensado como forma de abarcar o maior número possível de textos, segundo Eliane. "É praticamente zero o que se tem de literatura brasileira na primeira metade do século 19; era algo muito acomodado aos modelos lusitanos, portanto algo indistinto", observa, referindo-se ao marco inicial de sua pesquisa.

"A partir de meados do século 19 é que a literatura brasileira começa a ter uma foto na carteira de identidade e, no caso da erótica, isso é ainda mais evidente. O olhar para a escrita erótica aparece no romantismo, com 'Noite na taverna', de Álvares de Azevedo, uma obra fundante, em que realmente essa marca reconhecível do erótico aparece. E ele morreu precisamente em 1852", assinala.

A organizadora conta que, tomando como ponto de partida aquele ano, encontrou muito material, tanto que não caberia em um livro só, daí a opção por lançar dois volumes, entendendo que 1922 representa uma demarcação muito nítida para esse tipo de produção. "Antes, a erótica era muito alusiva, na prosa, sobretudo", diz.

A partir de 1922 é que começa a haver uma maior abertura, muito por influência da vanguarda europeia, segundo a organizadora. "Claro que o modernismo não nasce em 1922, isso são demarcações que ajudam a gente a dar aula. No chamado pré-modernismo, a questão erótica já era abordada mais de frente, ganhava em riqueza", pontua.

Ainda assim, com alguns parâmetros estabelecidos, a seleção dos textos foi muito difícil, segundo Eliane. Ela diz que, mesmo com a peneira da qualidade literária – principal critério levado em consideração –, restava muito material. "Mário de Andrade tinha toda razão, a erótica brasileira estava muito desorganizada", observa.

Ela conta que visitou bibliotecas, sebos, coleções privadas e foi, inclusive, atrás de obras não publicadas. "O corpo desvelado - Contos eróticos brasileiros (1922-2022)" reúne textos de Aníbal Machado, Caio Fernando Abreu, Ferreira Gullar, Hilda Hilst, João Silvério Trevisan, Lygia Fagundes Telles, Milton Hatoum, Nelson Rodrigues, Raduan Nassar, entre muitos outros.

CRITÉRIO DA DIVERSIDADE Segundo Eliane, para refinar a seleção, ela adotou como segundo critério a diversidade, geográfica inclusive, trazendo para a antologia autores do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil. O arco temporal que o volume abarca também foi observado, de forma que "O corpo desvelado" inclui desde autores modernistas de primeira hora até contemporâneos.

"A tônica não foi essa, mas existiu também uma atenção ao que as mulheres escreveram. Para elas, sempre foi mais difícil publicar. Neste livro, conforme você vai avançando no tempo, vai percebendo a figura feminina protagonizando mais, na literatura, de modo geral, e na literatura erótica, especificamente. Pensei em questões do momento, de raça, de gênero, de representatividade, geográficas e temporais", ressalta.

Ela sublinha que não faz distinção entre erotismo e pornografia. "Para o senso comum, o erótico seria o velado e o pornográfico o desvelado, o escancarado, mas isso é um critério moral que não cabe na esfera da literatura. Os maiores escritores eróticos eram extremamente obscenos, como Sade ou Bataille. Ao mesmo tempo, há livros eróticos muito castos em termos de vocabulário, como o 'Lolita', de Nabokov", aponta.

OLHO CLÍNICO O que caracteriza um texto – seja conto, romance ou poesia – como erótico é o escrutínio de um olhar treinado. "Há uma variedade de contos que você pode ler e não considerar eróticos, aí entre o olho clínico da organizadora. 'O corpo desvelado' traz um conto do Lúcio Cardoso, por exemplo, que você pode ler em duas chaves; se te cai a ficha de que é um conto erótico, isso salta aos olhos", comenta.

Proprietário da Livraria Jenipapo, , ao lado de Tatiane Fontes, Fred Pinho explica que o projeto República Jenipapo nasceu a partir de conversas com Heloísa Starling. No ano passado, ela promoveu na livraria o lançamento de "Independência do Brasil – As mulheres que estavam lá". Foi esse evento que originou a ideia de mais debates balizados pela literatura.

"A gente vislumbrou a possibilidade de aproveitar a praça em frente à livraria para promover ali debates públicos voltados para questões da república, para a valorização da democracia, em interface com a literatura, abordando vários assuntos, do meio-ambiente ao erotismo, por exemplo. Essa conversa começou no ano passado, e a parceria se deu nesse sentido. Trata-se da criação de uma espécie de ágora", diz ele.

CURSO DA HISTÓRIA O texto de apresentação do projeto República Jenipapo chama a atenção para o fato de que a história não segue um curso linear, está sujeita a avanços e recuos, e que é necessário levar em consideração uma velha máxima, tão cara aos historiadores, de que nenhuma conquista está assegurada para sempre.

Pinho adianta que o convidado do próximo mês será Franklin Martins, com o lançamento do livro "A música conta a história do Império e do começo da República", da editora Kotter. Em maio, será a vez de Francisco Bosco vir a Belo Horizonte para mais uma edição do República Jenipapo.

REPÚBLICA Sobre a escolha de "O corpo desvelado" para abrir o projeto, ele destaca que se deveu a um conjunto de fatores. "Primeiro tem a questão da agenda, porque é uma obra recém-lançada, que oferece um recorte interessante para se pensar a república. O editor, Schneider Carpeggiani, topou participar. Outra coisa é que o livro é muito bom, foi uma organização muito interessante", ressalta.

Mas, afinal, que leitura da república é possível a partir de uma reunião de contos eróticos? "Acho que a mais produtiva – e também a mais solar – é a gente pensar que tanto o República Jenipapo quanto o projeto do livro exaltam a ideia de liberdade. Trata-se, no meu caso, de poder abrir essa pena e tirar o erotismo do estereótipo, da coisa suja, para trazer a erótica como pensamento, como reflexão e como elaboração", aponta Eliane.

Ela diz que ficou muito contente com o convite, pela oportunidade de colocar em pauta a questão da liberdade – um assunto que, conforme aponta, se tornou muito visado. "Ainda estamos às voltas com moralismos do tipo 'menina tem que vestir rosa e menino, azul', esses absurdos que a gente viveu ao longo dos últimos quatro anos. Que possamos, agora, estar mais abertos para esse tipo de reflexão."

REPRODUÇÃO

"O CORPO DESVELADO – CONTOS ERÓTICOS BRASILEIROS (1922-2022)"

● Lançamento do livro e estreia do projeto República Jenipapo, com debate entre a organizadora, Eliane Robert Moraes, o editor, Schneider Carpeggiani e a coordenadora do projeto, Heloísa Starling, nesta terça-feira (28/3), às 19h, na praça da Livraria Jenipapo (Rua Fernandes Tourinho, 241, Savassi).

> Para o senso comum, o erótico seria o velado e o pornográfico o desvelado, o escancarado, mas isso é um critério moral que não cabe na esfera da literatura. Os maiores escritores eróticos eram extremamente obscenos, como Sade ou Bataille. Ao mesmo tempo, há livros eróticos muito castos em termos de vocabulário, como o 'Lolita', de Nabokov"

■ **Eliane Robert Moraes,** organizadora da coletânea

ANNA MARINA

>>anna.marina@uai.com.br

'Fitoterapia é debatida por médicos, nutricionistas, farmacêuticos e outros profissionais da saúde'

Remédios da flora

O uso de medicamentos derivados de plantas naturais sempre foi bastante discutido. Há quem diga que eles nunca trouxeram benefícios e quem os aponte como os primeiros remédios essenciais para a humanidade. Fato é que a fitoterapia, técnica que estuda as funções terapêuticas de plantas e vegetais para prevenção e tratamento de doenças, vem sendo amplamente debatida por médicos, nutricionistas, farmacêuticos, fisioterapeutas e outros profissionais da saúde com o objetivo de melhorar o organismo e ajudar no combate de doenças.

De acordo com José Ribas, da Clínica Reviv, o medicamento fitoterápico é obtido por intermédio de uma planta medicinal ou, até mesmo, de parte dela ou de seus derivados. Além disso, possui uma parte da substância que pode ser isolada com finalidade profilática, paliativa ou curativa. Esses produtos naturais auxiliam nos benefícios clínicos e na abordagem terapêutica do paciente.

Ribas afirma que a técnica é altamente segura, pois favorece abordagem terapêutica não medicamentosa, ou seja, sem grandes riscos que estratégias dos medicamentos tradicionais podem acarretar.

"A estratégia é usar o fitoterápico como equilíbrio tanto na base anti-inflamatória quanto na defesa do sistema imunológico, no reparo de tecidos e no equilíbrio hormonal, cujo intuito é favorecer a busca pela melhora clínica que o paciente precisa", pontua o médico.

José Ribas explica que tais efeitos também podem ser potencializados via consumo de chás, pois a ingestão diária de duas ou três porções tem função clínica. A função antioxidante ocorre por meio de suas características bioquímicas, com o objetivo de auxiliar a qualidade de vida e a correção anti-inflamatória.

A energia e o melhor funcionamento da função mitocondrial são outros dois pontos em que os chás atuam.

Já os fitoquímicos encontrados diretamente nas plantas atuam como forma de defesa e prevenção de algumas doenças, estratégia usada de forma coadjuvante na abordagem terapêutica, desempenhando, no organismo, funções específicas no que diz respeito tanto à função antioxidante quanto anti-inflamatória, antifúngica e antibactericida, além de estimularem o sistema imunológico.

A utilização de fitoterápicos é feita estrategicamente para auxiliar alguns tratamentos, sendo permitida no país via regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O intuito é oferecer benefícios clínicos aos pacientes, sem toxicidade. Mesmo se utilizados em altas doses em nosso organismo, eles atuam nos receptores hormonais ou nos marcadores inflamatórios, sinalizando melhoras na biogênese mitocondrial e otimizando os processos de inflamação e oxidação gerados pelo estilo de vida inadequado.

O médico explica que há diversas vantagens em relação ao uso de fitoterápicos. No entanto, o que valida esses benefícios é a escolha correta do que será usado. Entre os resultados mais comuns estão a redução de células carcinogênicas, o controle dos radicais livres, o estímulo ao sistema imunológico e a redução da inflamação gerada pelo estilo de vida. Além disso, há o potencial de regular hormônios, atuar no equilíbrio da função estrogênica e, até mesmo, nos marcadores como a insulina.

Outras funções, de acordo com José Ribas, passam pela redução dos danos relacionados ao DNA, e ajudam no mecanismo de reparo do próprio corpo, o que proporciona, além de benefícios clínicos, um envelhecimento saudável.

O fitoterápico é uma forma de auxílio para quem tem ansiedade ou depressão. A lavanda, por exemplo, é rica em linalol e linalila, substâncias químicas que auxiliam na redução desses quadros, além de melhorar a qualidade do sono, e nos reparos teciduais das nossas células.

O mulungu e a passiflora também auxiliam nos quadros de ansiedade e depressão. "A junção de um conjunto de fitoterápicos, como estratégia suplementar ou como utilização em chás e fórmulas fitoterápicas elaboradas em farmácias de manipulação, pode contribuir para o reparo de determinadas patologias", garante o médico José Ribas.

JUAREZ RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Lavanda ajuda a tratar ansiedade e depressão

HORÓSCOPO

CLAUDIA HOLLANDER

ÁRIES (20 mar. a 20 abr.)
Os contatos benéficos de Urano e Netuno com a Lua fazem com que sua força psíquica esteja em alta e lhe permite atrair, através de suas mentalizações, a realização de tudo de bom que deseja para si e para toda a humanidade.
DICA: Marte e Mercúrio fazem com que curtir os outros seja bastante divertido e instigante.

TOURO (21 abr. a 20 mai.)
Os ótimos contatos dos planetas Urano e Netuno com a Lua dinamizam suas relações de amizade e anunciam dias socialmente movimentados. Você anda em uma fase ótima para conhecer gente nova e estimulante. DICA: o momento é propício para você repensar seus ideais e verificar se convém redirecionar suas forças.

GÊMEOS (21 mai. a 20 jun.)
Os astros anunciam um excelente período para você se concentrar na organização de suas coisas, mesmo porque acentuam sua capacidade de concentração e lhe dão condições de se dedicar ao que realmente importa. DICA: você anda muito mais tenaz e paciente, por isso pode chegar exatamente onde deseja.

CÂNCER (21 jun. a 21 jul.)
A Lua energiza você, pois capta para seu signo as boas vibrações de Urano e Netuno, que reforçam seu lado mais sociável e interessado nos outros. Receber a família e os amigos em casa poderá ser ótima pedida. DICA: a Lua torna esta fase muito favorável para você cuidar dos pequenos detalhes do cotidiano.

LEÃO (22 jul. a 22 ago.)
Nestes dias a Lua está em seu setor espiritual e torna estes dias ideais para você se isolar, meditar e concentrar a mente em tudo de bom que deseja ver realizado, para si e para os outros. Isso porque sua fé anda mais viva e poderosa.
DICA: os momentos a dois prometem ser especialmente intensos e gratificantes.

VIRGEM (23 ago. a 22 set.)
Curtir as pessoas amigas é ótima pedida nestes dias, em que você sentirá maior prazer em estar em grupo. O planeta Plutão favorece as horas de introspecção, portanto use o caminho do meio. Reflita sobre a possibilidade que ampliar seus horizontes de modo lento e estruturado. DICA: faça novos amigos.

LIBRA (23 set. a 22 out.)
A Lua coloca você ainda mais em evidência e possibilita que se destaque em seu círculo social. Mas também é essencial que reserve um tempinho só para si. A prática da autoanálise tende a ser bastante enriquecedora. DICA: viagens rápidas, passeios ou mesmo simples caminhadas lhe farão muitíssimo bem neste período.

ESCORPIÃO (23 out. a 21 nov.)
Os aspectos benéficos da Lua com Urano e Netuno fazem com que você se mostre uma pessoa muito mais otimista e confiante, capaz de ver as coisas pelo seu melhor ângulo. Sua religiosidade natural está em alta e você pode se sentir em maior sintonia com a divindade. DICA: há um clima de maior compreensão em casa.

SAGITÁRIO (22 nov. a 21 dez.)
Os planetas Urano e Netuno se harmonizam com a Lua, por isso elevam seu astral e lhe colocam em estreita sintonia com tudo o que é transcendente e espiritual.
Esses astros lhe permitem entender ainda melhor suas necessidades íntimas e agir de modo coerente com elas. DICA: a prática da autoanálise será esclarecedora.

CAPRICÓRNIO (22 dez. a 20 jan.)
As relações pessoais tendem a se mostrar bastante estimulantes nestes dias e você pode inclusive aprender muito com as outras pessoas. Para que tudo vá realmente bem, não queira impor seus pontos de vista. DICA: Netuno acentua seu poder de religação com o todo e torna você mais consciente da onipresença da divindade.

AQUÁRIO (21 jan. a 19 fev.)
A passagem da Lua pelo seu setor do trabalho anuncia dias bastante frutíferos, durante os quais você pode executar tudo com maior facilidade. Junto com Urano e Netuno, a Lua enche você de disposição e possibilita que faça tudo com especial eficiência. DICA: não espere demais dos outros e ligue-se em seu potencial.

PEIXES (20 fev. a 20 mar.)
A Lua vibra harmoniosamente em sua casa da vitalidade e da alegria e anuncia um período muito agradável e divertido para você, que pode se concentrar em tudo o que lhe dá prazer. Os amores e encontros estão muito favorecidos. DICA: a Lua, Netuno e Urano lhe estimulam a repensar objetivamente suas ambições.

SUDOKU

				7				2
2	9						4	1
8		7						
				9	6	5		
6		5	8					
4						6		
					4		1	
		3	7	5				8
				3			5	

Para jogar basta completar cada linha, coluna e quadrado 3 x 3 com números de 1 a 9. Não há nenhum tipo de matemática envolvida.

SOLUÇÃO ANTERIOR

7	8	1	2	5	9	6	4	3
4	9	3	6	8	1	7	5	2
5	6	2	3	7	4	1	9	8
8	2	6	4	1	5	9	3	7
9	1	7	8	2	3	5	6	4
3	4	5	9	6	7	8	2	1
1	3	9	7	4	6	2	8	5
6	7	8	5	3	2	4	1	9
2	5	4	1	9	8	3	7	6

QUADRINHOS

JUVENTUDE / Chantal

CRUZADAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Observação nova de fatos passados
Banana, aveia ou espinafre (Nutr.)
Número de cores primárias
"Programa", em PNBL (Inform.)
Obrigação do Tesouro Nacional (sigla)
Doença conhecida como sífilis (Patol.)
Dispositivos de acesso em shoppings
Filme alemão de ficção científica (1927)
A região de Acre e Roraima (abrev.)
Traje dos circuitos do Carnaval baiano
Forma de escape da água no gêiser
A música de Almir Sater
Abreviatura do Livro de Isaías
(?) Smith, economista britânico
Triste, em inglês
Silenciar (p. ext.)
Aqueles que não têm fé
Taxa de (?): é medida na pandemia
Estado de Nova Orleans, nos EUA
Satélite do planeta Júpiter (Astr.)
(?) Donald, criação de Disney
A 19ª letra grega
O regime de Franco e Salazar (Polít.)
Regula recursos hídricos (sigla)
Registro jurídico
Time de SP (fut.)
Caules de bambus
Que pertence a você (fem.)
Setor de doentes graves no hospital
Alvo de bomba atômica (Japão)
Sua Santidade (abrev.)
Patriot (?), legislação antiterror dos EUA
Primeira vila da América portuguesa
Informação no painel do aeroporto
Gemidos; lamentos (poét.)

BANCO 3/act — sad. 4/lues. 10/incrédulos — metrópolis. 15/ressignificação.

1

Solução

MÚSICA

É assim que a paulista Patricia Marx, ex-Trem da Alegria, define o álbum "Marxwado", em parceria com o cantor catarinense Wado. Canções antigas ganham releituras indie

LIBERDADE POR CAMPOS MELÓDICOS

AUGUSTO PIO

A cantora paulista Patricia Marx está de volta às plataformas digitais para lançar o álbum "Marxwado" (Lab 344), desta vez junto com o cantor e compositor catarinense, radicado em Maceió, Wado. O encontro dos dois se deu por intermédio da amizade em comum com o cantautor Sergio Martins (Sergiopi), fundador do LAB 344, selo pelo qual o álbum foi gravado. Depois de uma colaboração em uma regravação do hit de Caetano Veloso "Aquele frevo axé" (Caetano e Cezar Mendes), o trio sentiu uma vibe de trabalho, devido a longa experiência de todos, decidindo levar o projeto adiante. O disco traz sete faixas, sendo cinco parcerias de Wado.

Patrícia conta que a ideia do álbum surgiu quando fez a participação em "Aquele frevo axé". "Achei tão bonita a concepção, as nossas vozes juntas... Então, fiz uma playlist com músicas antigas, com clássicos como 'Me deixa em paz', de Monsueto, Maysa, enfim, muita coisa antiga que faz parte da minha vida musicalmente. Wado ouviu, extraiu o melhor e transcreveu. Transformou aquilo tudo em uma linguagem mais atual, num campo mais indie, MPB indie."

A surpresa, ao ouvir as releituras, foi enorme. "Achei tão incrível que fiquei meio chocada e levei uma semana para ouvir com calma, entender aquele conceito e aquela estética", lembra a cantora. "Como sou movida a novidades, pensei: 'vou experimentar, vou tentar construir esse lugar novo para mim como cantora", detalha. Daí, nasceu "Marxwado". O álbum foi feito à distância, pois Wado mora em Alagoas e Patricia em São Paulo. Foram

Entre as sete faixas do disco, a artista destaca "Minha voz, minha vida", de Caetano, mas que foi gravada também pela Gal Costa (1945-2022). "É uma canção que escutava quando me dei conta que cantava. Devia ter uns 5 ou 6 anos. Gal é a maior referência para mim, como voz. Me encontrei nesse canto dela. Tenho uma relação de afeto, como se ela fosse madrinha, mãe da minha voz. 'Minha voz, minha vida' tem essa representação bastante profunda para mim."

PSICANÁLISE Patricia também não para. Ela acabou de sair do programa "The masked singer" (Globo) e agora está divulgando esse trabalho com o Wado. "Estou pensando em cinco coisas ao mesmo tempo, não paro nunca. Sou elétrica na questão de ideias. Agora estou me preparando para fazer vestibular para entrar na faculdade pois quero fazer psicologia. Minha meta mesmo é psicanálise, mas ela exige uma graduação. Como não tive tempo antes, porque estava trabalhando, vou fazer agora. Sou mesmo uma escutadora profissional por causa da música, da minha personalidade mais introspectiva e agora estou na descoberta desse novo ser, psicóloga. Faço psicanálise há mais de 10 anos e passei a amar."

Patrícia começou na música aos 6 anos, atuando como caloura no programa do Chacrinha. "Tenho todos os vídeos e VHS, nunca passei para o digital. Mas, profissionalmente, comecei aos 9 anos, antes mesmo do Trem da Alegria, que era comigo, Luciano Nassyn, Juninho Bill e Vanessa Delduque", relembra a artista.

Sobre pegar estrada com o novo disco, Patricia não descarta a possibilidade de visitar as montanhas mineiras. "Adoro Minas e seria muito legal se apresentar aí. Eu e Wado estamos montando o show e espero poder apresentá-lo aos mineiros. Até acho que ele é a cara de Minas."

DISCO Com repertório escolhido pela própria Patricia e algumas inéditas de Wado, a obra de quase 20 minutos se mostra um coringa na carreira dos dois artistas. "Sair da minha zona de conforto me fez transitar com liberdade por campos melódicos, o que há muito tempo não acontecia".

Entre as músicas selecionadas pela dupla, além de "Minha voz, minha vida" (1982) e do samba "Me deixa em paz" (1951), o álbum traz parcerias de Wado com Adriano Siri ("Melhor"), Glauber Xavier ("Com a ponta dos dedos" e Fernando Coelho ("Bom parto"). Essa última, com letra inédita, fala dos locais próximos da tragédia que acometeu Maceió, onde mais de três bairros foram evacuados por conta da mineração predatória. Outra surpresa de "Marxwado" é o samba "Orvalho", canção inédita de Wado ,feita em parceria com Zeca Baleiro e Vitor Peixoto. A letra da inédita "Bom Parto" fala dos locais próximos da tragédia que acometeu Maceió (AL), onde mais de três bairros foram evacuados por conta da mineração predatória.

BOSSA CUBANA A canção "Com a ponta dos dedos" é uma regravação de um dos maiores sucessos de Wado. A nova versão do artista com Patrícia ganha elementos de bossa cubana, que remete tanto a João Donato quanto a Beach House. "Vozes Trans", outra inédita composta por Wado. em parceria com Vitor Peixoto, foi lançada como single em outubro do ano passado.

Com produção de Wado, as gravações contaram com Vitor Peixoto (violão), Igor Peixoto (baixo), Rodrigo Sarmento (bateria) e Dinho Zampier (teclados). Marx registrou seus vocais em São Paulo, captados por Fabio Hataka e Jair Donato, que mixou e masterizou.

BIGA PESSOA/DIVULGAÇÃO

Parceria com Wado em "Marxwado" fez Patricia Marx sair da zona de conforto: "Achei tão incrível que fiquei meio chocada e levei uma semana para ouvir com calma, entender aquele conceito e aquela estética", diz a artista

"MARXWADO"
- Disco de Patrícia Marx e Wado
- Lab 344
- Disponível nas plataformas digitais

REPERTÓRIO

>> **"BOM PARTO"** (Wado & Fernando Coelho)
>> **"COM A PONTA DOS DEDOS"** (Wado & Glauber Xavier)
>> **"ME DEIXA EM PAZ"** (Ayrton Amorim & Monsueto Menezes)
>> **"MELHOR"** (Wado & Adriano Siri)
>> **"MINHA VOZ, MINHA VIDA"** (Caetano Veloso)
>> **"ORVALHO"** (Wado, Zeca Baleiro & Vitor Peixoto)
>> **"VOZES TRANS"** (Wado & Vitor Peixoto)

HELVÉCIO CARLOS
>>helveciofigueiredo.mg@diariosassociados.com.br

TEATRO EM MOVIMENTO
ABERTURA DE TEMPORADA

O bolo de aniversário que a atriz Nathalia Dill ganhou ao final da sessão de sábado (25/3) da peça "Três mulheres altas", no Sesiminas, tem um valor afetivo para o projeto Teatro em Movimento. Ao começar a temporada de 2023, com casa cheia e sessão extra da montagem que reuniu além da aniversariante, Suely Franco e Déborah Evelyn, não faltou motivo para comemorar. Pouco antes de as cortinas serem abertas,Tatyana Rubim, emocionada, foi ao palco falar com o público. "Este projeto eu idealizei e coordeno. Quero agradecer a presença de vocês. O Teatro em Movimento tem a Lei Federal de Incentivo a Cultura, com patrocínio do Instituto Unimed-BH, por meio de seus médicos cooperados, ao lado da Cemig, Instituto Cultural Vale e Itaú, a quem eu agradeço, pois este incentivo nos ajuda a movimentar a cadeia produtiva", afirmou. Disse ainda que as apresentações de "Três mulheres altas" foram feitas em parceria com o Sesiminas e a WB Produções. A temporada do projeto de Tatyana segue este fim de semana, no Sesc Palladium, com o musical "Dominguinhos – Isso aqui tá bom demais", em cartaz nos dias 1º e 2 de abril.

BIANCA OLIVEIRA/DIVULGAÇÃO

Raquel Penner chega a Tiradentes com o monólogo "Cora do Rio Vermelho", com duas apresentações no próximo fim de semana

EM CENA
A VIDA DE CORA

Após passagem por BH, no Sesc Palladium, a atriz Raquel Penner chega a Tiradentes com o monólogo "Cora do Rio Vermelho". Com dramaturgia de Leonardo Simões e direção de Isaac Bernat, a peça faz um passeio pela vida e a obra da poeta, contista e doceira Cora Coralina. O espetáculo cumpre duas apresentações no Centro Cultural Yves Alves, em 1º e 2 de abril, às 19h.

RESTAURO
EM BUSCA DE PARCERIAS

O projeto BomSerá, realizado pelo Instituto de Arte Contemporânea de Ouro Preto, entra em fase final com a entrega de duas últimas residências restauradas em 2022. As obras nas três casas, dos séculos 18 e 19, tiveram início em junho do ano passado, com o objetivo de preservar as características construtivas históricas e culturais das habitações, mantendo a segurança dos moradores, pertencentes a famílias de baixa renda que, até então, viviam sob construções deterioradas e inseguras. Para dar continuidade ao projeto, o Instituto busca parcerias.

FARTURA
DESPEDIDA NA CASA

Nos próximos sábados e domingos, até 9 de abril, a Doce que Seja Doce oferece um cafezão da manhã de Páscoa, na Casa Fartura. Com buffet para se servir à vontade e muitos doces, a casa fica aberta aos visitantes até as 15h. Em 9 de abril, o Doce que Seja Doce se despede na Casa Fartura.

GASTRONOMIA
ENTRE PANELAS E COMPOSIÇÕES

O talento de Caio Soter na cozinha todos conhecem. O que poucos sabem é que, ao lado do chef no comando do restaurante Pacato e do bar Pirex, está o empresário Vitor Velloso, que não só divide a sociedade das casas, mas atua diretamente no dia a dia dos empreendimentos. E além dos negócios, Vitor também é compositor. Seu último feito foi uma parceria com Paulinho Pedra Azul, inspirada no menu "Do barro à lama", do Pacato, que faz uma homenagem ao Vale do Jequitinhonha.

SÉRIES

Em meio a desentedimentos que extrapolam os estúdios, "Succession" chega à quarta e última temporada. Fãs acham precipitada decisão da HBO de colocar fim à trama premiada

DRAMA FAMILIAR ENCERRA JORNADA

FOTOS: HBO/DIVULGAÇÃO

Jeremy Strong (Kendall) e Brian Cox (Logan) nutrem rivalidade também na vida real. O veterano disse recentemente que considera o trabalho de Strong "muito irritante"

"American horror story" popularizou nas redes sociais a ideia de que quando uma entidade suprema nasce, a antiga morre. A crença faz referência à vida num covil de bruxas, mas ilustra bem o que acontece com a HBO neste mês. "Succession" estreou, afinal, a sua quarta e última temporada (com 10 episódios), no último domingo (26/3), num momento em que ninguém consegue parar de falar da novata "The last of us", que encerrou sua primeira temporada na semana retrasada.

Até então queridinho da produtora, seja pelo sucesso de público ou de crítica, o drama familiar encerra sua jornada de quatro temporadas com a atenção da HBO já em outro lugar. Não só na menina dos olhos da vez, mas também numa complicada reformulação de seu streaming e de seus departamentos de criação de conteúdo, após a fusão da WarnerMedia com a Discovery, que engavetaram projetos e abriram uma onda de cancelamentos.

Mas nem por isso o anúncio do fim de "Succession", por desejo do próprio criador Jesse Armstrong, em teoria, deixou de causar surpresa –o compositor Nicholas Britell disse na premièrе que só recentemente ficou sabendo que esta seria a conclusão.

A expectativa, afinal, era que os episódios se arrastassem mais um pouco, até porque a terceira temporada não deu a entender que o complexo imbróglio envolvendo pai e filhos estava próximo do fim. Imbróglio este que, aliás, saiu das telas e contaminou o set de filmagem, que virou ele próprio um covil de onde alfinetadas vêm sendo disparadas.

Isso pode ajudar a entender o destino de "Succession", mesmo que, no geral, seus astros e criadores posem nos tapetes vermelhos vestindo sorrisos largos e fazendo gracinhas uns com os outros.

No mês passado, Brian Cox, protagonista da série no papel do patriarca Logan Roy, disse à revista Town & Country que considera o trabalho do colega de elenco Jeremy Strong "muito irritante". Segundo ele, o intérprete de um de seus filhos age como o próprio personagem no set de filmagem, mesmo quando não está gravando.

SANGUE NOS OLHOS "É mesmo um choque cultural. Eu não tolero toda essa merda americana. Sinto muito. Todo aquele lance de 'eu penso, logo eu sinto'", disse o escocês mais tarde à Variety, em referência ao "method acting", técnica de atuação criada nos Estados Unidos em que o ator se aproxima ao máximo dos pensamentos e emoções exigidos por um papel. Ela é utilizada por Strong, mas desprezada por Cox.

Strong, por outro lado, diz que não usa "method acting", e que, na verdade, seu trabalho de atuação se baseia numa "difusão identitária". Mas sim, ele se vê como um recipiente vazio que deve ser preenchido apenas com aquilo que importa para o personagem da vez.

Extremo ou não, o fato é que seu trabalho em "Succession" vem lhe rendendo diversos frutos, do Emmy de melhor ator em série de drama à superexposição que lhe deu a possibilidade de trabalhar com James Gray, Aaron Sorkin e Guy Ritchie.

Na quarta temporada da série, a promessa é que seu Kendall Roy reapareça com sangue nos olhos, pronto para abater justamente o personagem de Cox.

Ao lado dos outros filhos de Logan Roy, magnata que fundou um conglomerado de mídia à la Disney, com divisões de televisão, cinema e até parques temáticos, ele deve encampar uma luta suja e inescrupulosa para tomar o comando da companhia, tentando colar ao pai a pecha de senil.

Três dos quatro filhos, aqueles mais interessados nos negócios da família, já haviam tentado formar uma aliança com o patriarca, mas tiveram seus tapetes repetidamente puxados. Agora, com um inimigo em comum, o trio vai enfim formar uma aliança, pressionando o pai para determinar seu sucessor e abraçar a aposentadoria.

SUCESSO EM NÚMEROS Apesar de tudo, muitos fãs consideram a decisão de encerrar a série precoce. "Succession", afinal, não dava sinais de perder o fôlego. Além dos 13 prêmios Emmy embolsados até aqui, a terceira temporada registrou 97% de aprovação entre críticos e 88% entre o público, de acordo com o agregador de resenhas Rotten Tomatoes.

São os mesmos números da segunda leva de episódios, acima dos 89% e 84%, respectivamente, conquistados em seu ano inaugural. Os resultados impressionam e podem ser lidos como resultado da sempre elogiada capacidade dos roteiristas de misturar drama e comédia –não é à toa que "Succession" ficou com o Emmy de melhor roteiro dramático nas suas três temporadas, mesmo naquelas em que não embolsou direção ou série do ano.

E entra Emmy, sai Emmy, vem a discussão de em que categoria da disputa de melhor produção "Succession" deveria se encaixar. Já se convencionou que a trama é dramática, acima de tudo, mas é inegável que seu flerte com o humor passa muito longe de outras carreiristas da principal premiação da TV americana, como "The crown" ou "Game of Thrones" e sua derivada, "A casa do dragão".

NONSENSE Nelas e na própria "The last of us", o humor eventualmente aparece, de forma muito pontual. Em "Succession", por outro lado, as atitudes nonsense dos personagens, as intrigas bilionárias desconectadas da realidade do espectador e as alusões a absurdos do mundo corporativo regem a saga da família Roy. Não é surpresa que a própria HBO tenha montado e publicado no YouTube um vídeo de 10 minutos com os "insultos mais frívolos" da série.

"Ele está me vendendo coisas que eu quero por um preço justo? O que vem agora? Felação?", dispara Logan Roy, o personagem de Brian Cox, numa das cenas. "Quando você for rir, faça isso no mesmo volume que todo mundo. Nós não te tiramos de uma fazenda de hienas", reclama para um dos filhos em outra.

Eles não deixam barato, mas pelo medo do patriarca, que os consome ao longo de todas as temporadas, costumam reservar suas melhores chacotas um para o outro. "Você é um robô sexual para o papai foder", diz Roman, vivido por Kieran Culkin, a Kendall, num dos episódios.

E como esquecer do momento em que Roman urina na enorme janela da sala de comando da empresa familiar, em direção ao coração financeiro de Nova York? Ou da briga por uma salsicha, quando Logan obriga parentes e funcionários a imitarem javalis no chão de uma luxuosa sala, sob a luz vacilante de uma imensa lareira?

É do absurdo que "Succession" tira boa parte de sua graça, lembrando, às vezes, outro sucesso da HBO, "The white lotus", também engajada na luta por transformar nobres em bobos da corte. Nos paralelos que encontrou com o mundo real, a série que termina agora foi ascendendo socialmente, se tornando cada vez mais presente nas rodas de conversa de maratonistas da TV e de internautas.

Na mesma semana que Rupert Murdoch –acionista majoritário da News Corp, que vendeu boa parte de sua munição à Disney recentemente – anuncia seu quinto casamento, com uma mulher 26 anos mais nova, não deixa de ser interessante bisbilhotar a vida amorosa de Logan Roy, que também está atrás de uma assistente muito mais jovem depois de três matrimônios.

ONDA Apesar das piadas exageradas e do drama barra pesada, "Succession" talvez vá fazer mais falta justamente por sua capacidade de registrar e embalar de forma novelesca os absurdos que cercam um mundo que glorifica Elon Musk e em que megacorporações internacionais vêm se abalando mais e mais, das big techs ao Credit Suisse.

Agora, no entanto, já há outros filmes e séries que captaram esse mal-estar e embarcaram na mesma onda. Talvez por isso, "Succession" tenha enfim chegado ao seu canto do cisne – mesmo que nele ainda não esteja claro quem é a princesa em apuros e quem é o feiticeiro maléfico. (Leonardo Sanchez /Folhapress)

Nesta quarta temporada de "Succession", Logan Roy (Brian Cox) ganha pecha de senil e será pressionado a escolher seu sucessor e se aposentador

Roman (Kieran Culkin), Siobhan (Sarah Snook) e Kendall (Jeremy Strong) voltam a encampar uma luta inescrupulosa pelo comando da companhia

Antena

EM CASA

JORNADA DO HERÓI

"HOMEM-ARANHA: LONGE DE CASA"

MARVEL/DIVULGAÇÃO

Protagonizado por Tom Holland, "Homem-Aranha: Longe de casa" traz Peter Parker acompanhando seus amigos em férias pela Europa. Os planos, no entanto, desmoronam quando ele, relutantemente, aceita ajudar Nick Fury a salvar o mundo. Zendaya, Jake Gyllenhaal, Samuel L. Jackson, Jon Favreau e Marisa Tomei também estão no elenco. O filme será exibido nesta terça-feira (28/3), às 22h30, no TNT.

VOLUNTARIADO

DOCUMENTÁRIO

Com o objetivo de estimular e abranger a cultura do voluntariado de forma ampla, a ONG Parceiros Voluntários decidiu produzir o documentário "Só Juntos – Dá pra mudar. É só começar", que estará disponível gratuitamente em sojuntos.org.br. com recursos de acessibilidade e tradução. O filme, de 58 minutos, traz as histórias de três lideranças de Organizações da Sociedade Civil baseadas no Rio de Janeiro, comunidade do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; em Osasco, São Paulo; e uma comunidade no Bairro do Bom Jesus, em Porto Alegre, todos revelando de forma natural e sensível as nuances e os impactos do voluntariado. Informações: Instagram (@ongparceirosvoluntarios).

"INOVAÇÃO, SUBSTANTIVO FEMININO"

COM CRIS GUERRA E CIA

ÓRBI/DIVULGAÇÃO

"Inovação, substantivo feminino", promovido pelo Órbi Conecta, será realizado nesta terça (28/3) e quarta (29/3), das 10h às 21h, na sede da Órbi (Avenida Presidente. Antônio Carlos, 681 – Lagoinha). A proposta é estimular a valorização da potência feminina no mercado de trabalho. O evento reúne mulheres que são referência em negócios, carreira, finanças e tecnologia para conduzir uma programação intensa nos dois dias. Entre as participantes estão Nathália Magalhães, fundadora da BlissJobs's Newsletter; Rafaela Vitoria, economista-chefe do Inter; a escritora Cris Pàz e a jornalista Paola Carvalho. Inscrições gratuitas pelo link https://bit.ly/orbimulheres.

VALENTINA VANNICOLA/DIVULGAÇÃO

Obra "Canto IV, O limbo", de Valentina Vannicola, está na mostra que abre nesta terça (28/3), na Casa Fiat

"O INFERNO DE DANTE"

ABERTURA DA EXPOSIÇÃO

O público de BH ganha mais uma oportunidade para desvendar as alegorias e os simbolismos do poema épico "A divina comédia", de Dante Alighieri. A influência desta obra-prima faz parte do imaginário ocidental e continua a inspirar escritores e a literatura mundial, além de outras áreas da cultura. A exposição "O inferno de Dante", da artista italiana Valentina Vannicola, será aberta nesta terça-feira (28/3), na Casa Fiat de Cultura (Praça da Liberdade, 10). Na mostra, Valentina transpõe cenas clássicas do "Inferno", o primeiro reino do clássico, em uma produção de 15 obras fotográficas baseadas no gênero tableau vivant – tendência da fotografia contemporânea de apresentar como cenas reais as imagens construídas de acordo com a dinâmica da cinematografia. Um ambiente imersivo foi criado no local para proporcionar aos visitantes uma reflexão sobre a existência humana.

●●●

O trabalho da artista italiana deseja conectar as novas gerações à obra do poeta. Para Valentina, Dante ensina que é possível falar com clareza e profundidade de todas as coisas, das mais importantes às mais supérfluas. "A 'Divina comédia' é uma obra imaginativa e com uma linguagem envolvente, na qual Dante orienta o leitor de modo a facilitar a visualização e materialização dos personagens e das situações descritas. Dante insere a alegoria, a grande advertência ou ensinamento político e ético e se abre para um segundo imaginário: o da interpretação. Para esta exposição, cada imagem que produzi está empenhada em traduzir o rico simbolismo do poema", revela.

●●●

A mostra será abordada a partir de três eixos: técnico-estético (a fotografia será trabalhada enquanto gênero); biográfico (apresentará a trajetória de Valentina Vaniccola) e histórico (será abordado o período medieval, destacando a "Divina comédia", como obra fundamental e atemporal). Hoje, dia da abertura da exposição, Valentina participa de debate virtual, no qual serão abordados detalhes sobre o seu trabalho. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo Sympla. O trabalho da artista italiana cria um diálogo entre literatura, cinema, teatro e fotografia. Visitação de terça a sexta-feira, das 10h às 21h; sábados, domingos e feriados, das 10h às 18h. As obras ficam em cartaz até 28 de abril. Entrada gratuita. Informações: (31) 3289-8900 ou pelo site www.casafiatdecultura.com.br.

"AMOR NAS ALTURAS"

SÉRIE MUSICAL

A série musical "Amor nas alturas" está disponível no catálogo do Star+. Protagonizada por Mae Whitman e Carlos Valdes, a história é ambientada nos últimos dias de 1999, em Nova York, e foca em um casal que vive um romance intensamente, enquanto seus medos e fantasias mexem com sentimentos. Eles, então, descobrem e enfrentam os obstáculos dessa relação.

"EU SÓ DISSE O MEU NOME"

ALEXANDRE VANNUCCHI

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG;DIVULGAÇÃO

O Instituto Vladimir Herzog, em parceria com o Google Arts e Culture, apresenta a exposição virtual "Alexandre Vannucchi Leme: eu só disse o meu nome", em memória aos 50 anos do assassinato do estudante por agentes da ditadura militar. Com uma narrativa construída a partir de imagens, áudios e textos, a mostra aborda não apenas a morte do jovem, mas também aspectos de sua vida e do legado deixado por ele para a luta por direitos humanos. Ao todo, são 20 itens, entre fotos, cartas, trabalhos universitários e documentos pessoais, que constituem uma memorabilia de Alexandre Vannucchi. Disponível em português, inglês e espanhol, a exposição pode ser acessada na plataforma do Google Arts & Culture e também no portal Memórias da Ditadura.

"TODAS AS FLORES"

PARA PÚBLICO GERAL

À espera da segunda fase da novela "Todas as flores", que estreia em 5 de abril no Globoplay, os fãs da trama de João Emanuel Carneiro poderão relembrar toda a trajetória dos personagens na primeira fase da obra. A plataforma vai disponibilizar, diariamente, até 31 de março, capítulos de resumo com tudo o que rolou até aqui com Maíra (Sophie Charlotte), Zoé (Regina Casé), Vanessa (Leticia Colin), Judite (Mariana Nunes), Rafael (Humberto Carrão), Pablo (Caio Castro), Humberto (Fabio Assunção), Diego (Nicolas Prattes), Mauritânia (Thalita Carauta) e demais personagens. Até 9 de abril, os resumos ficarão disponíveis também para não assinantes.

ESTEVAM AVELLAR/GLOBO

Zoé (Regina Casé (Zoé) e Sophie Charlotte (Maíra) estão no elenco da trama de João Emanuel Carneiro

TELEMANIA

TV ABERTA

O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MUDANÇAS DE ÚLTIMA HORA NA PROGRAMAÇÃO FEITAS PELAS EMISSORAS

SBT/ADIVULGAÇÃO

Jeff (Vitor Britto) faz revelações a Gleyce (Maria Gal) em "Poliana moça", novela teen do SBT/Alterosa

2 RECORD

CAT: (11) 3660-4000
www.rederecord.com.br

07:00 Jornal da Record 24h
07:05 MG no ar
08:40 Fala Brasil
10:00 Hoje em dia
11:50 Balanço geral Minas
13:45 Iurd
13:48 Balanço geral Minas
15:30 Os dez mandamentos
16:30 Cidade alerta
17:10 Jornal da Record 24h
17:15 Cidade alerta
17:40 Jornal da Record 24h
18:00 Cidade alerta Minas
18:55 MG Record
19:55 Jornal da Record
21:00 Jesus
21:45 Vidas em jogo
22:45 Cine Record especial
00:30 Jornal da Record
00:45 Iurd

4 REDE TV!

CAT: (11) 3306-1000
www.redetv.com.br

08:30 Ultrafarma
09:00 Manhã do Ronnie
10:25 Vou te contar
11:50 Igreja Batista Avivamento Mundial
12:30 Eleve
13:00 Iurd
15:00 A tarde é sua
17:00 Iurd
18:00 Alerta nacional
19:30 RedeTV! news
20:30 Igreja Internacional da Graça de Deus
21:30 TV Fama
22:30 Foi mau
23:30 Desce pro play
00:30 Leitura dinâmica
01:10 Sensacional
02:10 TV Fama
03:00 Igreja da Graça no seu Lar

5 SBT/ALTEROSA

CAT: (31) 3237-6000
www.alterosa.com.br

06:00 Primeiro impacto
07:00 Iurd
08:00 Primeiro impacto
11:40 Alterosa esporte
12:45 Alterosa alerta
13:30 Alterosa agora
14:15 Henry Danger
15:20 Fofocalizando
17:20 A dona
18:30 Três vezes Ana
19:20 Jornal da Alterosa
19:45 SBT Brasil
20:30 Poliana moça
21:30 Cúmplices de um resgate
22:15 Programa do Ratinho
23:15 Cine espetacular
01:00 The noite
02:00 Operação Mesquita
02:45 SBT news na TV

REDETV!/DIVULGAÇÃO

Flavia Noronha, Fefito e Nelson Rubens comandam o "TV fama", agora mais interativo, na RedeTV!

7 BANDEIRANTES

CAT: (11) 3742-3011
www.redeband.com.br

04:00 1º Jornal
06:00 Show da fé
08:00 Bora Brasil
09:25 The chef com Edu Guedes
11:00 Jogo aberto
12:30 Os donos da bola
13:30 +Info
14:00 Mundo dos negócios
14:30 Melhor da tarde
16:00 Brasil urgente
18:50 Jornal Band Minas
19:20 Jornal da Band
20:30 Faustão na Band
22:00 Valor da vida
23:00 Alma selvagem
00:00 Jornal da noite
00:55 Agenda carioca
00:50 Que fim levou?
01:00 Esporte total
01:55 Operação implacável
02:45 +Info

9 REDE MINAS

CAT: (31) 3254-3000
www.redeminas.tv

07:00 Cocoricó
07:15 Vamos brincar
07:30 Se liga na educação
11:15 Se liga no tira dúvidas
12:30 Jornal Minas 1ª edição
13:00 Brasil das Gerais
13:30 Detetives do Prédio Azul
14:00 Dango Balango
14:30 Quintal da Cultura
16:00 Brasil visto de cima
16:30 Cães de terapia
17:00 Ciência alimentar
17:30 Diário de um cosmonauta
18:00 Detetives do Prédio Azul
18:30 Seis na ilha
19:00 Agenda
19:30 Jornal Minas 2ª edição
20:00 Favela versa
20:30 Opinião Minas
21:00 Jornal da Cultura
22:00 Provoca
23:00 Alto-falante

GLOBO/ DIVULGAÇÃO

Orlando (Diogo Almeida) e Marê (Camila Queiroz) se reencontram em "Amor perfeito", na Globo

12 GLOBO

CAT: (31) 4002-2884
www.redeglobo.com.br

04:00 Hora um
06:00 Bom dia Minas
08:30 Bom dia Brasil
09:30 Encontro
10:35 Mais você
11:45 MGTV 1ª edição
13:00 Globo esporte
13:25 Jornal Hoje
14:45 Chocolate com pimenta
15:40 Sessão da tarde
17:15 O rei do gado
18:25 Amor perfeito
19:10 MGTV 2ª edição
19:40 Vai na fé
20:30 Jornal Nacional
21:25 Travessia
22:30 BBB 23
23:55 Onde está meu coração
00:40 Jornal da Globo
01:30 Conversa com Bial
02:10 Vai na fé – Reapresentação
02:55 Comédia na madruga 1
03:30 Comédia na madruga 2

FILMES

15h40 na Globo

CHOCANTE

Brasil, 2017. Direção de Gustavo Bonafé e Johnny Araújo. Com Bruno Mazzeo, Lúcio Mauro Filho, Pedro Nschling e Marcus Majella. A boy band Chocante foi sucesso nos anos 1990. Vinte anos depois, os integrantes tomaram rumos diferentes. Eles se reúnem após a morte de um dos membros do grupo.

23h15 no SBT/Alterosa

A ILHA

EUA, 2005. Direção de Michael Bay. Com Ewan Mcgregor, Scarlett Johansson e Djimon Hounsou. No futuro, Lincoln, residente de um local utópico com ares do século 21, sonha, como todos habitantes, ir para "a ilha", o último local não contaminado do planeta. Ao descobrir que algo está fora do seu controle, ele se desespera e tenta fugir.

DREAM WORKS PRODUCTIONS/DIVULGAÇÃO

Scarlett Johansson e Ewan McGregor protagonizam o longa de ação "A ilha", de Michael Bay

MÚSICA

No EP "Verão", César Lacerda invoca a atmosfera solar da primeira estação do ano para celebrar a possibilidade de novos começos e de superação dos tempos sombrios

O SOL POR TESTEMUNHA

CAROLINA RAMOS*

O calor da primeira estação do ano inspirou César Lacerda em seu EP "Verão". Divulgado neste mês, o trabalho marca os 10 anos de lançamento do primeiro álbum do cantor e compositor mineiro. O EP traz parceria de Lacerda com Chico César.

O músico mineiro se diz filiado à história da música popular brasileira e avalia que MPB-pop é a definição perfeita para as três músicas inéditas reunidas no EP. Ele afirma gostar de "pensar que a estação de dias longos e temperaturas elevadas guarda em si esse sentido de promessa, ou ainda, de esperança." Daí a inspiração para o seu "Verão".

Nesse trabalho ele buscou imprimir "o desejo de festejar a vida", conforme diz, em entrevista. Ele observa que a palavrão "verão" também pode ser a conjugação do verbo "ver" na terceira pessoa do plural. "Quem viveu os últimos anos no Brasil e não foi engolido por um afeto vil de cruel indiferença sabe o quanto se esperou pela chegada deste verão em 2023", afirma.

Ele afirma ter a sensação de alívio, "pela possibilidade de respirar um ar menos denso, menos tóxico, apesar de tantos obstáculos pela frente". Nos primeiros 10 anos de carreira, César Lacerda lançou cinco álbuns nas plataformas digitais e alguns singles. O recuo para o formato de EP faz parte da estratégia de promover uma série de lançamentos ao longo deste ano.

"Nítido cristal puro" é a primeira faixa do trabalho e foi feita em parceria com o cantor e compositor baiano Uiu Lopes, com uma ambientação sonora que evoca o samba-reggae e o reggaeton.

FORMA CERTA "Até caber ou acabar", a segunda faixa do EP, é a composição em parceria com o paraibano Chico César. Guardada durante quatro anos, a música "nunca havia encontrado a forma certa para ser lançada ao mundo", segundo comenta o mineiro de Diamantina. Apenas em 2022, com a criação das outras duas faixas, ele se deparou com a possibilidade de uni-las em um novo projeto .

Compôs "Maceió" com Frederico Heliodoro, e junto de Fernando Rischbieter produziu com calma os beats e instrumentais das três canções, que, segundo ele, têm "influência direta das diversas vertentes do pop atual, nacional e internacional".

César Lacerda viveu em sua cidade natal até os 12 anos. Depois disso, morou em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde está radicado atualmente. Depois de sua estreia com "Porquê da voz" (2013), com 12 faixas, ele lançou "Paralelos & Infinitos" (2015), "O meu nome é qualquer um" (2016) e "Tudo tudo tudo tudo" (2017).

O álbum mais recente, "Nações, homens ou leões", saiu em novembro de 2021 e denuncia o avanço da crise climática. César Lacerda diz que, em todos os seus discos, busca tocar nos lugares de desalento na sociedade. Agora, em 2023, o solar "Verão" vem como o desejo da cura de todos eles.

FERNANDO NEUMAYER/DIVULGAÇÃO

Mineiro de Diamantina, César Lacerda hoje está radicado em São Paulo, e comemora os 10 anos de lançamento de seu primeiro disco

"VERÃO"
- EP de César Lacerda
- YB Music (3 faixas)
- Disponível nas plataformas digitais

*Estagiária sob supervisão da editora Silvana Arantes

CINEMA

Filme de crise assumida, "John Wick 4: Baba Yaga" realiza operação ousada

PARIS FILMES/DIVULGAÇÃO

Quarto capítulo estabelece um novo patamar para a franquia protagonizada por Keanu Reeves e a posiciona como o melhor espelho para os nossos tempos

John Wick, o personagem mais célebre de Keanu Reeves, chega ao quarto longa com uma operação ousada: todo o novo filme é dominado pela ideia de retorno. A começar pelo título brasileiro: "John Wick 4: Baba Yaga", em substituição ao original: "John Wick: Chapter 4".

Esse retorno não diz respeito apenas a uma similaridade com o ritmo mais alternado do primeiro longa, cadenciando um pouco a correria dos longas anteriores, mas também a uma série de passagens e lugares que o personagem precisa revisitar para continuar vivo. Esse retorno será tematizado e bifurcado na trama em uma série de pormenores.

Antes, recapitulemos. No primeiro longa, "De volta ao jogo", de 2014, um inconsequente filho de um mafioso russo invoca com Wick, rouba seu carro e, mais grave, mata o cachorro que havia sido um último presente da falecida esposa. Wick, obviamente, parte para a vingança.

Ficamos sabendo, pela reação dos outros personagens, que vencê-lo é tarefa quase impossível. Ele é uma espécie de "Baba Yaga", na denominação russa, um bicho-papão. O espectador conhece o mito John Wick.

VINGANÇA O segundo longa, "John Wick: Um novo dia para matar", de 2017, mostra as consequências de sua vingança, os obstáculos e os poderosos que precisa enfrentar por ter voltado ao jogo. A dose de humor é maior, estética do absurdo, e a linguagem é muito mais atual e nova do que "Tudo em todo o lugar ao mesmo tempo". Aliás, toda a série é esteticamente muito superior.

Em "John Wick 3: Parabellum", de 2019, a cabeça do matador está a prêmio por causa da bola de neve que se tornou o longa anterior, com dívidas sendo cobradas e novas vinganças surgindo. O filme se assemelha a um catálogo, muito bem-sucedido cinematograficamente, com mil e uma maneiras de se matar várias pessoas no menor tempo possível.

Esses dois longas anteriores estabelecem perfeitamente o mundo de John Wick, em que assassinos por contrato estão espalhados por toda a parte e sua linguagem é explicitada: "excomunicado", "contrato", "negócios", "promissória", entre outras palavras mais ou menos conhecidas, principalmente dos filmes de matadores, que adquirem um significado particular. A série se fortalece cada vez mais, cria um vínculo muito forte com seus fãs.

DESERTO "John Wick: Baba Yaga", o quarto tomo, surge em 2023 como um filme de crise assumida. Pela primeira vez, não vemos no início a cidade de Nova York em tomadas aéreas noturnas. Quebra-se, de cara, um padrão. Wick agora monta um cavalo, como já havia feito em "Parabellum". Desta vez não está na cidade grande, mas num deserto. Foi acertar contas com o chefão maior.

Esse acerto, contudo, piora ainda mais sua situação. Agora, a única maneira de sobrevivência é voltar muitas casas no tabuleiro do jogo: voltar a pertencer a uma família, e com isso fazer parte da cúpula para desafiar o novo grande chefe, um playboy violento interpretado por Bill Skarsgard.

O tema do retorno estará espelhado em vários momentos do filme, da mesma forma que no terceiro longa se remetia toda hora à ideia de ilusão. Num dos mais engraçados, já perto do fim, uma escadaria serve tanto como simulação da dificuldade de passar de fase em um videogame quanto como representação do mito de Sísifo.

Nessa necessidade de retorno, Wick reencontra velhos amigos, sobretudo o gerente do Continental de Osaka, vivido por Hiroyuki Sanada, e um assassino cego chamado Caine, interpretado por Donnie Yen, da cultuada série chinesa "O grande mestre".

Ambos são novos personagens para o espectador, mas um dos trunfos dos filmes "John Wick" é de nos fazer entender a importância que certas pessoas tiveram no passado do herói sem que as tenhamos visto anteriormente. Os olhares entre eles importam mais que as palavras explicativas.

SR. NINGUÉM Há também o encontro com um homem que permanece por um bom tempo nebuloso: o autodenominado Sr. Ninguém, interpretado por Shamier Anderson. Ele persegue Wick, sempre acompanhado de seu cachorro. Como quer a recompensa, passa a ajudar Wick a se livrar de seus possíveis algozes para que a recompensa aumente e ele a obtenha no final.

Lembrando que, em "Parabellum", o protagonista também teve a ajuda de cachorros, e que sua ligação com o animal já havia prosseguido no segundo longa, quando ele adota um cachorro sem nome, que encontra agora um paralelo com o Sr. Ninguém.

Dois personagens marcantes estão mais uma vez presentes. O gerente Winston, do Continental de Nova York, personagem carismático vivido por Ian McShane, e o porteiro do mesmo hotel, Charon, papel de Lance Reddick, ótimo ator, infelizmente falecido no último dia 17/3, aos 60 anos. A lealdade entre esses dois personagens é bonita de se ver ao longo da série, e se torna mais tocante no terceiro longa.

Chad Stahelski dirige mais uma vez, demonstrando habilidade ainda maior nas cenas de ação e agora arriscando até tempos ousados, nunca antes vistos na série, que condizem com a maior duração do quarto longa, quase três horas.

"John Wick 4: Baba Yaga" pode não ser o melhor dos filmes com o personagem, mas estabelece um novo patamar, mais imponente e desbravador. E reivindica para a série o posto de melhor reflexo de nossos tempos. Neste caso, um reflexo talentoso e instigante. (Sérgio Alpendre, Folhapress)

"JOHN WICK 4: BABA YAGA"
● (EUA, 2023, 171 min.) Direção: Chad Stahelsk. Com Keanu Reeves, Donnie Yen, Bill Skarsgard. Classificação: 16 anos. Em cartaz em salas das redes Cineart, Cinemark, Cinépolis e Cinesercla.